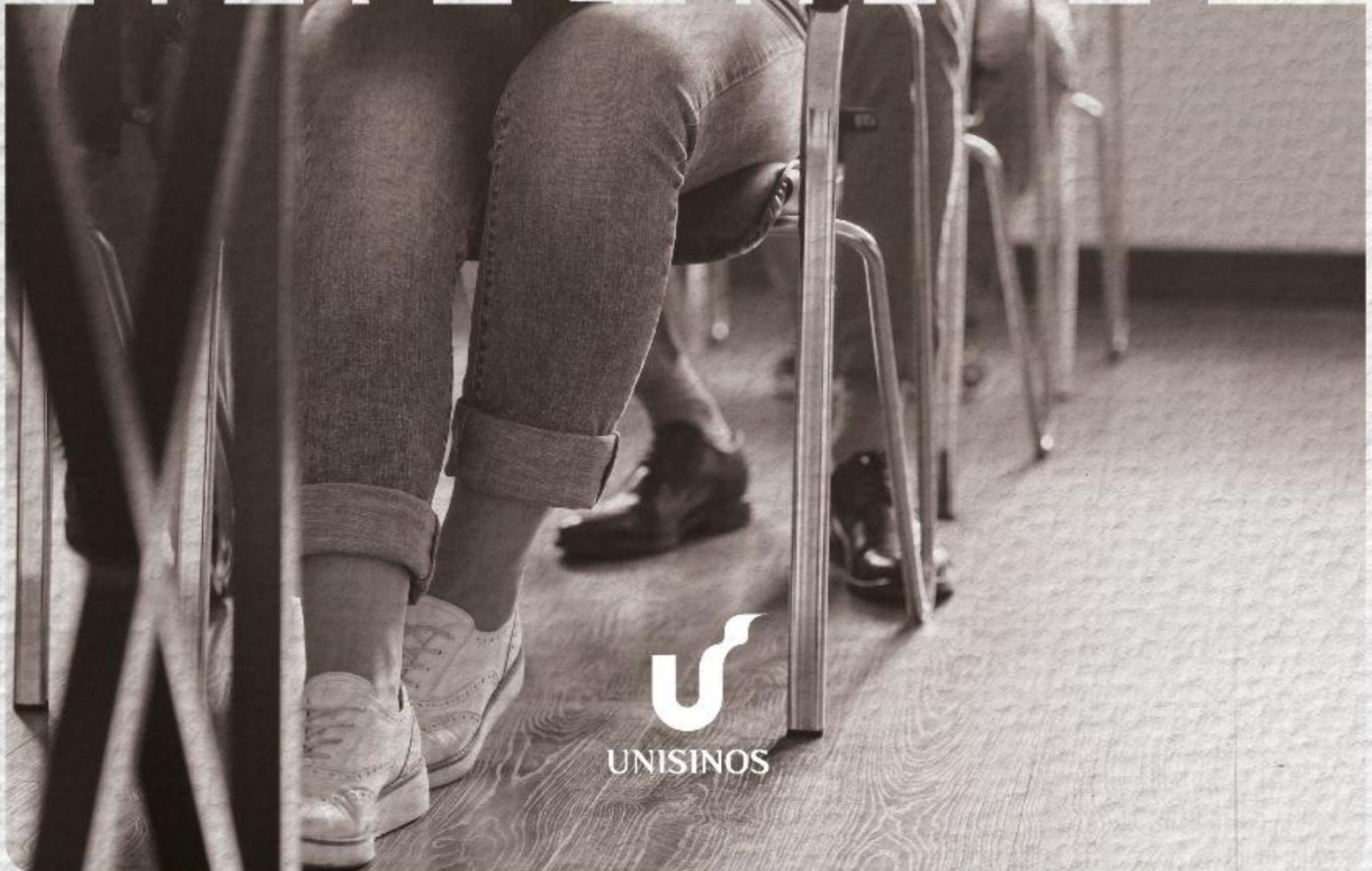


Joacir Mauro da Silva Junior

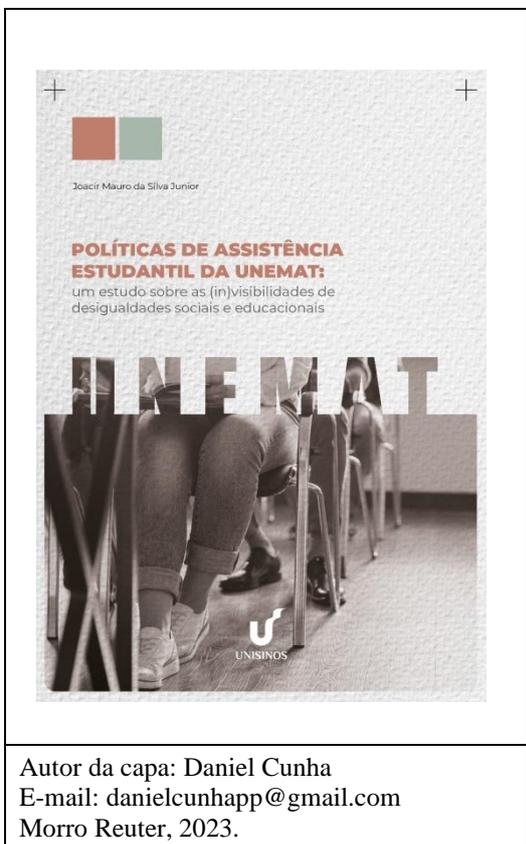
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT:

um estudo sobre as (in)visibilidades de
desigualdades sociais e educacionais

UNEMAT




UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT:
um estudo sobre as (in)visibilidades de desigualdades sociais e educacionais**

São Leopoldo

2025

JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT:
um estudo sobre as (in)visibilidades de desigualdades sociais e educacionais**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Klaus

Linha de Pesquisa: Educação,
Desenvolvimento e Tecnologias.

São Leopoldo

2025

S586p

Silva Junior, Joacir Mauro da.

Políticas de assistência estudantil da UNEMAT : um estudo sobre as (in)visibilidades de desigualdades sociais e educacionais / Joacir Mauro da Silva Junior. – 2025.

199 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

“Orientadora: Profa. Dra. Viviane Klaus”.

1. Assistência estudantil. 2. UNEMAT. 3. Desigualdades. 4. Políticas educacionais. 5. Neoliberalismo. I. Título.

CDU 37.014.5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster Ditbenner – CRB 10/2517)

JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT:
um estudo sobre as (in)visibilidades de desigualdades sociais e educacionais**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovada em 30 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Viviane Klaus (orientadora)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Rejane Ramos Klein
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dra. Rosangela Fritsch
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Dedico este trabalho à Estrela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Unisinos pela oportunidade de me qualificar em uma Instituição que admiro tanto.

Agradeço à Professora Doutora Viviane Klaus, que me ajudou tanto nesta caminhada, por ser uma pessoa prestativa e inteligente, que segurou a minha mão e foi essencial para esta conquista.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa pelo suporte e por tantos encontros prazerosos.

Agradeço à banca de avaliação pela atenção à leitura do projeto e desta Tese e pelas valiosas e pertinentes contribuições.

Agradeço aos meus pais e a meu irmão pela união familiar da qual sempre desfrutamos.

Por fim, agradeço à minha esposa Adriana, com quem compartilho as glórias e fracassos, há mais de uma década.

Seus esforços varonis
Para a educação
São eternos à nação
Que sempre agradecerá

O conhecimento é a esperança
Sob a luz de um novo alvorecer
UNEMAT levando a liberdade
Ao Brasil
Na conquista do saber
E a pátria engrandecer

UNEMAT para o povo
É o sol do amanhecer
Compromisso em preservar
As riquezas do País

O conhecimento é esperança
Sob a luz de um novo alvorecer
UNEMAT levando a liberdade
Ao Brasil
Na conquista do saber
E a pátria engrandecer... (Costa, 2008, p. 12).

RESUMO

Esta tese tem como objetivo compreender a produção e os efeitos da Política de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), em relação aos sujeitos usuários, observando se sua constituição como “assistido” (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais. O problema de pesquisa foi orientado pelas seguintes questões: que narrativas são produzidas sobre o estudante usuário da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT? Essa política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais? Os estudantes da UNEMAT percebem a Assistência Estudantil como um auxílio do Estado ou como um direito social? A metodologia envolveu análise documental e aplicação de questionários com estudantes usuários e não usuários da Política de Assistência Estudantil. O referencial teórico contribuiu para compreender a racionalidade neoliberal e a produção de desigualdades sociais na contemporaneidade, com ênfase no esmaecimento da noção de classe social e no reforço da meritocracia. A análise documental revelou que, por anos, a UNEMAT ofertou uma bolsa atrelada à realização de atividades administrativas, e que resoluções e editais vigentes mantêm traços punitivos, estigmatizando o estudante e reforçando desigualdades. Os discursos dos usuários e não usuários da política evidenciam tensões em torno de conceitos como direito, auxílio, ajuda e trabalho, refletindo modos distintos de subjetivação, frequentemente individualizados. Apesar das contradições e dos traços neoliberais individualistas e meritocráticos, a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT é fundamental para o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos. A análise sustenta a tese de que criar políticas em universidades públicas requer a compreensão do acesso, da permanência e da conclusão como direito social, e a constante problematização das desigualdades existentes.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; UNEMAT; desigualdades; políticas educacionais; neoliberalismo.

ABSTRACT

This doctoral dissertation aims to understand the production and effects of the Student Assistance Policy at the Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT) in relation to its users, analyzing whether its constitution as “assisted” (in)visibilizes social and educational inequalities. The research problem was guided by the following questions: What narratives are produced about the students who benefit from this policy? Does it (in)visibilize social and educational inequalities? Do UNEMAT students see student assistance as a form of State aid or as a mechanism of social rights? The methodology combined document analysis with the application of questionnaires to both users and non-users of the policy. The theoretical framework supported the understanding of neoliberal rationality and the ways it produces social inequalities, particularly through the weakening of class-based analysis and the reinforcement of meritocracy. The document analysis showed that, for years, UNEMAT granted scholarships in exchange for administrative tasks, and that current policies still contain punitive elements that both stigmatize students and reinforce inequality. Student discourse revealed tensions around the meanings of rights, aid, help, and work—tensions that reflect differing modes of subjectivation and often reinforce individualism. Despite contradictions and neoliberal traces, the Student Assistance Policy is essential to ensure access, retention, and graduation. The thesis argues that creating public university policies requires viewing access, permanence, and completion as social rights and continuously questioning structural inequalities.

Keywords: student assistance; UNEMAT; inequality; educational policies; neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reivindicação da Faculdade em Cáceres/MT:	43
Figura 2- Início das aulas no Instituto de Ensino Superior de Cáceres	45
Figura 3 - Missão, visão, princípios e valores da UNEMAT	48
Figura 4 - Campi e polos da UNEMAT	49
Figura 5 - Cursos de Mestrado da UNEMAT	52
Figura 6 - Cursos de Doutorado da UNEMAT	52
Figura 7 - Brasão oficial da UNEMAT	56
Figura 8 - Campi e polos da UNEMAT	120
Figura 9 – Respostas dos participantes: dificuldades enfrentadas.....	136
Figura 10 – Respostas dos participantes: dificuldades financeiras.....	138
Figura 11 - Respostas do participantes: transporte	139
Figura 12 – Respostas dos participantes: Assistência Estudantil	139
Figura 13 – Respostas dos participantes: olhares sobre a Assistência Estudantil.....	140
Figura 14 – Respostas dos participantes: burocracias e desistências.....	140
Figura 15 – Respostas os participantes: a benevolência da Assistência Estudantil	142
Figura 16 – Respostas dos Participantes: a política e a permanência dos discentes	142
Figura 17 – Respostas dos participantes: importância da Assistência Estudantil.....	143
Figura 18 – Respostas dos participantes: impactos da Assistência Estudantil	143
Figura 19 – Respostas dos participantes: Razões para perda de auxílio	145
Figura 20 – Respostas dos participantes: conhecimento sobre o auxílio.....	145
Figura 21 – Repostas dos participantes: auxílio durante as férias.....	146
Figura 22 – Respostas dos participantes: estigmas pelo uso do auxílio	151
Figura 23 - Respostas dos participantes: dificuldades enfrentadas	152
Figura 24 – Respostas dos participantes: encontros relacionados à Assistência Estudantil ..	153
Figura 25 – Respostas dos participantes: gratidão em relação aos auxílios.....	153
Figura 26 - Respostas dos participantes: gratidão em relação à UNEMAT	153
Figura 27 - Respostas dos participantes: sentimentos dos discentes	154
Figura 28 - Respostas dos participantes: auxílio como direito dos estudantes.....	155
Figura 29 - Respostas dos participantes: auxílio como suporte financeiro ofertado pelo Estado	155
Figura 30 - Respostas dos participantes: discentes que preferiram não opinar	155
Figura 31 - Respostas dos participantes: lapsos de conhecimento sobre a Pró-Reitoria.....	156

Figura 32 - Respostas dos participantes: conhecimento sobre a Pró-Reitoria.....	156
Figura 33 - Respostas dos participantes: se sentiram amparados pela Pró-Reitoria	156
Figura 34 - Respostas dos participantes: não se sentiram amparados pela Pró-Reitoria	157
Figura 35 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil e permanência	158
Figura 36 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil como um direito	159
Figura 37 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil e combate às desigualdades	159
Figura 38 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil e assistencialismo	159
Figura 39 - Respostas dos participantes: condicionantes à Assistência Estudantil.....	160
Figura 40 - Respostas dos participantes: entre direito e benevolência.....	160
Figura 41 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil enquanto ato de solidariedade	161
Figura 42 - Respostas dos participantes: alunos favoráveis à suspensão do Auxílio	163
Figura 43 - Respostas dos participantes: alunos contrários à suspensão do Auxílio.....	164
Figura 44 - Respostas dos participantes: razões para a contrariedade	165
Figura 45 - Respostas dos participantes: discentes favoráveis à prática de atividades em troca da concessão do Auxílio	166

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Instituto de Ensino Superior de Cáceres na Escola Estadual Esperidião Marques.....	45
Fotografia 2 - Prédio do curso de Direito	54
Fotografia 3 - Fachada da UNEMAT	55
Fotografia 4 - Fachada do campus Nova Mutum	55
Fotografia 5 - Laboratório do campus Nova Xavantina	56
Fotografia 6 - Bandeira oficial da UNEMAT (2003-2017).....	57
Fotografia 7 - Bandeira oficial da UNEMAT (2017-atual).....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alunos matriculados entre 2015 e 2022	51
Gráfico 2 - Alunos diplomados na UNEMAT entre 2015 e 2022.....	51
Gráfico 3 - Projetos de pesquisa desenvolvidos entre 2011 e 2022.....	53
Gráfico 4 - Projetos de extensão desenvolvidos entre 2011 e 2022	54
Gráfico 5 - Trajetória dos estudantes nos cursos de graduação	96
Gráfico 6 - Campi beneficiados por auxílios em 2013	122
Gráfico 7 - Campi beneficiados por auxílios em 2014	123
Gráfico 8 - Panorama de auxílios entre 2023 e 2014	124
Gráfico 9 - Campi beneficiados por auxílios em 2015	125
Gráfico 10 - Campi beneficiados por auxílios em 2016	126
Gráfico 11 Campi beneficiados por auxílios em 2017	127
Gráfico 12 - Campi beneficiados por auxílios em 2018	128
Gráfico 13 - Campi beneficiados por auxílios em 2019/1	129
Gráfico 14 - Campi beneficiados por auxílios em 2019/2	129
Gráfico 15 - Campi beneficiados por auxílios em 2020	130
Gráfico 16 - Campi beneficiados por auxílios em 2021/2	132
Gráfico 17 - Ano de ingresso na UNEMAT	136
Gráfico 18 - Distribuição dos Auxílios entre os alunos.....	143
Gráfico 19 - Frequência de acesso aos auxílios da Assistência Estudantil da UNEMAT	144
Gráfico 20 - Respostas dos participantes: perda de auxílio durante a graduação	144
Gráfico 21 - Respostas dos participantes: reprovação por nota	147
Gráfico 22 - Respostas dos participantes: reprovação por falta	147
Gráfico 23 - Respostas dos participantes: reprovação recorrente na mesma disciplina	148
Gráfico 24 - Respostas dos participantes: interrupção do auxílio por desempenho.....	149
Gráfico 25 - Respostas dos participantes: preconceito dos usuários	150
Gráfico 26 - Respostas dos participantes: Dificuldades em acessar os auxílios.....	151
Gráfico 27 - Respostas dos participantes: divulgação dos editais	152
Gráfico 28 - Respostas dos participantes: percepção sobre o auxílio:	154
Gráfico 29 - Respostas dos participantes: do direito à Assistência Estudantil.....	158
Gráfico 30 - Respostas dos participantes: perda do Auxílio para quem reprova ou tem baixa frequência	162

Gráfico 31 - Respostas dos participantes: sobre a realização de atividades em troca do Auxílio

..... 165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos selecionados	31
Quadro 2 - Trabalhos selecionados (assistência estudantil” e “classes sociais”)	35
Quadro 3 - Trabalhos selecionados - descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”	37
Quadro 4 – Portal de Periódicos - trabalhos selecionados	39
Quadro 5 - Documentos utilizados na pesquisa.....	58
Quadro 6 - Principais definições de evasão	97
Quadro 7 - Busca no portal da UNEMAT	110
Quadro 8 - Editais da UNEMAT	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descritor “assistência estudantil”	29
Tabela 2 – Refinamento descritor “assistência estudantil”	29
Tabela 3 – Descritor “assistência estudantil” por área	30
Tabela 4 - Descritores “assistência estudantil” AND “desigualdade social”	30
Tabela 5 – Refinamento descritores “assistência estudantil” e “desigualdade social”	30
Tabela 6 - Descritores “assistência estudantil” e “desigualdade social” por área.....	30
Tabela 7 - Descritores “assistência estudantil” e “classes sociais”	34
Tabela 8 - Refinamento descritores “assistência estudantil” e “classes sociais”	35
Tabela 9 - Descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”.....	37
Tabela 10- Refinamento descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”	37
Tabela 11 – Portal de Periódico - descritor “assistência estudantil”	39
Tabela 12 - Vagas por área de conhecimento entre 2012 e 2022	50
Tabela 13 - Alunos matriculados entre 2016 e 2022.....	50
Tabela 14 - Alunos matriculados na pós-graduação entre 2011 e 2022.....	53
Tabela 15 - Alunos diplomados Mestres e Doutores entre 2011 e 2022.....	53
Tabela 16 - Dados do censo de Educação Superior	89
Tabela 17 - Auxílios previstos no Edital nº 03/2013.....	122
Tabela 18 - Campi beneficiados por auxílios em 2021/1.....	131

SUMÁRIO

PARTE 1 SOBRE A PESQUISA	15
1 PRIMEIROS PASSOS: INQUIETAÇÕES E CONEXÕES COM MINHA TRAJETÓRIA ...	24
2 ESTUDOS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	29
3 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	42
3.1 UNEMAT, ESPAÇO EMPÍRICO DA PESQUISA.....	42
3.1.1 UNEMAT: origem e expansão	43
3.1.2 Características e particularidades da UNEMAT	48
3.2 NOTAS SOBRE A PESQUISA DOCUMENTAL.....	58
3.3 PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	59
PARTE 2 SOBRE O TEMPO EM QUE VIVEMOS: RACIONALIDADE NEOLIBERAL E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES	65
4 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	66
4.1 DA SOCIEDADE INDUSTRIAL À SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL: RELAÇÕES DE TRABALHO E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES	66
4.2 O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES NA RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O FORTALECIMENTO DO PROCESSO INDIVIDUALIZADOR	76
5 IMPLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO	82
5.1 DEBATENDO A LÓGICA MERITOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO.....	83
5.2 A TRAJETÓRIA DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 90.....	88
5.3 A EXPANSÃO SOB OUTRO VIÉS.....	92
5.4 PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	95
6. POR UMA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DO ASSISTENCIALISMO	99
6.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-NORMATIVA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR	99
6.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO MECANISMO DE GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	104
PARTE 3 SOBRE A EMPIRIA	108
7 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNEMAT: ENTRE INDAGAÇÕES E COMPREENSÕES	109
7.1 UMA VISÃO CRÍTICA DAS RESOLUÇÕES.....	109
7.2 ANALISANDO OS EDITAIS E A DISTRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS POR CAMPI.....	118
8 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT	135

8.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS.....	135
8.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOB O OLHAR DOS NÃO USUÁRIOS.....	157
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA DA UNEMAT	185
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	186
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS USUÁRIOS.....	187
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS NÃO USUÁRIOS.....	196

PARTE 1

SOBRE A PESQUISA



1 PRIMEIROS PASSOS: INQUIETAÇÕES E CONEXÕES COM MINHA TRAJETÓRIA

Mas será correto, será, sobretudo, enriquecedor, esvaziar de pronto o temor, a dificuldade, a ansiedade quem um tema em nós suscita? (Ribeiro, 1999, p. 190)

Em suma, criar um problema de pesquisa é virar a própria mesa, rachando os conceitos e fazendo ranger as articulações das teorias. (Corazza, 2007, p. 116)

As inquietações que emergem em uma investigação acadêmica geralmente são oriundas de contínuos estudos e experiências vivenciadas pelo pesquisador. No meu caso, não é diferente. Minha trajetória profissional contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que, na condição de professor do Ensino Superior do curso de bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), campus Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, entre 2016 e 2018, pude ocupar o cargo de coordenador do curso e acompanhar a execução dos programas de Assistência Estudantil oferecidos aos acadêmicos.

Em razão do cargo na gestão, vivenciei a UNEMAT sob outros ângulos. Fui além da sala de aula, deparando-me com novas realidades. Como, por exemplo, fiquei intrigado quando soube que um estudante do curso de Direito trabalhava durante o período diurno como telefonista do campus, em troca dos benefícios concedidos pela Assistência Estudantil.

Nos corredores da Instituição, a inquietação aumentava, pois era comum me deparar com conversas de alunos acerca das ações de Assistência Estudantil, especialmente no que tange a dificuldade de acesso e a falta de fiscalização. O burburinho de que determinado colega tinha um *iPhone*, mas recebia auxílio-alimentação era recorrente.

Então, passei a refletir: há impedimento para quem possui *iPhone* ter acesso aos programas de Assistência Estudantil? O acadêmico precisa vender seu celular para poder se alimentar? Qual a concepção de “estudante usuário¹ de Políticas de Assistência Estudantil” diante de tais indagações?

No campus Pontes e Lacerda há moradia estudantil. Embora a UNEMAT não tenha ofertado residência universitária, neste campus específico, existem casas onde os alunos

¹ A utilização do termo “usuário” para se referir aos estudantes que acessam as Políticas de Assistência Estudantil apresenta-se como uma escolha consciente, ainda que não isenta de tensões. Alternativas como “beneficiário”, “atendido” ou “participante” tampouco estão livres de ambiguidades e limites. Assim, mantém-se o uso do termo “usuário” com a devida cautela, reconhecendo que as palavras que escolhemos para nomear sujeitos das políticas também produzem sentidos e efeitos, demandando constante reflexão crítica.

moram. O critério para a seleção é local, baseado na hipossuficiência. Contudo, as casas são de baixa qualidade, tanto do ponto de vista da infraestrutura, quanto em relação aos móveis.

Em seguida, descobri que as residências não foram construídas pela Universidade, pois a UNEMAT recebeu a doação do espaço, onde, atualmente, está situada e, por consequência, existiam cerca de 20 casas, que se tornaram moradia para os estudantes de baixa renda.

Ato contínuo, os problemas reais logo se tornaram problemas de pesquisa e motivaram a elaboração de meu projeto de Dissertação. Assim, cursei o Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará. No Mestrado, a pesquisa que desenvolvi esteve focada em investigar a eficácia das ações desenvolvidas pelos programas de Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, campus Pontes e Lacerda, tendo em vista o alcance dos objetivos de acesso e permanência. Naquele momento, interessava-me compreender em que medida as ações desenvolvidas pelos programas de Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, campus Pontes e Lacerda, alcançavam os objetivos de acesso e permanência.

Visando atingir os objetivos propostos, realizei um levantamento teórico a respeito das políticas públicas de acesso, expansão e permanência no Ensino Superior, bem como a Política de Assistência Estudantil ofertada pela UNEMAT. Tal levantamento teórico foi estruturado, especialmente, na análise legislativa sobre o tema, tanto na esfera federal, quanto no âmbito normativo da própria Instituição de Ensino Superior. Além da pesquisa documental, também realizei uma pesquisa de campo, em que utilizei um questionário para a coleta de dados. Na oportunidade, os sujeitos participantes da pesquisa foram os alunos dos cursos de graduação em Direito, Letras e Zootecnia, usuários de um ou mais programas de Assistência Estudantil, entre 2016 e 2018, no campus Pontes e Lacerda.

Defendi a Dissertação em agosto de 2020. Os resultados apontaram que os programas de Assistência Estudantil, embora atendam um público hipossuficiente, são alvo de críticas em relação ao processo de seleção, devido à ausência de fiscalização e ao atraso no pagamento aos beneficiários. Observei, ainda, que a UNEMAT tem sido omissa em ofertar aos alunos eventos explicativos a respeito dos programas de Assistência Estudantil. Diagnostiquei também que o número de inscritos é muito superior às bolsas ofertadas, o que compromete a eficácia dos programas.

Ocorre que minhas inquietações não pararam por aí. A princípio, se difundiram para conhecer a realidade dos outros campi da UNEMAT.

Para concorrer ao Doutorado em Educação da Unisinos, a intenção era realizar uma análise similar em outros campi da UNEMAT, visando comparar os dados coletados. Considerando a minha pesquisa, acreditava que o caminho seria fácil, pois bastaria dar continuidade ao que já havia desenvolvido no Mestrado.

Ocorre que, ao iniciar as disciplinas obrigatórias e optativas, a ideia do caminho fácil ficou para trás, mas desabrochou um trajeto muito mais prazeroso e profundo. Inicialmente, o choque veio durante as disciplinas cursadas e os encontros de Prática de Pesquisa. Tornou-se nítida a diferença entre um programa de Pós-graduação Acadêmico e um Profissional.

O Mestrado Profissional que cursei, possuía, em seu rol de disciplinas, um viés bastante técnico, com estudo de problemas de caso nos quais visava à capacitação profissional do gestor de Educação Superior. Já, no Doutorado Acadêmico, na Unisinos, as disciplinas cursadas possibilitaram novos olhares a respeito dos estudos inaugurados no Mestrado Profissional. De fato, senti na pele um aprimoramento teórico como aluno de Doutorado, docente e pesquisador.

As práticas de pesquisa me permitiram entrar em contato com autores até então desconhecidos. Dentre eles, destaco Dardot e Laval (2016) e sua obra “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”. A partir desta leitura, realizada no primeiro ano do Doutorado, e com as recorrentes discussões a seu respeito, nos encontros de Prática de Pesquisa, pude compreender o neoliberalismo como racionalidade, e como o Estado neoliberal contribuiu para o aumento das desigualdades, haja vista o modo de vida imposto pela sociedade, em que o “novo sujeito” é o homem da competição e do desempenho.

Com a compreensão da constituição do sujeito neoliberal e o apoio da minha orientadora e dos colegas da Prática de Pesquisa, o que antes era uma proposta com sustentação na pesquisa de campo nos campi da UNEMAT, tornou-se um problema de pesquisa composto pelas seguintes perguntas: a) que narrativas são produzidas sobre o estudante usuário da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT? b) Esta Política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais? c) Os estudantes da UNEMAT visualizam a Assistência Estudantil como um auxílio do Estado ou como um mecanismo de direito social?

Considerando as indagações propostas, o objetivo geral deste estudo consistiu em compreender a produção e os efeitos da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT em relação aos sujeitos alvos, observando se sua constituição como “assistido” (in)visibiliza desigualdades sociais e educacionais.

Articulados ao objetivo geral, os objetivos específicos foram:

- Compreender os contextos social, econômico e político mais amplos de produção da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT e o impacto da racionalidade neoliberal no direito à Educação Superior no Brasil;

- Analisar a trajetória histórico-normativa da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, aprofundando os estudos em documentos que esta Instituição produziu, ao longo dos anos, acerca de tal Política;

- Investigar os efeitos subjetivos dos usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, observando se esta Política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais.

Na construção da trajetória teórico-metodológica desta pesquisa, utilizei um conjunto de procedimentos, os quais envolvem: a análise investigativa do estado da arte sobre o tema, da legislação brasileira e dos documentos produzidos pela UNEMAT, além de relatos dos sujeitos pesquisados, coletadas por meio de dois questionários *on-line*. Dessa maneira, o *corpus* da pesquisa foi composto por relatos obtidos por meio de um questionário respondido por estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, visando compreender os rótulos que carregam consigo e as exigências acadêmicas para permanecer recebendo seus auxílios. O segundo questionário foi destinado a estudantes matriculados na UNEMAT, não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, mas que puderam contribuir com a investigação por meio de seus relatos, enquanto se revelou importante compreender como a comunidade acadêmica visualiza tal Política no âmbito da Instituição.

Este contexto, amparado em normas institucionais, foi entrelaçado à cena contemporânea, visto que, no contexto mais amplo em que essa Política se inscreve, há uma racionalidade neoliberal que já tomou conta da Educação Superior brasileira há alguns anos.

Para isso, organizei esta Tese em três partes.

Na primeira parte, *Sobre a pesquisa*, apresentei três capítulos. O capítulo 1, *Primeiros passos: inquietações e conexões com minha trajetória*, constituído por estas linhas inaugurais, dediquei-me a explicar como construí o objeto de estudo.

No capítulo 2, *Estudos sobre a Assistência Estudantil*, realizei um levantamento das pesquisas que dialogam com as temáticas mobilizadas na Tese.

No capítulo 3, *Escolhas teórico-metodológicas*, expus a UNEMAT como espaço empírico da pesquisa e apresentei as ferramentas utilizadas na produção desta Tese, notadamente a análise documental e os dois questionários.

A segunda parte, *Sobre o tempo em que vivemos: racionalidade neoliberal e produção de desigualdades*, foi dividida em três capítulos, como descrito a seguir.

No capítulo 4, *A racionalidade neoliberal e as transformações na sociedade contemporânea*, me propus a compreender como as transformações da sociedade contemporânea geraram efeitos nos processos formativos do sujeito e no aprofundamento das desigualdades, sob a ótica da racionalidade neoliberal.

No capítulo 5, *Implicações do neoliberalismo na Educação*, descrevi os impactos da lógica neoliberal na Educação, dando ênfase à Educação Superior. Apresentei, ainda, construções teóricas a respeito da permanência e evasão, articulando com os impactos do neoliberalismo em tais institutos.

No capítulo 6, *Por uma Assistência Estudantil para além do assistencialismo*, realizei uma análise histórico-normativa da Política de Assistência Estudantil no Ensino Superior e, a seguir, defendi que tal política deve ser visualizada como um mecanismo de garantia de direito à Educação Superior.

Em sua terceira e última parte, cujo título é *Sobre a empiria*, debruicei-me sobre o material empírico da tese, que se orientam por documentos da UNEMAT e as informações e narrativas obtidas por meio de questionários.

No Capítulo 7, *Assistência Estudantil na UNEMAT: entre indagações e compreensões*, analisei resoluções e editais da UNEMAT que auxiliaram no processo de pesquisa. A criticidade que me guiou permitiu identificar traços neoliberais nessa análise documental.

No Capítulo 8, *Os caminhos e descaminhos da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT*, analisei os dados produzidos a partir das respostas aos questionários, com o objetivo de compreender como os estudantes, usuários e não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, percebem essa política, especialmente no que diz respeito à (in)visibilização das desigualdades sociais e educacionais.

No capítulo 9, *Considerações finais*, fiz um breve apanhado do percurso realizado nesta pesquisa e apresentei algumas reflexões acerca das contradições que permeiam a Assistência Estudantil na UNEMAT. Embora contribua com a permanência do estudante, carrega consigo traços neoliberais de cunho individualista e meritocrático. A Tese que defendo é a de que *criar políticas em uma universidade pública requer a compreensão do acesso, permanência e conclusão como um direito social e a constante problematização das desigualdades vigentes*.

2 ESTUDOS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Os instrumentos para a constituição de um problema de pesquisa – com os quais montamos as estratégias e táticas dessa guerrilha de suspeição – não podem ser outros que os das teorizações que já foram produzidas. (Corazza, 2007, p. 117)

Definido o foco da investigação, busquei conhecer a produção acadêmica sobre o tema. Esse movimento propiciou uma compreensão mais ampla da temática, além de permitir a visualização de novos ângulos em relação ao que já foi produzido.

Inicialmente, com o objetivo de identificar pesquisas com ênfase em Assistência Estudantil, utilizei o descritor "assistência estudantil" como palavra-chave principal. As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal de Periódicos da CAPES.

O primeiro banco de dados pesquisado foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Nessa busca inicial, localizei 32.278 pesquisas, discriminadas por nível de titulação, conforme apresentado na Tabela 1. É notável a superioridade numérica de trabalhos envolvendo o tema Assistência Estudantil em nível de Mestrado, alcançando 20.690 do total de 32.278 trabalhos.

Tabela 1 - Descritor “assistência estudantil”

MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
5.337	20.690	6.251	32.278

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Em razão da elevada quantidade de Teses e Dissertações, precisei delimitar a pesquisa por área de concentração. Dessa forma, optei por “Educação”, “Políticas Públicas” e “Serviço Social”, por serem as que mais se aproximam do trabalho aqui proposto. A partir daí, encontrei 3.855 trabalhos, conforme exibo na Tabela 2.

Tabela 2 – Refinamento descritor “assistência estudantil”

MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
232	2.821	802	3.855

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

É importante destacar a baixa quantidade de trabalhos desenvolvidos no Doutorado em relação ao Mestrado, realidade que demonstra a relevância de um trabalho desenvolvido de forma mais extensa sobre a Assistência Estudantil. Desse total de 3.855 pesquisas, a maioria

pertence à área do Serviço Social, seguida pela Educação e, em número bem inferior, pelo campo das Políticas Públicas, conforme apresento na Tabela 3.

Tabela 3 – Descritor “assistência estudantil” por área

EDUCAÇÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS	SERVIÇO SOCIAL	TOTAL
1.675	75	2.105	3.855

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Após o refinamento por área, o número de trabalhos encontrados ainda continuou elevado para uma análise mais profunda. Assim, decidi unir o descritor “assistência estudantil” ao descritor “desigualdade social” e realizar uma nova busca, que resultou em 81 trabalhos, conforme apresento na Tabela 4.

Tabela 4 - Descritores “assistência estudantil” AND “desigualdade social”

MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
26	44	11	81

Fonte: Elaborada pelo autor , 2023.

A partir da leitura dos títulos dos 81 trabalhos selecionados, percebi que vários se afastavam do tema proposto, abordando assuntos como mobilidade estudantil, educação ambiental e saúde mental dos estudantes. Por esse motivo, as pesquisas passaram por um novo refinamento: área de concentração “Educação”, “Políticas Públicas” e “Serviço Social”, conforme exibo na Tabela 5.

Tabela 5 – Refinamento descritores “assistência estudantil” e “desigualdade social”

MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
9	22	4	35

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Do total de 35 Teses e Dissertações, a maioria pertence à área da Educação, restando apenas nove trabalhos para os outros dois campos de pesquisa, conforme apresento na Tabela 6.

Tabela 6 - Descritores “assistência estudantil” e “desigualdade social” por área

EDUCAÇÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS	SERVIÇO SOCIAL	TOTAL
27	2	6	35

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Ao ler o resumo, a introdução e as considerações finais dos 35 trabalhos selecionados por títulos, escolhi quatro Teses e quatro Dissertações do Catálogo de Teses e Dissertações da

CAPES, visando auxiliar em minha pesquisa. Dessa forma, as organizei por ano, autoria, título, curso e instituição, conforme apresento no Quadro 1.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados

ANO	AUTORIA	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO
2012	Simone Grace de Paula	Desigualdade e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na região metropolitana de Belo Horizonte	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais
2013	Anna Carolina Lili de Assis	Desafios e possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF	Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública	Universidade Federal de Juiz de Fora
2014	Márcia Pereira de Oliveira	Ditos e não ditos: como se constitui o sujeito bolsista imerso na Política de Assistência Estudantil (2009-2013)	Mestrado em Educação	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
2016	Juliana Barreto da Silva	A Política de Assistência Estudantil: estudo sobre condicionalidades	Mestrado em Serviço Social	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
	Julice Maria Resende Machado	“Começar de novo”: processo de integração/ reintegração no mercado de trabalho das alunas do PROEJA do Instituto Federal de Minas Gerais	Doutorado em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais
2017	Maria José de Resende Ferreira	Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT	Doutorado em Educação	Universidade Federal do Espírito Santo
2019	Daniela Galera Castilho	A Política de Assistência Estudantil do IFSP - campus Birigui e a desigualdade social: necessidades e contradições	Mestrado em Educação	Universidade do Oeste Paulista
	Micheli Suellen Neves Gonçalves	Gênero e formação docente: análise da formação das mulheres do campo do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Doutorado em Educação	Universidade de Brasília

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Paula (2012) investigou as possíveis influências das desigualdades sobre o desempenho escolar de jovens em processo de escolarização no contexto de expansão do ensino médio na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. A princípio, a autora identificou as possíveis desigualdades entre os jovens estudantes: étnica, de cunho socioeconômico, de gênero, de trabalho ou de escolarização. A seguir, realizou a coleta de dados de desempenho escolar.

Por meio da pesquisa, Paula (2012) verificou que as desigualdades sociais são persistentes e perpassam a condição juvenil, bem como o acesso ao sistema educacional e à participação na população economicamente ativa, incidindo diretamente sobre o desempenho escolar. A autora constatou, ainda, a existência de novas desigualdades relacionadas ao aprender, gerando, com isso, uma desistência relacional com a aprendizagem.

Assis (2013) investigou as ações desenvolvidas pela Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora, concebidas para minimizar as desigualdades social e educacional. A autora propôs uma visão mais ampla sobre tal Política, sugerindo ações voltadas não só ao combate à pobreza, mas que também reduzissem outras formas de desigualdade.

Para isso, Assis (2013) realizou uma pesquisa com abordagem qualitativa, organizada sob a forma de estudo de caso, com entrevistas com atores relacionados à Assistência Estudantil, além de proceder com pesquisas documentais e bibliográficas em dez universidades brasileiras que também desenvolvem a Política de Assistência Estudantil. Os resultados da pesquisa indicaram a necessidade de se promover avaliações desta Política, visando conhecer o perfil dos alunos atendidos, identificar necessidades do público-alvo, subsidiar a implantação de novas ações e verificar a eficácia das que já estão em curso.

Em seu estudo, Oliveira (2014) procurou compreender, por meio dos discursos dos discentes, os seus processos de subjetivação em condição de vulnerabilidade social, em um contexto de produção de sentidos e significados, relacionados às Políticas de Assistência Estudantil, entre 2009 e 2013. A autora examinou se havia relação entre os benefícios das políticas de apoio e a permanência dos bolsistas de iniciação ao trabalho no percurso escolar, e objetivou entender como se constituem esses sujeitos em meio às relações de poder que os atravessam, além de analisar como vivenciam o espaço escolar a partir de sua condição de bolsista.

Oliveira (2014) aplicou questionários e entrevistas em seu percurso metodológico. A partir dos resultados, concluiu que as Políticas de Assistência Estudantil estão diretamente relacionadas à permanência dos alunos na escola, mas não são o fator predominante. Além disso, as relações de poder são assimétricas e baseadas na disciplina, na hierarquia e na separação. Por fim, percebeu um tensionamento entre o discurso oficial e o discurso dos discentes.

A pesquisa de Silva (2016) analisou a concepção e a operacionalização das condicionalidades no contexto da Política de Assistência Estudantil de instituições federais de ensino superior. Afinal, funcionam como exigências para a manutenção de benefícios

ofertados por meio de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, configurando-se, de modo geral, na cobrança de desempenho acadêmico e de trabalho.

Em relação à metodologia adotada, a autora realizou uma pesquisa qualitativa, com base no método dialético-crítico. A partir dos dados obtidos, verificou que as condicionalidades foram se construindo ao longo da história com caráter retributivo, sendo criadas e recriadas nas legislações e formas de operacionalização. Essas concepções se pautam em uma lógica de mercado e neoliberal, meritocrática, individualista, excludente, de direito retributivo, de sujeitos devedores e de negação de direitos. Silva (2016) concluiu que as condicionalidades perpetuam a desigualdade, a exclusão e o estigma, sujeitando os indivíduos a um caráter de devedores, constituindo-se, em si, como uma forma de exclusão social e negação de direitos.

Machado (2016) estudou a inserção das alunas egressas, com 40 anos ou mais, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Minas Gerais, no mercado de trabalho. Do ponto de vista metodológico, a autora utilizou consulta bibliográfica/documental, aplicação de entrevistas/questionários e sistematização dos dados.

Em seus resultados, Machado (2016) observou que o processo educativo oportunizado pelo Programa é de muita importância para as alunas entrevistadas, mas a conclusão do curso não implicou na conquista de estabilidade profissional.

Em seu trabalho, Ferreira (2017) se dedicou aos percursos formativos das estudantes do Programa Nacional Mulheres Mil, matriculadas no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória. Metodologicamente, o estudo se apropriou de aportes da pesquisa qualitativa e da história oral, com enfoque nas histórias de vida. Utilizou, ainda, como ferramentas metodológicas, grupos de discussão e entrevistas.

Os resultados apontaram que as estudantes enfrentam problemas de ordem econômica advindos das relações de gênero, bem como dificuldades para acompanhar as demandas da escola. A autora defendeu que a oferta dos Programas contribui para o empoderamento e para a emancipação das mulheres.

Castilho (2019) identificou e analisou os motivos pelos quais os estudantes do ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Birigui, que apresentam o critério de renda considerado prioritário pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, não participam do processo de seleção do Programa. A investigação foi conduzida pelo método do materialismo histórico-dialético, realizada por meio de análise

documental e de pesquisa empírica, com aplicação de questionários e entrevista semiestruturada.

Os resultados indicaram que vários alunos não se inscreveram no Programa de Auxílio-Permanência devido à ineficiência dos meios de divulgação, à evasão precoce, à naturalização das carências ou mesmo à alienação do conhecimento para apropriação e objetivação de bens e serviços.

Castilho (2019) identificou e analisou os motivos pelos quais os estudantes do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Birigui, que apresentam o critério de renda, considerado prioritário pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, não participam do processo de seleção do Programa. A investigação foi conduzida pelo método do materialismo histórico-dialético, realizada por meio de análise documental e de pesquisa empírica, com aplicação de questionários e entrevista semiestruturada.

Os resultados indicaram que vários alunos não se inscreveram no Programa de Auxílio-Permanência, devido à ineficiência dos meios de divulgação, à evasão precoce, à naturalização das carências, ou mesmo, à alienação do conhecimento para apropriação e objetivação de bens e serviços.

O estudo de Gonçalves (2019) se situou no campo do Gênero e Formação Docente. A autora fez uma análise da formação das mulheres do curso de licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Gonçalves (2019) analisou a experiência formativa ofertada pelo curso, visando identificar riscos e potencialidades para a consolidação de um projeto de formação emancipadora às mulheres do campo.

Articulando o materialismo histórico-dialético com a história oral de vida, a autora concluiu que as mulheres pertencentes à territorialidade do campo, mesmo inseridas em um contexto de gênero em que o patriarcalismo, o racismo e o capitalismo constituíram circuitos interligados de dominação e influenciaram diretamente as relações sociais, foram capazes de driblar a ausência de políticas públicas e de excessivas jornadas de trabalho, consolidando um processo de conscientização de classe e de lutas femininas.

Após o estudo das pesquisas selecionadas, retornei ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para uma nova busca. Assim, utilizei os descritores “assistência estudantil” e “classes sociais”, resultando em 205 pesquisas, conforme indico na Tabela 7.

Tabela 7 - Descritores “assistência estudantil” e “classes sociais”

	MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
--	-----------------------	----------	-----------	-------

24	116	65	205
----	-----	----	-----

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Visando diminuir esse número, utilizei o refinamento por áreas: Educação, Serviço Social e Políticas Públicas. Assim, os trabalhos diminuíram para 89, conforme demonstro na Tabela 8.

Tabela 8 - Refinamento descritores “assistência estudantil” e “classes sociais”

EDUCAÇÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS	SERVIÇO SOCIAL	TOTAL
70	17	2	89

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Neste momento, não era mais suficiente a análise cuidadosa dos trabalhos que, por si só, tratavam sobre a Assistência Estudantil. Era necessário identificar aqueles que a envolviam entrelaçada às classes sociais. Assim, selecionei quatro Dissertações e as organizei por ano, autoria, título, curso e instituição, conforme mostro no Quadro 2.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados (assistência estudantil” e “classes sociais”)

ANO	AUTORIA	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO
2008	Michely de Lima Ferreira Vargas	Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Minas Gerais
2015	Kleber Rodrigo Durat	A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre a assistência estudantil	Mestrado em Serviço Social	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
2018	Lucas Pinheiro Araújo	Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos?	Mestrado em Serviço Social	Universidade Federal de Pernambuco
2019	Dário Vaneli Junior	Assistência estudantil, domesticação e libertação em debate: o contexto da UFMS, campus de Coxim	Mestrado em Educação	Universidade Federal de Mato Grosso

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Vargas (2008) analisou as relações entre a formação em nível superior, a Assistência Estudantil e a inserção profissional para uma amostra de egressos de quatro cursos da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo a autora, ter condições de permanecer, com dignidade, no Ensino Superior até a conclusão dos estudos é direito dos universitários das classes populares. No entanto, isso não significa o fim dos constrangimentos econômicos aos quais os estudantes de origem popular são submetidos durante sua passagem pelo ambiente acadêmico.

Em sua pesquisa, Durat (2015) apontou que a Educação está voltada cada vez mais aos interesses do mercado de trabalho, despreocupado com a formação de seres humanos para a vida. Nesse sentido, suscitou uma reflexão de que a Assistência Estudantil não é somente uma medida adotada para a democratização do ensino, mas também uma ação política compreendida em prol da formação de um quadro técnico especializado para atuar nas áreas específicas do capital e, dessa forma, gerar lucro para o sistema.

Metodologicamente, o autor optou pelo levantamento de dados em fontes primárias e secundárias, tais como leis, decretos, projetos institucionais, relatórios, fichas cadastrais e relatórios socioeconômicos dos estudantes contemplados por programas estudantis entre 2008 e 2012, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Francisco Beltrão.

Araújo (2018) analisou os elementos de constituição da permanência estudantil na Educação Superior. Para isso, observou duas universidades federais localizadas na região Nordeste: a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal de Pernambuco, entre 2012 e 2016. A análise procurou compreender como a oferta dos serviços de Assistência Estudantil, respaldada no Programa Nacional de Assistência Estudantil, contribuiu para a permanência estudantil nessas instituições.

Como resultado, o autor observou que a permanência estudantil se apresentou, no percurso investigativo, como uma atribuição institucional que atravessa todo o período de formação superior, em que as ações de Assistência Estudantil compreendem parte do atendimento das demandas estudantis.

Em seu trabalho, Vaneli Junior (2019) utilizou a Política de Assistência Estudantil como objeto de estudo, materializada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, visando analisá-la a partir do discurso dos beneficiários, considerando a totalidade dos sujeitos a ela ligados (os professores e o técnico responsável na unidade). O método de pesquisa seguiu uma perspectiva dialética e teve como principal técnica a coleta de dados, por meio da realização de entrevista semiestruturada com os acadêmicos beneficiários do auxílio-permanência e do auxílio-alimentação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Coxim.

Em seus resultados, o autor pôde perceber uma ausência de participação dos discentes e dos professores na gestão e avaliação da Política de Assistência Estudantil, tornando-a burocrática, verticalizada e voltada a uma perspectiva de doação.

Após estudar as pesquisas selecionadas, realizei outra busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com os descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”. O resultado foi de 66 trabalhos, conforme apresento na Tabela 9.

Tabela 9 - Descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”

MESTRADO PROFISSIONAL	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
13	42	11	66

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Para reduzir a quantidade de Teses e Dissertações encontradas, procurei refiná-las por áreas: Educação, Serviço Social e Políticas Públicas. Dessa forma, os trabalhos reduziram para 29, conforme exibo na Tabela 10.

Tabela 10- Refinamento descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”

EDUCAÇÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS	SERVIÇO SOCIAL	TOTAL
23	3	3	29

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Ao efetuar a leitura dos 29 trabalhos, identifiquei os que se repetiam e os que não versavam sobre o tema desta pesquisa. Em razão disso, selecionei três para a leitura, conforme demonstro no Quadro 3.

Quadro 3 - Trabalhos selecionados - descritores “assistência estudantil” e “bolsistas”

ANO	AUTORIA	TÍTULO	CURSO	INSTITUIÇÃO
2011	Jardel Pelissari Machado	Entre frágeis e durões efeitos da Política de Assistência Estudantil nos modos de subjetivação dos estudantes da Universidade Federal do Paraná	Mestrado em Psicologia	Universidade Federal do Paraná
2018	Antonia do Socorro Freitas Chaves	Desvelando a permanência das/dos estudantes cotistas e/ou bolsistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/campus Salvador	Mestrado em Educação e Contemporaneidade	Universidade do Estado da Bahia
2018	Jonis Manhães Sales Felipe	Assistência estudantil e tendências da política social no Brasil: resultados na permanência dos estudantes do Instituto Federal Fluminense	Doutorado em Políticas Sociais	Universidade Estadual do Norte Fluminense

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Machado (2011) investigou os efeitos de sentido envolvidos nos processos que produzem identidades e modos de subjetivação em estudantes universitários de baixa renda, participantes de programas para ampliar as condições de permanência na universidade. O autor identificou que a bolsa recebida pelos estudantes ora é entendida como direito dos alunos que não têm condições de se manterem na universidade, ora como benefício que, ou os

deixa em situação de desigualdade em relação aos demais, ou exige a comprovação de mérito em forma de atividades a serem desempenhadas.

O trabalho de Chaves (2018) foi realizado nas perspectivas das desigualdades raciais e das políticas afirmativas na Educação. A autora procurou conhecer as contribuições do Programa de Assistência e Apoio ao Estudante e as estratégias na permanência dos alunos bolsistas e/ou cotistas, das vagas socioeconômicas e étnico-raciais, dos cursos de níveis médio e superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Salvador.

Chaves (2018) realizou uma pesquisa qualitativa com estudos quantitativos, realizando entrevistas e questionários semiabertos. A autora utilizou como metodologia de pesquisa a linha bibliográfica-documental.

Em seus resultados, Chaves (2018) concluiu que, aos alunos negros oriundos de escolas públicas, o direito de permanência ultrapassa a questão material, sendo essencial que a instituição também promova meios de favorecer a sua permanência simbólica.

Felippe (2018) problematizou as ações de Assistência Estudantil após a implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil. Para isso, realizou um levantamento de produções teóricas envolvendo os conceitos de política social, direito social, educação, desigualdade, pobreza e Assistência Estudantil.

O autor elaborou uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, com revisão e discussão das produções teóricas; análise de documentos, legislações e informações oficiais sobre a Política Educacional e a Assistência Estudantil; levantamento e sistematização do orçamento nacional e interno para a área; e elaboração de perfil socioeconômico dos estudantes solicitantes e daqueles realmente atendidos pela Assistência Estudantil.

Os resultados demonstraram a tendência de focalização das ações, algo já presente nas políticas sociais em geral, constituída pelo financiamento ainda insuficiente e por elementos de disputa no interior da gestão da instituição. Além disso, reforçaram a capacidade de se alcançarem repercussões positivas na vida acadêmica dos discentes, embora a intensidade desses efeitos se mostre dependente diretamente da abrangência, da execução e do acompanhamento dos serviços, que não podem, como qualquer política social no modo de produção capitalista, ser hiperdimensionados em suas possibilidades.

Após estudar os trabalhos selecionados, escolhi outro local de busca, visando encontrar artigos a partir do descritor “assistência estudantil”. Para isso, acessei o Portal de Periódicos CAPES, onde o buscador gerou 807 resultados, os quais organizei a partir do tipo de recurso, conforme explano na Tabela 11.

Tabela 11 – Portal de Periódico - descritor “assistência estudantil”

ARTIGOS	DISSERTAÇÕES	IMAGENS	RELATÓRIOS	RESENHAS	TOTAL
792	5	2	4	4	807

Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Inicialmente, realizei a leitura do título dos trabalhos para filtrar os que, efetivamente, discutiam ou se aproximavam da discussão a respeito da Assistência Estudantil como medida que viabiliza ou inviabiliza as desigualdades sociais. Após a seleção, seis foram os artigos que separei para analisar com maior profundidade, conforme apresento no Quadro 4.

Quadro 4 – Portal de Periódicos - trabalhos selecionados

ANO	AUTORIA	TÍTULO	REVISTA
2014	Jardel Pelissari Machado e Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan	Política pública e subjetividade: a assistência estudantil na universidade	Textos & Contextos
2016	Eliana Barros Pinheiro	O caráter das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas	Revista Mundi Sociais e Humanidades
	Jardel Pelissari Machado e Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan	Direito ou benefício? Política de Assistência Estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários	Estudos de Psicologia
2017	Natália Gomes dos Reis Dutra e Maria de Fátima de Souza Santos	Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
2019	Ernny Coêlho Rêgo e Marinina Gruska Benevides	A assistência estudantil e a redução das desigualdades sociais no contexto de fragilização das políticas sociais	Inter-Ação
	Paulo Fernando de Melo Martins, Eder Gama da Silva e Nathanni Marrelli Matos Maurício	A história da assistência estudantil no ensino superior brasileiro: Programa Nacional de Assistência Estudantil e o aumento das classes “D” e “E” nas universidades federais	Revista Observatório

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Em seu artigo, Machado e Pan (2014) analisaram, por meio de um estudo documental de textos internacionais e nacionais, os possíveis efeitos de sentido produzidos pela Política de Assistência Estudantil, voltada à manutenção de estudantes de baixa renda na universidade, para os processos de subjetivação dos estudantes beneficiados. Os autores realizaram uma análise do Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção, instituído na Universidade Federal do Paraná, constituído pelas bolsas permanência, refeição e moradia estudantil, em que exploraram os requisitos para a manutenção da bolsa, tais como a aprovação em, no mínimo, 75% das disciplinas cursadas e o cumprimento de 12 horas de atividades formativas.

Machado e Pan (2014) concluíram que, ao definir aspectos da vida acadêmica, a Política de Assistência Estudantil produz efeitos concretos sobre as possibilidades de ser e

agir desses jovens no contexto institucional. Para os autores, ao mesmo tempo em que a Política garante o seu direito, concedendo a possibilidade de se manter na universidade, dá a esse mesmo estudante, por meio dos mecanismos de condução do Programa no qual está inserido, um lugar discursivo também marcado pela desigualdade que o constitui na universidade: o universitário com “fragilidade econômica” (Machado; Pan, 2014, p. 191).

Pinheiro (2016) teceu uma crítica a respeito da Assistência Estudantil pensada com prioridades acadêmicas e administrativas, tendo seu acesso por vias seletivas, mediante critérios essencialmente econômicos, potencializando a importância da assistência como parte de um projeto acadêmico, com a função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes.

Para a autora, a Política de Assistência Estudantil não pode ser vista sob o viés exclusivamente compensatório; é necessário pensar na construção de uma Política que garanta condições de cidadania e que alcance a diversidade que as universidades contemplam.

Machado e Pan (2016) discutiram se as ações de assistência deveriam ser compreendidas como uma renda universal a todos, de forma incondicional, conferindo cidadania aos excluídos, ou se seria o caso de exigência de contrapartida. Discutiram, ainda, se as contrapartidas não estariam condicionando um direito, em casos em que os beneficiários, muitas vezes, já estariam em situações bastante vulneráveis.

Em seu artigo, Dutra e Santos (2017) fizeram uma contextualização histórica da construção da Assistência Estudantil, visando evidenciar os contextos sociopolíticos nos quais ela ocorreu e os principais sujeitos políticos envolvidos. Segundo as autoras, a Política de Assistência Estudantil, no panorama brasileiro, foi se construindo em meio a cenários sociopolíticos e econômicos diversos, a partir de diferentes atores sociais. Assim, essa realidade favoreceu a proposição de concepções diversas, havendo uma disputa de perspectivas em torno do que seria considerada uma Assistência Estudantil ideal.

As autoras defendem uma Política de Assistência Estudantil realmente comprometida com os reais interesses e necessidades estudantis, na perspectiva do direito social, valorizando-se, em sua construção, princípios democráticos para alcançar uma política realmente eficaz.

Rêgo e Benevides (2019) refletiram sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto neoliberal de fragilização das políticas sociais, ao propor um exercício reflexivo sobre as contradições da política social que pretende democratizar a permanência no Ensino Superior, mas é equacionada pelo modelo neoliberal de Estado mínimo. As autoras realizaram uma pesquisa documental e bibliográfica e concluíram que os contingenciamentos

operados pela lógica neoliberal às políticas sociais nos países de economia periférica delineiam ações que não coadunam com o compromisso de incluir socialmente a Educação.

Em seu artigo, Martins, Silva e Maurício (2019) estudaram a evolução histórica da Assistência Estudantil, principalmente a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil, objetivando entender como esse processo tem se desenvolvido no meio acadêmico superior público. Os autores afirmam que a pesquisa realizada evidenciou que a educação brasileira, no início de sua implantação, foi direcionada pela lógica neoliberal, que propõe uma educação voltada ao material, com a premissa de formação de recursos humanos para atender ao mercado consumidor, transformando a educação em uma mercadoria consumível. Todavia, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e do Plano Nacional de Educação, de 2014-2024, verificou-se um avanço no sentido de entender a educação como um direito social, consolidando, assim, o compromisso legal.

As pesquisas analisadas demonstram que é abundante o número de trabalhos que investigam a Assistência Estudantil. Trata-se de uma temática estudada em diferentes áreas e diversas perspectivas. Observo, ainda, a quantidade predominante de pesquisas realizadas em nível de Mestrado.

Outra constatação é a de que a maioria das investigações não entrelaça a Política de Assistência Estudantil com a cena contemporânea, haja vista que tal Política se constitui no contexto da racionalidade neoliberal que já tomou conta da Educação Superior brasileira há alguns anos.

Portanto, dessa relação entre a Assistência Estudantil e a racionalidade neoliberal, há questionamentos que ainda não foram elucidados pela comunidade científica. Essas observações favorecem a necessidade desta pesquisa, em nível de Doutorado, em um Programa de Pós-Graduação em Educação, em que propus analisar se as Políticas de Assistência Estudantil visibilizam ou invisibilizam as desigualdades sociais em uma universidade pública, buscando compreender de que modo o neoliberalismo produz efeitos na Educação Superior brasileira, mais precisamente na Política de Assistência Estudantil.

Posto isto, apresento, a seguir, os caminhos percorridos para o processo de constituição desta Tese.

3 ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Construímos nossos modos de pesquisar movimentando-nos de várias maneiras: para lá e para cá, de um lado para outro, dos lados para o centro, fazendo contornos, curvas, afastando-nos e aproximando-nos (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 16).

Segundo Ribeiro (1999), o tema escolhido para uma pesquisa geralmente é difícil e, por vezes, tentador, apesar de, frequentemente, tratar de algo que desperta nossos desejos. Isto é, ao mesmo tempo que atrai, nos atemoriza.

Essa mistura de sensações anda de mãos dadas com as escolhas metodológicas que trilhei, uma vez que esse percurso está ligado às minhas inquietações como docente da UNEMAT, nascidas no campus Pontes e Lacerda, enquanto atuava como coordenador de curso e convivia com usuários da Política de Assistência Estudantil da Instituição.

Neste capítulo, dividido em três seções, procurei detalhar o passo a passo metodológico para a constituição da pesquisa. Na primeira seção, intitulada *UNEMAT, espaço empírico da pesquisa*, como o próprio título anuncia, trato da história da criação e expansão da Universidade, por meio de obras e pesquisas de autores mato-grossenses. Apresento também uma exposição de características e particularidades da UNEMAT, mostrando alguns indicadores da Instituição.

Na segunda seção, cujo título é *Notas sobre a pesquisa documental*, apresento os documentos da UNEMAT que foram o foco da análise documental. Por fim, na última parte deste capítulo, descrevo os *Procedimentos e estratégias para aplicação dos questionários*.

3.1 UNEMAT, ESPAÇO EMPÍRICO DA PESQUISA

Não terá havido muitas outras vezes na história, pelo menos do Brasil, em que intelectuais e políticos esquerdistas, de todos os quadrantes do centro, mais os chamados liberais e até conservadores tenham se reunido em torno de um projeto que, reconheciam, era muito maior e mais duradouro que suas diferenças. A UNEMAT foi e é esse projeto. (GASPAR, 2016, p. 86).

Muitos caminhos foram trilhados antes de a UNEMAT se consolidar como importante Instituição Pública de Ensino Superior no Centro-Oeste brasileiro. Portanto, é relevante compreender seu percurso político e institucional, ancorado em Zattar (2008) e Zattar et al. (2018). É o que descrevo na subseção "UNEMAT: origem e expansão". É importante ressaltar que apresento dados da Instituição na subseção "Características e particularidades da

UNEMAT", demonstrando o impacto de sua existência e relevância para o estado de Mato Grosso e para o Brasil.

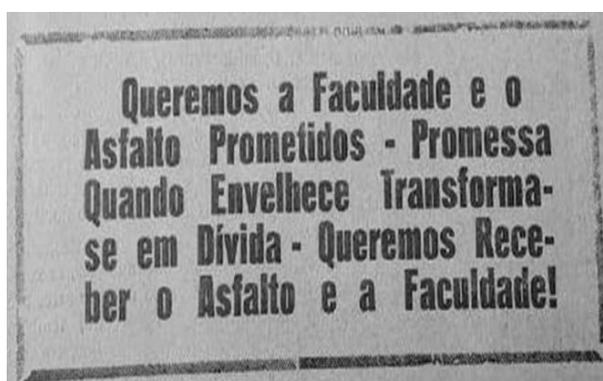
3.1.1 UNEMAT: origem e expansão

O município de Cáceres/MT figura como berço dessa Instituição e, até a segunda metade da década de 1970, o Ensino Superior era oferecido fundamentalmente nas metrópoles e em algumas cidades do interior do país. As pessoas que moravam fora desse eixo não tinham a oportunidade de frequentar um curso de nível superior, o que impossibilitava o acesso à formação da grande maioria dos professores de Cáceres/MT e região (Zattar et al., 2018).

Por isso, para cursar a graduação, os cacerenses precisavam deixar seus lares e procurar outras cidades. Ou, então, contar com a oferta de cursos pela Universidade Federal de Mato Grosso no período de férias, como ocorreu com os cursos de licenciatura curta em Letras e Pedagogia, ofertados em Cáceres/MT, no Instituto Santa Maria (Zattar et al., 2018).

Segundo Zattar (2008), em 11 de outubro de 1977, o governador José Garcia Neto articulou a saída do governo estadual para se candidatar ao Senado Federal, ficando em seu lugar o vice-governador Cássio Leite de Barros, que tomara posse em 14 de agosto de 1978. Naquele período, a sociedade cacerense passou a reivindicar promessas políticas verbalizadas, mas não cumpridas até o momento, especialmente em relação à criação de uma Instituição de Ensino Superior. Este era o sentimento da população, como noticiou o jornal *Correio Cacerense*, em 27 de janeiro de 1978, conforme exibido na Figura 1.

Figura 1 - Reivindicação da Faculdade em Cáceres/MT:



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 138.

No mesmo ano, foi criada a Sociedade Educadora de Cáceres Ltda., que visava propor discussões para a criação de uma Instituição de Ensino Superior localizada em Cáceres/MT.

Foi um movimento que contou com a adesão do poder executivo municipal, de representantes do poder eclesiástico e da sociedade (Zattar et al., 2018).

A ideia se ancorava na demanda de egressos das escolas públicas de Cáceres/MT e região, como na chegada/retorno de professores qualificados, que poderiam compor o futuro quadro de docentes desta possível instituição de Ensino Superior mato-grossense (Zattar, 2008).

O empreendimento educacional, que, a princípio, propunha uma instituição particular, necessitava da formalização de um contrato social entre Ernani Martins, Máximo Biènnés e José Rodrigues Fontes, os quais ocupariam a condição de sócios majoritários, unindo forças a um grupo de professores locais (Zattar, 2008).

Após ficar pronto o esboço do projeto, o deputado estadual Airton Reis propôs aos sócios uma revisão do projeto para transformar a instituição particular em uma pública. A opção pela instituição pública foi acatada (Zattar, 2008).

Em 20 de julho de 1978, por meio da Lei nº 703, o poder legislativo municipal autorizou o poder executivo a criar o Instituto de Ensino Superior de Cáceres e, na mesma data, o prefeito Ernane Martins assinou o Decreto nº 190, que instituiu oficialmente a sua criação (Zattar, 2008).

Ato contínuo, em 15 de agosto de 1978, a Câmara Municipal de Cáceres aprova a Lei nº 704 e, em seu artigo 1º dispôs: Fica criado,

fica criado, como entidade autárquica municipal, vinculada à Secretaria de Educação e Assistência Social, com personalidade jurídica própria, sede e foro nesta cidade, o Instituto de Ensino Superior de Cáceres - IESC, com o objetivo de promover o ensino superior e a pesquisa no município de Cáceres (Cáceres, 1978).

O Instituto de Ensino Superior de Cáceres ofertou, inicialmente, os cursos de licenciatura plena em Letras, com habilitação em Português e Inglês, e de licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais, na modalidade Educação Moral e Cívica. No início de 1979, foi criado o curso de licenciatura de 1º grau em Ciências.

Segundo Zattar (2008), os cursos foram autorizados a funcionar por meio da Resolução nº 61, de 21 de dezembro de 1978, do Conselho Estadual de Educação.

As aulas iniciaram no dia 4 de setembro de 1978, conforme apresento na Figura 2.

Figura 2- Início das aulas no Instituto de Ensino Superior de Cáceres



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 141.

Em relação ao espaço físico, as aulas eram executadas nas dependências da Escola Estadual Esperidião Marques, conforme mostro na Fotografia 1.

Fotografia 1 - Instituto de Ensino Superior de Cáceres na Escola Estadual Esperidião Marques



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 142.

Essa história não começou com um ensino gratuito. Embora o Instituto fosse declarado de caráter público, cobrava-se dos alunos taxa de anuidade no valor de dez mil cruzeiros, o

que atualmente equivale a R\$ 3.198,36, divididos em dez parcelas, não obstante a existência de bolsas de estudo (Zattar *et al.*, 2018).

A prefeita Ana Maria da Costa e Faria² defendeu a estadualização do Instituto de Ensino Superior de Cáceres e, juntamente com representantes políticos de Cáceres/MT e região, passou a fazer gestão junto ao governo estadual, que, pressionado pelos seguidores partidários e pela repercussão alcançada em torno desse fato na mídia, encaminhou um projeto de estadualização à Assembleia Legislativa (Zattar *et al.*, 2018).

Em 19 de dezembro de 1985, foi publicada a Lei estadual nº 4.960, que instituiu a Fundação Centro Universitário de Cáceres, entidade fundacional, autônoma, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, visando promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e a divulgação científica, técnica e cultural (Zattar, 2008). Dessa forma, sua criação marcou a passagem da vindoura UNEMAT da instância municipal à estadual.

Em 17 de julho de 1989, foi publicada a Lei estadual nº 5.495, que modificou o nome da instituição de ensino de Centro Universitário de Cáceres para Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres. A alteração legislativa ocorreu em atendimento ao Parecer do Conselho Federal de Educação, visando à adaptação perante a legislação federal que regulamentava a matéria (Zattar *et al.*, 2018).

A nova Lei consolidou a democracia no âmbito interno da Instituição, pois oportunizou que professores, funcionários e acadêmicos passassem a ter seus pares os representando nos órgãos colegiados. Ainda, foi por meio dessa Lei que o ensino passou a ser totalmente gratuito (Zattar, 2008).

Um fato histórico marcante à época foi o primeiro processo eleitoral para a coordenação da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres, ocorrido em junho de 1989, sendo eleito o professor Carlos Alberto Reyes Maldonado³ para o cargo de coordenador (Zattar, 2008).

Novas conquistas surgiram como desdobramento do pleito eleitoral, tais como a garantia da aplicação anual de 1%, no mínimo, da receita resultante de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino público superior estadual e a aprovação do plano de carreiras, cargos e salários dos docentes (Zattar *et al.*, 2018).

²Foi a primeira prefeita de Cáceres/MT, nomeada para um mandato de três anos, de 1983 a 1985. Posteriormente, foi eleita vereadora por dois mandatos, de 1992 a 1996. Disponível em: zakinews.com.br/as-mulheres-no-legislativo-de-caceres/. Acesso em: 27 dez. 2024.

³ Foi coordenador da Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres, entre 1989 e 1994, e primeiro reitor da UNEMAT, entre 1994 e 1996. Também foi secretário de Educação de Cuiabá/MT, entre 2000 e 2004. Disponível em: portal.unemat.br/noticia_imprimir.php?idn=11449. Acesso em: 27 dez. 2024.

A Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres também inaugurou as primeiras experiências de expansão. Com o lema “do interior para o interior”, ocorreu a instalação do núcleo regional no município de Sinop/MT. Ato contínuo, as classes política e educacional de outras regiões de Mato Grosso passaram a reivindicar a criação de novos núcleos regionais (Zattar *et al.*, 2018).

Assim, entre os dias 11 e 13 de dezembro de 1990, no Primeiro Seminário de Expansão do Ensino Superior de Mato Grosso, em Cáceres/MT, definiu-se a criação de núcleos regionais de Ensino Superior nos municípios mato-grossenses de Alta Floresta, Pontes e Lacerda, Alto Araguaia, Nova Xavantina e Luciara.

Diante da política de expansão do ensino público, a Instituição assumiu seu caráter multicampi, pois não se limitava mais ao município de Cáceres/MT. Para se adequar à nova realidade organizacional e atender às exigências administrativas, em 16 de janeiro de 1992, por meio da Lei complementar nº 14, a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres passou a ser denominada Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso, mantendo suas funções educacionais (Zattar *et al.*, 2018).

A partir desse acontecimento, instala-se um novo paradigma: o de tornar a instituição plural, não só no sentido de localização geográfica, de estar inserida em várias regiões do Estado, mas de conviver, de forma mais ampliada, com diferentes culturas, credos e concepções ideológicas; de estar aberta à população estudantil que busca a formação profissional e também de possibilitar a formação dos profissionais da educação, por meio de modalidades de ensino diferenciadas, entre outras possibilidades que a expansão do ensino no Estado pode oferecer (Zattar *et al.*, 2018, p. 81).

Em março de 1992, surgiu o primeiro projeto de uma turma diferenciada: licenciaturas plenas parceladas, a serem oferecidas no município de Luciara/MT, no período de férias e recesso escolar, para atender a uma demanda de professores da rede pública de ensino (Zattar, 2008).

Em 15 de dezembro de 1993, por meio da Lei complementar nº 30, criou-se a Universidade do Estado de Mato Grosso sob a forma de Fundação, extinguindo a Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres. Foi por meio dessa Lei que foram instituídos os campi, substituindo os antigos núcleos pedagógicos (Zattar *et al.*, 2018).

Em 2 de fevereiro de 1994, ocorreu o ato de instalação definitivo da Universidade do Estado de Mato Grosso, em cerimônia realizada no Centro Cultural de Cáceres. Logo, no dia 8 de fevereiro do mesmo ano, foi publicada a nomeação do professor Carlos Maldonado para o cargo de reitor pro tempore da Universidade, sendo eleito democraticamente como primeiro reitor, em junho de 1994 (Zattar *et al.*, 2018).

A expansão continuou por meio da criação de novos cursos, campi e polos, como foi o caso da abertura dos cursos de bacharelado em Direito e em Ciências Contábeis, em Cáceres/MT, em 1994. Ato contínuo, em abril de 1995, ocorreu o início do funcionamento do campus Tangará da Serra (Zattar, 2008).

Em 2019, foi publicada a Lei nº 611, que alterou o nome da Instituição para Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), em homenagem ao primeiro reitor da Instituição.

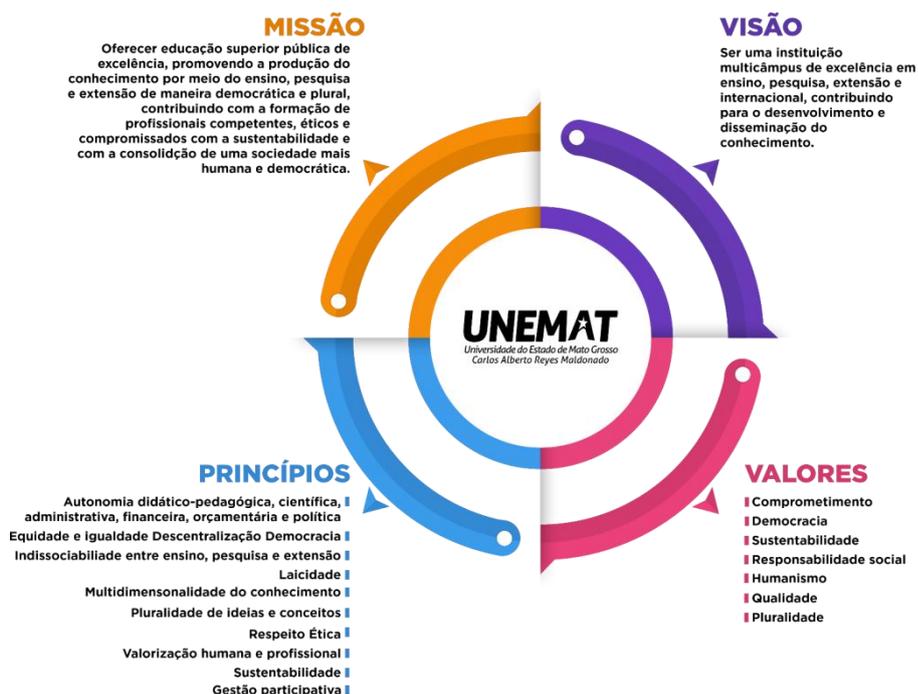
Desse processo de criação e expansão da UNEMAT, é possível perceber a importância da participação das pessoas das comunidades beneficiadas. Assim, conclui-se que a UNEMAT foi uma Instituição construída pelo cidadão do interior de Mato Grosso, para resolver as carências e demandas em relação às oportunidades de acesso à Educação Superior, como meio de melhorar a vida no sentido amplo (Rieder, 2011).

Rieder (2011) destaca a importância de a sociedade proteger e fortalecer a UNEMAT, enquanto se constitui a esperança das famílias em encaminharem seus filhos ao Ensino Superior.

3.1.2 Características e particularidades da UNEMAT

A UNEMAT define sua missão, visão, princípios e valores, conforme demonstro na Figura 3.

Figura 3 - Missão, visão, princípios e valores da UNEMAT



Em relação à organização institucional, a estrutura da UNEMAT compreende:

- I. Congresso Universitário;
- II. Órgãos Colegiados:
 - a) Conselho Curador;
 - b) Conselho Universitário - CONSUNI;
 - c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE.
- III. Órgãos de Administração Central:
 - a) Reitoria;
 - b) Pró-Reitorias;
 - c) Assessorias Superiores.
- IV. Órgãos de Administração Executiva;
- V. Órgãos de Administração Didático-Científica;
- VI. Órgãos de Administração Regional (Mato Grosso, 2016, p. 2).

Conforme o *Anuário estatístico 2023: ano-base 2022* (UNEMAT, 2023), a UNEMAT tem 13 campi, 20 núcleos pedagógicos, 24 faculdades, 27 polos educacionais, 39 cursos diferenciados, 40 cursos de pós-graduação, 60 cursos regulares e 80 cursos na modalidade a distância. Possui 758 técnicos administrativos, 1.432 docentes e 18.145 alunos matriculados na graduação e na pós-graduação. A UNEMAT está presente em 56 municípios mato-grossenses, conforme apresenta na Figura 4.

Figura 4 - Campi e polos da UNEMAT



Fonte: UNEMAT, , 2023, p. 10

Trata-se, portanto, de uma “universidade multi-campi e multi-nucleada” (Rieder, 2011, p. 229).

Em relação aos cursos de graduação, há maior concentração de vagas nas Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra, entre 2012 e 2022, conforme podemos observar na Tabela 12.

Tabela 12 - Vagas por área de conhecimento entre 2012 e 2022

Áreas do Saber	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021	2022
Ciências Agrárias	560	560	560	640	640	640	640	640	320	560	560
Ciências Biológicas	320	320	320	320	320	320	320	320	160	320	320
Ciências da Saúde	270	300	300	460	460	460	460	460	230	460	460
Ciências Exatas e da Terra	640	640	640	640	560	480	520	520	280	560	560
Ciências Humanas	480	560	560	560	510	480	480	480	240	480	480
Ciências Sociais e Aplicadas	840	960	1.120	1.500	1.440	1.500	1.540	1.540	770	1680	1580
Engenharias	320	400	400	420	420	420	420	420	210	400	400
Linguística, Letras e Artes	320	320	320	400	400	400	400	400	220	400	400
TOTAL DE VAGAS	3.750	4.060	4.220	4.940	4.750	4.700	4.780	4.780	2.430	4.860	4.760

Fonte: UNEMAT, 2023, p. 22.

No que se refere ao número de alunos matriculados nos cursos de graduação, os campi Cáceres, Tangará da Serra e Sinop se apresentam como os que mais receberam alunos nos últimos anos, conforme apresento na Tabela 13.

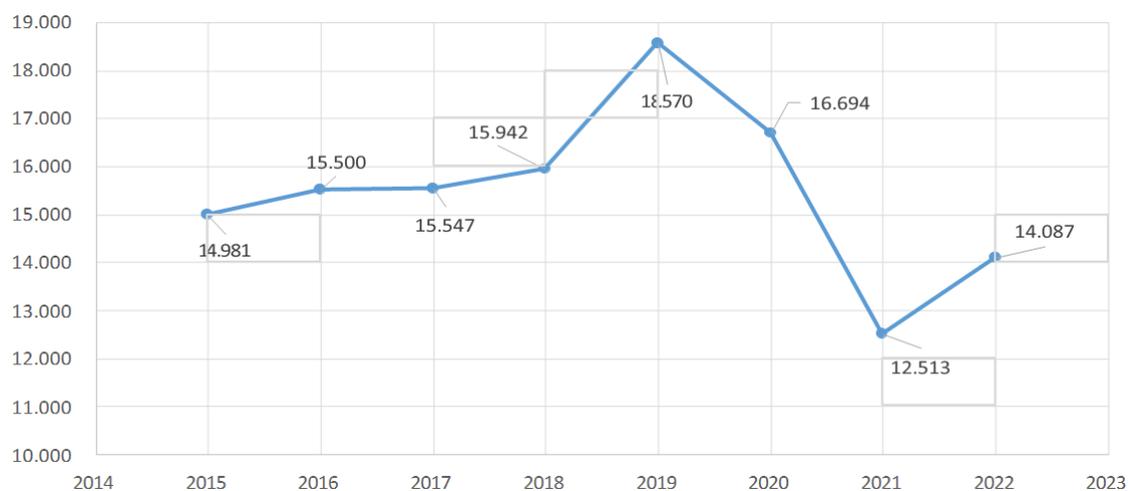
Tabela 13 - Alunos matriculados entre 2016 e 2022

Câmpus	2016	2017	2018	2019	2020**	2021*	2022*
Alta Floresta	983	1.035	1.113	1.289	1.124	812	876
Alto Araguaia	402	361	325	278	319	364	379
Barra do Bugres	1.517	1.512	1.521	1.675	1.493	1.251	1.295
Cáceres	3.896	3.531	3.701	4.376	3.979	2.986	3.299
Colíder	270	172	106	43	-	0	0
Diamantino	1.167	1.189	1.162	1.363	1.236	786	1013
Juara	551	574	541	584	491	337	434
Nova Mutum	793	847	876	1.012	903	668	777
Nova Xavantina	935	1.007	1.036	1.214	1.061	633	824
Pontes e Lacerda	684	674	740	896	842	797	734
Sinop	2.090	2.330	2.406	3.005	2.686	1.898	2.195
Tangará da Serra	2.212	2.315	2.415	2.878	2.560	1.981	2.261
TOTAL	15.500	15.547	15.942	18.570	16.694	12.513	14.087

Fonte: UNEMAT, 2023, p. 26.

Ao analisar os números da Tabela 13, percebo que o ápice de estudantes matriculados nos últimos anos ocorreu em 2019, seguido por uma diminuição em 2020 e 2021, provavelmente em razão dos impactos da covid-19, conforme explano no Gráfico 1.

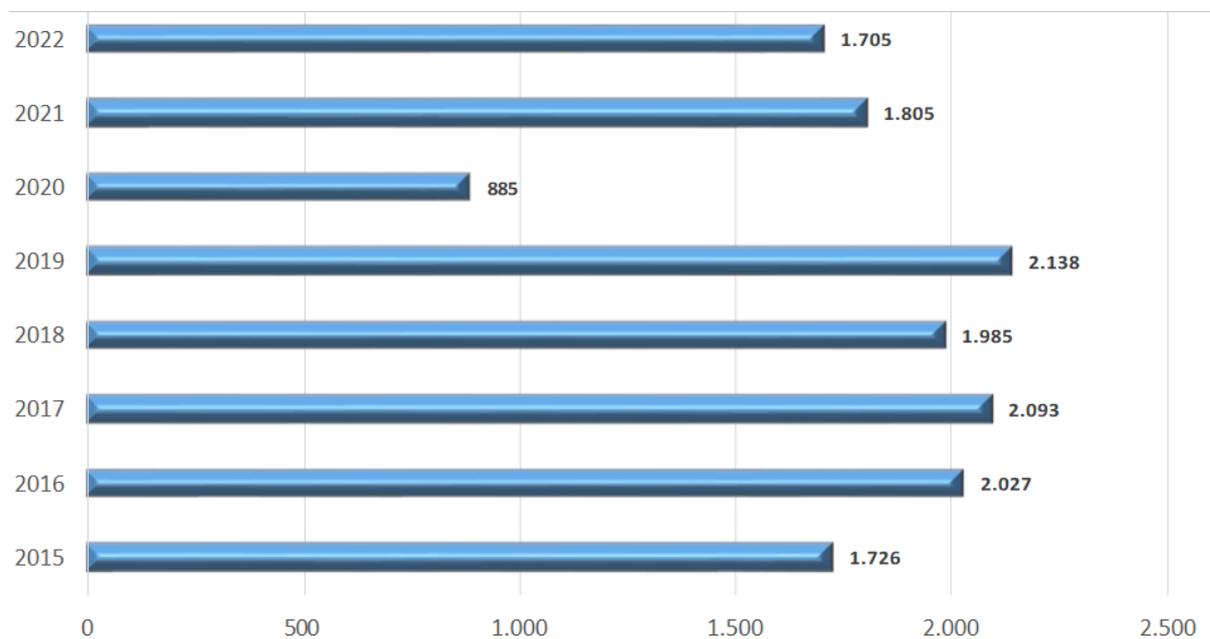
Gráfico 1 - Alunos matriculados entre 2015 e 2022



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 26.

Além do número de matriculados, o Gráfico 2 apresenta o número de alunos diplomados na UNEMAT entre 2015 e 2022, totalizando 14.364 estudantes.

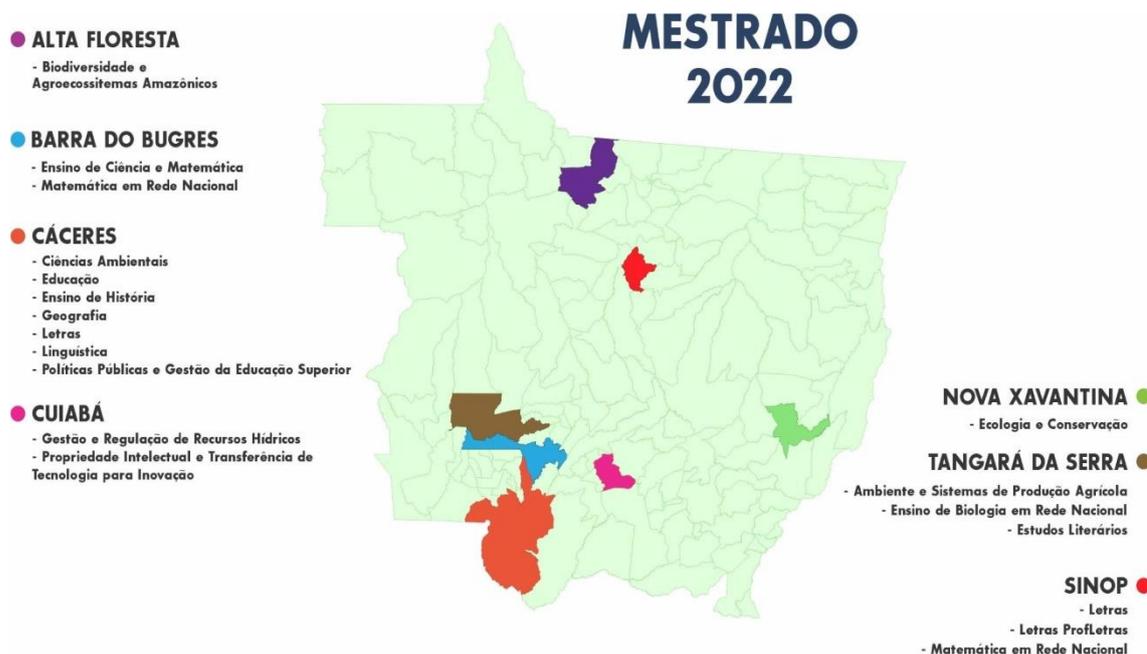
Gráfico 2 - Alunos diplomados na UNEMAT entre 2015 e 2022



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 27.

Na pós-graduação, destaco, inicialmente, dez cursos de Doutorado e 19 cursos de Mestrado ofertados na UNEMAT, conforme exibido nas Figuras 5 e 6.

Figura 5 - Cursos de Mestrado da UNEMAT



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 38.

Figura 6 - Cursos de Doutorado da UNEMAT



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 39.

O aumento do número de alunos matriculados na pós-graduação é um ponto relevante a ser destacado. A Tabela 14 exibe a evolução dos últimos anos.

Tabela 14 - Alunos matriculados na pós-graduação entre 2011 e 2022

Programa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mestrado	137	174	250	244	302	365	447	544	569	602	565	609
Doutorado	2	12	20	47	68	109	133	173	196	198	231	235
Minter/Dinter	96	120	123	104	57	64	53	74	74	102	60	24
Total	235	306	393	395	427	538	633	791	839	902	856	868

Fonte: UNEMA, , 2023, p. 40.

Destaco que, em 2011, havia 137 alunos matriculados nos cursos de Mestrado ofertados pela UNEMAT, número que se expandiu para 609 em 2022. Já os cursos de Doutorado avançaram de dois alunos, em 2011, para 235, em 2022. Em relação aos concluintes, o cenário de evolução é o mesmo: no intervalo entre 2011 e 2022, houve um avanço significativo na formação de mestres e doutores na UNEMAT, conforme aponto na Tabela 15.

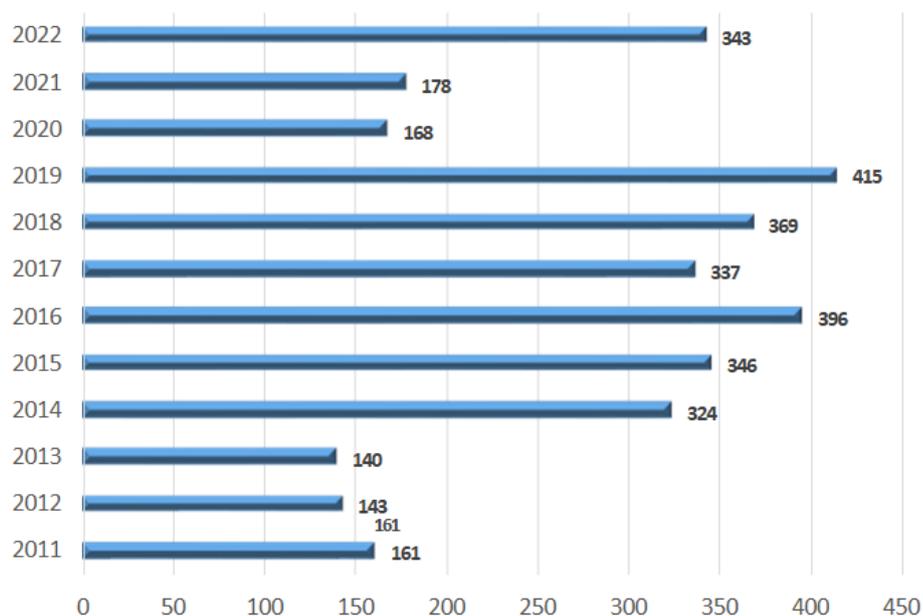
Tabela 15 - Alunos diplomados Mestres e Doutores entre 2011 e 2022

Programa	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mestrado	13	29	77	106	144	114	174	206	215	261	235	218
Doutorado	-	-	-	2	-	12	7	12	23	21	30	46
Minter/Dinter	20	-	15	72	52	35	16	4	14	28	36	38
Total	235	306	393	395	427	538	633	791	839	310	301	302

Fonte: UNEMAT, , 2023, p. 43..

A UNEMAT também tem se solidificado nos outros dois tripés da universidade: a pesquisa e a extensão. Segundo o *Anuário estatístico 2023*, no ano de 2022, foram institucionalizados 343 projetos de pesquisa. O Gráfico 3 demonstra os projetos de pesquisa desenvolvidos entre 2011 e 2022.

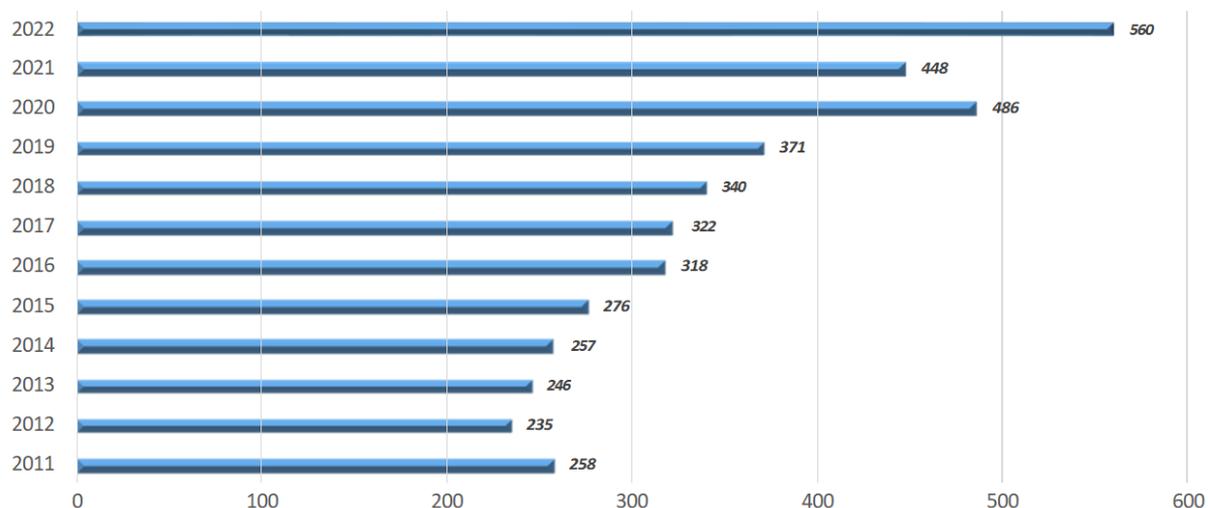
Gráfico 3 - Projetos de pesquisa desenvolvidos entre 2011 e 2022



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 50..

A extensão se destaca ainda mais, com um número recorde de 560 projetos de extensão vigentes em 2022, conforme exibido no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Projetos de extensão desenvolvidos entre 2011 e 2022



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 65.

Sobre a área física da UNEMAT, na Fotografia 2 apresento o prédio do curso de Direito do campus Jane Vanini, em Cáceres/MT.

Fotografia 2 - Prédio do curso de Direito



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 72.

Na Fotografia 3 há a fachada do campus da UNEMAT, no município de Cáceres/MT.

Fotografia 3 - Fachada da UNEMAT



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 74.

Há uma arquitetura tradicionalista, com o verde em destaque tanto nos prédios, quanto nos símbolos oficiais. Nos demais campi, a arquitetura é moderna, como no campus Nova Mutum, conforme mostro na Fotografia 4.

Fotografia 4 - Fachada do campus Nova Mutum



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 104.

A respeito da estrutura da UNEMAT, apresento na Fotografia 5 o laboratório do campus Nova Xavantina.

Fotografia 5 - Laboratório do campus Nova Xavantina



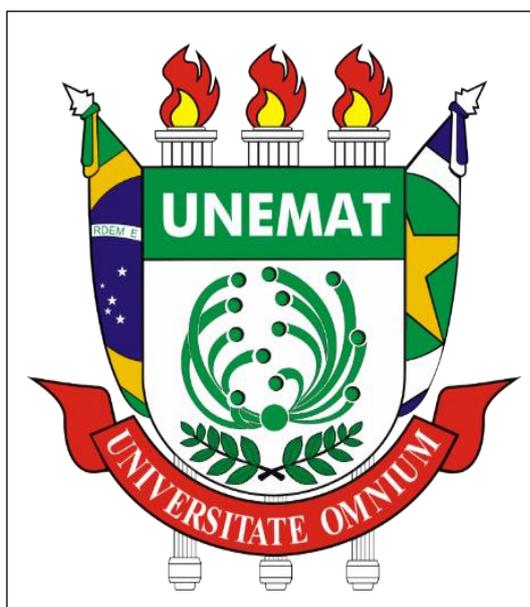
Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 108.

Em relação aos símbolos oficiais, o Brasão de Armas da UNEMAT, cabe ressaltar que ele

[...] foi criado pelo Professor Benevid Félix da Silva, do Campus Universitário de Colíder. O Brasão foi escolhido entre 37 participantes, por meio de concurso promovido pela Universidade, em abril de 2006. Institucionalizado pela Resolução nº 019/2007 do CONSUNI, o símbolo destina-se a representar a identidade, a imagem visual e a unicidade da Instituição, de acordo com os padrões heráldicos. A partir de 2006, o Brasão vem sendo adotado na documentação oficial e, em 2017, sofre alterações para contemplar a absorção dos campus de Diamantino e Nova Mutum, conforme Resolução nº 037/2017 do CONSUNI (UNEMAT, 2023, p. 8).

Na Figura 7 o brasão é apresentado:

Figura 7 - Brasão oficial da UNEMAT



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 8.

A UNEMAT teve duas bandeiras oficiais ao longo de sua história. Na Fotografia 6 retrato a bandeira oficial utilizada pela Universidade entre 2003 e 2017:

Fotografia 6 - Bandeira oficial da UNEMAT (2003-2017)



Fonte: Zattar *et al.*, 2018, p. 11.

A primeira bandeira da UNEMAT, elaborada durante a gestão inicial de Carlos Alberto Reyes Maldonado, foi instituída em 2003, pela Resolução nº 20, de 2003, do CONSUNI, contendo, no centro, o mapa do estado de Mato Grosso desenhado sobre um retângulo branco. A imagem do símbolo “QUE”, em verde, projeta uma universidade aberta a novas utopias, como o projeto de expansão e de modalidades diferenciadas; e o triângulo, assentado sobre o primeiro pilar da forma em “U”, representa os povos indígenas (Zattar *et al.*, 2018).

Em 2017, o CONSUNI aprovou a Resolução nº 37, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos institucionais e regulamenta as condições de uma nova bandeira, em substituição à anterior, conforme a Fotografia 7.

Fotografia 7 - Bandeira oficial da UNEMAT (2017-atual)



Fonte: Zattar, *et al.*, 2018, p. 11.

A bandeira da UNEMAT é confeccionada em tecido branco, disposta em oito módulos horizontais e seis verticais. Ao centro, no espaço de quatro módulos horizontais por quatro

verticais, está o brasão de armas da Instituição. Na última linha de módulos horizontais, centralizado abaixo do brasão, encontra-se a inscrição numérica “1978”, em fonte Aller, com altura correspondente à metade do módulo, representando o ano de fundação da UNEMAT (Zattar et al., 2018).

3.2 NOTAS SOBRE A PESQUISA DOCUMENTAL

O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. (Cellard, 2012, p. 295)

A compreensão de como se construiu a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT nos convida a visitar o passado documental da Instituição. De fato, somente com essa análise documental foi possível explorar a trajetória histórico-normativa da Assistência Estudantil na UNEMAT e, por conseguinte, compreender como a Instituição tratou tal política à luz da racionalidade neoliberal, que repercute seus efeitos no ambiente escolar/universitário.

Considero o documento uma fonte extremamente preciosa, visto que é insubstituível na reconstrução de fatos passados, oportunizando que o pesquisador observe processos de maturação ou evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos etc. (Cellard, 2012).

Para Grazziotin, Klaus e Pereira (2022, p. 6), “cabe ao procedimento de análise documental, entretanto, circunscrever o que será considerado documento e com que arcabouço epistemológico realizará sua abordagem”. Nesta esteira, para circunscrever o que foi considerado documento nesta pesquisa, saliento, a priori, que vestígios do passado servem de testemunho — como textos escritos ou não — considerados documentos ou fontes. Porém, quando se trata do “documento escrito”, este representa todo tipo de texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel (Cellard, 2012).

A partir de Cellard (2012), que agrupa os documentos conforme a natureza — públicos, particulares, pessoais etc. —, esta pesquisa se concentrou em documentos públicos da UNEMAT, conforme descrevo no Quadro 5.

Quadro 5 - Documentos utilizados na pesquisa

PERÍODO	DOCUMENTO
2012-2014	Editais - bolsa-apoio
2013-2023	Anuário estatístico 2023: ano-base 2022
	Editais de oferta de auxílio-moradia e auxílio-alimentação
	Normativas e resoluções da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
	Relatório dos auxílios-moradia e alimentação – PRAE

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Observando o Quadro 5, verifica-se que há um recorte temporal da pesquisa documental que se inicia no ano de 2012 e se encerra em 2023. Tal recorte se justifica porque o ano de 2012 foi o ponto inaugural em que a UNEMAT se propôs a oferecer ações voltadas à Assistência Estudantil, por meio da publicação do Edital nº 01/2012. Já o desfecho da pesquisa em 2023 ocorre porque o ano seguinte (2024) foi dedicado a uma leitura atenta e profunda do material coletado — anuário estatístico, resoluções e editais. Ou seja, para interpretar o conteúdo dos documentos com confiabilidade, a pesquisa se concentrou em documentos já publicados e finalizados.

No que diz respeito à natureza do material coletado, o Quadro 5 também demonstra que a análise documental se concentrou nas seguintes ações da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT: bolsa-apoio, auxílio-alimentação e auxílio-moradia. Há particularidades que justificam esse filtro. Quanto à bolsa-apoio, o já mencionado relato deste pesquisador, que conviveu com um estudante "telefonista" da UNEMAT, foi um primeiro chamado para estudar de modo mais profundo o tema, o que me levou a conhecer uma bolsa que exigia uma contrapartida laboral do aluno, como será melhor elucidado na terceira parte desta Tese. Já o auxílio-alimentação e o auxílio-moradia se destacam como ações que, ao longo de mais de uma década, procuram contribuir com a permanência estudantil na UNEMAT, havendo, inclusive, resoluções específicas que versam sobre tais assuntos, como igualmente explicarei na última parte desta pesquisa.

Destaco que, para realizar a análise documental, é importante contextualizar o documento identificado, entrelaçando os editais ofertados com as resoluções vigentes à época. Além disso, deve-se compreender que o documento não é neutro, pois sempre carrega consigo a concepção da pessoa ou do órgão que o redigiu (Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022). Procurei fazer isso no capítulo 7, no qual sistematizo e analiso as resoluções e editais da Universidade, respeitando os anos em que foram publicados e oportunizando, assim, que se conheça a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou a produção documental (Cellard, 2012).

3.3 PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Além da pesquisa documental, este estudo também utilizou dois questionários para a construção do corpus da pesquisa. Como destaca Neves (2022), entre as vantagens de utilizar questionários está a possibilidade de realizar perguntas abertas, permitindo ao entrevistado responder o que pensa sobre o assunto. Outra vantagem é sua apresentação em formato online, o que permite atingir um número significativo de estudantes.

Neste estudo, o modo mais adequado de investigar os efeitos subjetivos dos usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT era abrir espaço para que tais estudantes pudessem se posicionar. A construção dos questionamentos feitos aos alunos decorreu de muitas horas de estudo sobre o tema, além da análise documental do que já estava posto, especialmente no âmbito interno da Instituição.

Desse modo, apliquei um questionário com os estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT entre 2022 e 2023, dos campi Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, procurando investigar os efeitos subjetivos desse status, observando se essa Política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais.

A escolha metodológica acerca da aplicação dos questionários nesses três campi ocorreu após a observação do edital publicado em 2023 (último ano da análise documental) para a concessão de auxílio-alimentação e auxílio-moradia, no qual constatei que foram destinados o maior número de auxílios a Cáceres (115), Tangará da Serra (72) e Sinop (64), por serem os campi com mais estudantes matriculados. Concentrar a aplicação do questionário nesses campi oportunizaria melhor registro, organização e análise dos dados. Por esse mesmo motivo, realizei um recorte temporal para abranger somente estudantes matriculados entre 2022 e 2023.

Acredito que a condição de usuário de programas assistenciais é marcada por um conjunto de estigmas, marcas que desqualificam, submetem e desconfiguram uma imagem fragmentada da “clientela” perante as práticas institucionais (Yazbek, 2016). Mas, afinal, será que os estudantes da UNEMAT carregam consigo tais estigmas?

Além da estigmatização, questiono: o aluno usuário da Política de Assistência Estudantil se enxerga como um sujeito em débito com a Instituição? Eles devem ser gratos à Instituição que, por um “ato de benevolência”, os auxilia mediante o pagamento de bolsa/auxílio, ou a educação é entendida como um direito?

Considerando que o usuário da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT é um estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, percebo neste questionário a relevância de identificar se tal política visibiliza ou invisibiliza as desigualdades que esses sujeitos já enfrentam em seu cotidiano.

Tomou como norte, na esteira de Beck (2011), a compreensão de que, na cena contemporânea, a diluição das classes sociais acarretou um agravamento das desigualdades sociais que, logicamente, atingiu o ambiente universitário. Assim, ao analisar as respostas do questionário, procurei visualizar como os “estilos e formas de vida” (Beck, 2011, p. 140) dos estudantes pobres são afetados em um país tão desigual.

Durante a construção desta pesquisa, percebi também a necessidade de fazer um contraponto: como os acadêmicos não usuários visualizam a Assistência Estudantil? Trata-se de alunos matriculados na UNEMAT que não acessam a Política. Compartilho do que pensa Goffman (1988), no sentido de que não é ao diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, mas ao comum.

Os discentes da UNEMAT visualizam a Assistência Estudantil como um auxílio do Estado ou como um mecanismo de direito social? Será que, de algum modo, mesmo que subjetivamente, eles reforçam a estigmatização de seus colegas usuários? Eis, portanto, o motivo da aplicação de dois questionários diferentes.

Apliquei, portanto, esse segundo questionário a estudantes matriculados na UNEMAT, no segundo semestre de 2024, nos campi Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, não usuários da Política de Assistência Estudantil. Entendo como coerente para a pesquisa a escolha dos mesmos campi para ambos os questionários. Já a opção pela oitiva dos estudantes matriculados no semestre 2024/2 deu-se pelo interesse em questionar alunos com matrícula ativa na Instituição, a fim de diagnosticar o retrato mais contemporâneo possível a respeito das indagações propostas.

Esses alunos puderam contribuir com a investigação por meio de seus relatos, nos quais se revelou importante compreender se visualizam a Assistência Estudantil como um direito do acadêmico hipossuficiente ou como um ato de solidariedade do Estado, além de tecerem suas opiniões acerca das condicionantes impostas pela Instituição para a manutenção dos auxílios, entre outros aspectos.

No caminho investigativo para a aplicação dos questionários, foram adotados os seguintes procedimentos éticos:

(1) Carta de Anuência⁴ enviada à Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da UNEMAT solicitando autorização para a execução da pesquisa;

⁴ Disponível no Apêndice A.

(2) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁵ convidando os estudantes a participarem da pesquisa de forma livre, consciente, esclarecida e prezando pela confidencialidade.

A partir da anuência da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, realizei contato com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, solicitando o e-mail institucional dos alunos usuários de auxílio-alimentação e/ou auxílio-moradia dos campi Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, entre 2022 e 2023. A Supervisão de Apoio a Políticas Estudantis respondeu, informando que não tinha o acesso solicitado, recomendando o contato com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

De qualquer forma, entrar em contato com a Pró-Reitoria já estava previsto como um passo necessário desta investigação, visto que havia um questionário dedicado aos estudantes não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. O que eu não imaginava era a inexistência de um registro na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT com os e-mails dos estudantes usuários.

Assim, em diligência in loco à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, em Cáceres, em contato com o setor de Supervisão de Política de Formação, fui informado de que o acesso aos e-mails era possível, mas que essa pró-reitoria não dispunha de um filtro para distinguir alunos usuários de não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT.

Na sequência, solicitei formalmente (juntando a cópia da Carta de Anuência):

(1) acesso aos e-mails dos estudantes dos campi Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, entre 2022 e 2023;

(2) acesso aos e-mails dos estudantes ativos em 2024, nos três campi mencionados.

A solicitação foi atendida em uma única planilha com tais informações. Então, passei a realizar uma tarefa muito árdua: distinguir os estudantes usuários e não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. Para tanto, trilhei os seguintes passos:

(1) acessar o portal da UNEMAT e identificar, por meio dos editais, os acadêmicos aprovados e convocados para auferir o auxílio-alimentação e/ou o auxílio-moradia, entre 2022 e 2023;

(2) identificar na planilha enviada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação os nomes desses alunos, criando uma planilha específica para eles;

(3) a partir dos dois passos anteriores, passei a ter duas planilhas: uma com os usuários e outra com os não usuários.

⁵ Disponível no Apêndice B.

Algumas incongruências não passaram despercebidas. Embora eu tenha chegado ao total de 643 usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, após a análise dos editais (seja em primeira chamada ou nas subsequentes), somente 481 estavam presentes na planilha da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Em relação aos estudantes matriculados não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, após a exclusão dos usuários, alcancei 9.473 alunos. A elevada quantia de acadêmicos, por si só, representou um desafio.

O próximo passo foi, portanto, o envio dos *links* dos dois questionários *on-line*⁶, disponíveis no Google Forms. Para os usuários, em apenas um e-mail consegui encaminhar o link para todos. Contudo, aos não usuários, precisei criar um grupo no Google Groups, tendo em vista que o Gmail possui limitador de envio de e-mails simultâneos para mais de 500 destinatários. Portanto, criei o grupo “pesquisa-assistencia-estudantil.grupo@unemat.br”, que também possuía limitação de envios diários, o que me levou a destinar uma semana para concluir os envios. Outro empecilho, ainda, foram os e-mails devolvidos por serem “inexistentes” ou pela caixa de entrada do destinatário estar cheia.

Após o envio dos e-mails, minha atenção se voltou à taxa de retorno dos questionários. Professores e técnicos da UNEMAT com os quais mantive contato alertaram-me sobre algo que eu já imaginava: o hábito da leitura, na contemporaneidade, tem perdido espaço para os hábitos digitais, especialmente as redes sociais. Inclusive, uma colega afirmou que o aluno já se desanimaria em responder ao questionário apenas durante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em razão de sua extensão — o que é lamentável e nos leva a refletir sobre o papel formativo da Universidade.

Para impulsionar o número de acadêmicos respondentes em ambos os questionários, entrei em contato com as coordenações dos cursos de graduação dos campi, pedindo que contribuíssem com a divulgação junto aos estudantes. Também mantive contato por *WhatsApp* com colegas professores, pedindo que pausassem suas aulas por alguns instantes e solicitassem aos alunos que assim desejassem que respondessem ao questionário.

Além disso, em Cáceres, visitei algumas turmas, relatei a pesquisa e pedi que aqueles que se sentissem à vontade respondessem ao questionário. Por fim, entrei em contato com a presidente do Núcleo Docente Estruturante, que contribuiu com a divulgação junto a seus pares por meio do *WhatsApp*.

⁶ Disponíveis nos Apêndices C e D.

Do total de 481 estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, 76 responderam ao questionário, sendo que um, após ser informado sobre os aspectos da pesquisa, optou por não participar, chegando-se ao número final de 75 usuários.

E do total de 9.473 estudantes matriculados (não usuários da Política de Assistência Estudantil) na UNEMAT, 229 responderam ao questionário. Entretanto, durante a análise do material, 23 estudantes foram excluídos da investigação, pois responderam ao questionário dos estudantes não usuários, mas, na verdade, eram usuários da Política de Assistência Estudantil. Tal confusão pode ter ocorrido pelo movimento que fiz de impulsionamento da divulgação da pesquisa por meio do *WhatsApp*, onde era mais difícil controlar as mensagens repassadas e diferenciar alunos usuários de não usuários, ainda que os alertas tenham sido feitos nas mensagens encaminhadas.

Portanto, compuseram o *corpus* empírico desta pesquisa as informações e narrativas obtidas dos questionários respondidos por 75 estudantes usuários e 206 estudantes não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT.

Uma vez postos os caminhos metodológicos desta pesquisa, encerro a primeira parte desta Tese para, a seguir, compreender o contexto social, econômico e político mais amplos de produção da Política de Assistência Estudantil e o impacto da racionalidade neoliberal no direito à Educação Superior no Brasil.

PARTE 2

SOBRE O TEMPO EM QUE VIVEMOS:

racionalidade neoliberal e produção
de desigualdades



4 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Como o governo neoliberal intervém no social? Fazendo do social uma função da empresa (Lazzarato, 2011, p. 29)

Este capítulo é composto por duas seções que se entrelaçam para tratar de *Da sociedade industrial à sociedade pós-industrial: relações de trabalho e aprofundamento das desigualdades*, e refletir sobre *O acirramento das desigualdades na racionalidade neoliberal e o fortalecimento do processo individualizador*.

Com efeito, procurei compreender como as transformações da sociedade contemporânea geraram efeitos nos processos formativos do sujeito e no aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais, questão central no presente estudo. Um ponto nuclear que se afigura é o trabalho, visto como uma atividade transformadora da natureza e do próprio homem (Yazbek, 2016). Mas, nos caminhos trilhados pelo homem, a busca “por uma vida melhor” tem se materializado em um desvanecimento de sua vida digna, haja vista as condições subalternas de trabalho e o desemprego que se fortalecem no mundo contemporâneo. Nessa trajetória, a busca pela assistência ofertada pelo Estado não é resultado de uma escolha, mas de uma necessidade imposta pelo ambiente que o circunda.

4.1 DA SOCIEDADE INDUSTRIAL À SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL: RELAÇÕES DE TRABALHO E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES

No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (Harvey, 2012, p. 140).

O trabalho é um elemento central no seio da sociedade. Quando um estudo se dedica a desvendar as transformações ocorridas nesse universo, acaba identificando mutações na própria sociedade e, por conseguinte, no homem. Nesta seção, procurei situar a discussão em um conhecimento crítico sobre os processos e transformações que afetaram o mundo produtivo e, frise-se, o próprio sujeito.

Portanto, para além de acontecimentos históricos que pontuei, o texto se orienta pela sujeição do trabalhador aos processos de produção. A partir disso, o objetivo foi conectar tais

transformações ao acirramento das desigualdades, devido à configuração da sociedade contemporânea.

Um acontecimento-paradigma para a constituição de uma nova sociabilidade (e um novo sujeito) foi a Primeira Revolução Industrial, com início na Europa, em meados do século XVIII, que perdurou ao longo do século XIX. Conforme Sanson (2010), o mundo dos camponeses e artesãos, essencialmente rural, foi sacudido por uma revolução que instaurou a sociedade industrial.

Nesse movimento, o camponês deu lugar ao operário de fábrica. A agricultura familiar foi substituída por uma nova realidade: o modo de produção capitalista voltado ao consumo, no qual se opuseram os proprietários dos meios de produção (detentores do capital) e os trabalhadores que dispunham da força de trabalho na fábrica.

Como assevera Keil (2007), o ritmo da vida deixou de ser controlado pelas estações do ano, tornando-se mais dinâmico. No campo, o valor social do homem não era medido pelo seu labor; nesta sociedade que se avizinhou, o trabalho, bem como as novas relações oriundas dele, adquiriram relevância social. Marcia Lopes (2009) aponta que o trabalho se tornou, paulatinamente, a forma por excelência de relação e ação do sujeito sobre o mundo.

Portanto, o capitalismo industrial ressignificou a vida e as relações sociais do homem. Ser feliz e ter uma vida digna somente era possível para quem trabalhasse. Para Weber (2004, p. 144), “o trabalho é da vida o fim em si prescrito por Deus”, sendo a vontade de não trabalhar uma perda de tempo e o mais grave de todos os pecados, caracterizando-se como sintoma de estado de graça ausente.

Ocorre que, durante o período da sociedade industrial, no final do século XIX e início do século XX, na Segunda Revolução Industrial, houve uma nova onda de transformações, com traços distintos do capitalismo. Nesse período, apontou-se o fordismo como o coroamento das ideias capitalistas. Segundo Antunes (2001), esse modelo de produção predominou na grande indústria capitalista ao longo do século XX. Para o autor,

[...] entendemos o fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista, pela existência do trabalho parcelar e pela fração das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (Antunes, 2001, p. 47).

Ford (2021) enfatiza a importância do trabalho na vida do homem e para a comunidade. O sistema, por ele idealizado, estava ancorado no trabalho como fundamento econômico e no direito do homem ao trabalho como fundamento moral. Em suas palavras: “nada é mais repugnante do que uma vida ociosa. Nenhum de nós tem direito à ociosidade. Não há lugar para a civilização para o preguiçoso” (Ford, 2021, p. 18).

O autor tece várias críticas aos homens que, mesmo aptos a trabalhar, não realizam suas atividades. Para Ford (2021), tais pessoas deveriam passar fome, afinal, não contribuem com a comunidade.

Portanto, o momento em que se situa a sociedade é aquele em que, para o cidadão ser útil a ela, ele deve empregar sua força motriz. E, para se avaliar tal condição, é necessário controle. Nesse ínterim, Sanson (2010) destaca que o fordismo prezava pelo rigoroso controle do trabalho associado a uma produção em larga escala. Para tanto, o trabalho era parcelado, com cada obreiro executando sua tarefa em seu posto. Exigia-se, assim, um trabalhador ainda mais produtivo e mais disciplinado do que na emergência da sociedade industrial, pois, em seu espaço laboral, ele deveria executar suas ações da melhor maneira possível. Como consequência do que era exigido, a jornada do obreiro era rotineira e repetitiva.

A ideia da rotina e da repetição do trabalhador pode ser vista como algo benéfico para alguns pensadores. Como, por exemplo, Diderot e D’Alembert (2015), que denominam “hábito” como a inclinação pela repetição frequente das mesmas ações. Para os autores, ao se entregar a ocupações que os salvam do tédio e os honram, o hábito fortifica nos trabalhadores a necessidade dos mesmos objetos e trabalhos, tornando-se um modo essencial de sua alma, uma parte de seu ser.

Assim sendo, o hábito ou o aprendizado por repetição⁷ pode ser visualizado como uma honraria, algo que atinge a própria subjetividade do trabalhador fordista, fortificando-o e se tornando intrínseco em sua vida.

Fazendo um contraponto ao pensamento de Diderot e D’Alembert (2015), o sociólogo norte-americano Smith (2009) entende que, como no trabalho comum os obreiros estão muito ligados a seus hábitos, isso causa obstáculos à livre circulação de mão de obra e de capital, visto que não mudam de ocupação, muito menos se qualificam para atender a novas demandas. Para o autor,

⁷ Conforme Sennett (2009), o artífice pode ser visto em uma carpintaria, em um laboratório, ou como um maestro, pois todos possuem algo em comum: a dedicação da arte pela arte. Para o autor, o artífice é um trabalhador engajado cuja marca é a atividade por repetição, mas isso não pode ser capaz de subjugar-lo, pois à medida que desenvolve sua capacitação, muda o controle daquilo que ele repete. O pensar e o fazer devem caminhar juntos e não separados.

tudo o que dificulta a livre circulação de mão de obra de uma profissão para outra, dificulta igualmente a circulação do capital de um emprego para outro, uma vez que o volume de capital que se pode aplicar em determinado setor depende muito da quantidade de mão de obra que o setor pode empregar (Smith, 2009, p. 178).

Essa dualidade de opiniões leva a algumas considerações. Fica evidente como o fordismo impactou a própria essência do trabalhador; afinal, a depender da compreensão adotada, a rotina pode ser vista como essencial à alma ou como um obstáculo à expansão do capitalismo.

O fordismo se enraizou na sociedade e no sujeito como um “modo de vida total” (Harvey, 2012, p. 131), isso porque descrevia não somente um novo tipo de trabalhador, mas um novo tipo de homem. Afinal, não bastava que ele exercesse seu labor de forma disciplinada e produtiva, era necessário, como homem, ter consciência sobre seus gastos, manter uma probidade moral e familiar, em prol da comunidade (Harvey, 2012). É o que Weber (2004) afirma sobre a produção pela máquina que determina o estilo de vida dos indivíduos que nascem nesta engrenagem.

Neste processo de socialização do trabalhador nos moldes do que a produção capitalista exigia, misturavam-se repressão, familiarização, cooptação e cooperação. Disciplinar a força de trabalho contribuía para o acúmulo de capital e, para tanto, era necessário ter o controle social dos trabalhadores (Harvey, 2012). Assim, por exemplo, era exigido que os trabalhadores consumissem o que era produzido por eles nas fábricas — algo similar a uma autofagia, em que o homem é refém de seu posto de trabalho, até mesmo quando não está cumprindo sua jornada. Segundo Weber, vivia-se em uma “crosta de aço” ou jaula de ferro:

atualmente, a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado. (Weber 2004, p. 48).

Logicamente, excessos estavam presentes, envolvendo, por exemplo, longas jornadas de trabalho diárias, cobranças e horas extras. Tais condutas geraram, como afirma Sanson (2010), uma reinvenção do espaço familiar do obreiro (o que contribuiu para a noção de classe), que passava mais tempo na fábrica do que em sua casa, apesar de a consciência de provedor do lar ser motivo de orgulho.

Sennett (2015), ao contar a história de Enrico e Rico⁸, realça que, na sociedade industrial, o operário Enrico trabalhava sem se queixar, com um único e perene objetivo: servir à família. Mesmo diante de dias repetitivos e rotineiros, o tempo passava devagar, de forma linear, sem surpresas, oportunizando que Enrico não deixasse sua família desguarnecida.

No mesmo caminho, ao abordar como o modelo fordista se apropriou subjetivamente do trabalhador, Sanson (2010) reforça a compreensão de como aquele modelo de organização do trabalho era visto como um sentido de vida para homens e mulheres da classe operária. Para o autor, “na sociedade industrial do século XX, grandes corporações, racionalização, reconhecimento do lugar social, definição clara de tarefas, o tempo linear, a rotina, a estabilidade, constituíram-se em um porto seguro de toda uma geração operária” (Sanson, 2010, p. 24).

Esse era um retrato da sociedade industrial. Conforme Sennett (2015), na aurora do capitalismo, não era tão evidente que a rotina fosse um mal. Isto é, somente como espectador externo e crítico, é possível afirmar que esse processo de subjetivação escancarava uma alienação atrelada à figura do trabalhador. Afinal, naquelas tramas, a felicidade era alcançada por uma vida rotineira, que oportunizava expectativas a longo prazo e permitia a separação entre o tempo do trabalho e o tempo da vida pessoal.

Hobold (2002) afirma que o capitalismo invadia e capturava a subjetividade do obreiro, tornando-o submisso na relação entre capital e trabalho. Todavia, esse cenário também despertava novas emoções e sentimentos. Como apontado, em razão das longas jornadas diárias, os trabalhadores cultivavam amizades, criavam laços, transformando o local de trabalho em um convívio familiar. Fora isso, é evidente que “o lócus do trabalho — o chão de fábrica — deixa marcas no corpo do trabalhador, manifestadas pela crueza do trabalho” (Sanson, 2010, p. 25).

Deste modo, do ponto de vista da consciência de classe, o capitalismo industrial permitiu que o indivíduo se visse como sujeito social, resultando na criação de sindicatos e lutas operárias. A noção de classe surge como resistência à sensação de exploração. Como aponta Sanson (2010, p. 19), “a consciência de classe é o reconhecimento por parte do trabalhador de que a sua sorte é a mesma do outro que está ao seu lado, ou seja, ambos são explorados pelo capital”.

⁸ Sennett (2015) apresenta as transformações do trabalho na vida do homem, em razão da passagem do sistema fordista ao capitalismo flexível.

Assim, uma vez construídos esses laços fortes entre os trabalhadores, observa-se outro processo de subjetivação do trabalhador, diferente da subsunção à ordem econômica: a resistência (Sanson, 2010).

Essa consciência de classe nada mais é do que a percepção do proletariado de que a sociedade industrial era uma sociedade desigual. Afinal, segundo Beck (2011), a riqueza socialmente produzida é distribuída de modo desigual no seio da sociedade, mas, ao mesmo tempo, munida do discurso da legitimidade. O autor trata tal contradição como o paradigma da desigualdade social: a lógica da distribuição de riquezas na sociedade da escassez.

Para este estudo, perceber, do ponto de vista do sujeito, o sistema fordista como um porto seguro, mas também como um sistema explorador, deixa evidentes as contradições que acompanham o capitalismo ao longo do tempo. É um importante ponto de reflexão, visto que o objeto de pesquisa — a Política de Assistência Estudantil — também carrega consigo possíveis contrastes oriundos das transformações do capitalismo, especialmente quando identificamos algumas ações e regras impostas pelas instituições de ensino que, em vez de reduzirem, aprofundam as desigualdades.

Avançando nesta análise acerca das transformações no mundo produtivo, o último quarto do século XX causou reviravolta na sociedade mundial devido às significativas mudanças no capitalismo, entre as quais se destaca a emergência da economia e do trabalho imaterial (Sanson, 2010).

Sanson (2010, p. 28) aponta que, na literatura, a denominação para essa nova sociedade foi diversa:

[...] sociedade pós-industrial, pós-fordista (Lazzarato; Negri; Virno; Rulani), capitalismo cognitivo (Vercellone; Corsani; Moulier-Boutang; Cocco), sociedade do conhecimento (Gorz), sociedade informacional (Castells; Lojkine), era do acesso (Rifkin), segunda modernidade (Giddens), pós-social (Touraine), pós-modernidade (Harvey), novo capitalismo (Sennett), modernidade líquida (Bauman) e sociedade do risco (Beck) [...].

Não obstante as diferentes nomenclaturas, o mais importante é compreender o impacto de tais mutações. Nesse caminho, Sanson (2010) afirma que essa nova ordem econômica transfere importância aos ativos imateriais, relacionados ao conhecimento, às ideias, aos conceitos e ao relacionamento entre as pessoas. Inclusive, um acontecimento da sociedade pós-industrial que merece apontamento é a introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo — a revolução tecnológica ou informacional. Nesse aspecto, destacam-se as novas tecnologias da informação e da comunicação, que agem diretamente sobre a informação, criando uma nova linguagem: a digital.

Para Rifkin (2001, p. 4), nesta nova era, o comércio acontece no ciberespaço, longe de delimitações geográficas: “os mercados estão cedendo lugar às redes, e a noção de propriedade está sendo substituída rapidamente pelo acesso [...] a riqueza já não é mais investida no capital físico, mas na imaginação e na criatividade humana”.

Como discorrem Saraiva e Veiga-Neto (2009), nesse movimento, a centralidade da fábrica é deslocada para a empresa, isso porque o importante agora não é ter mais mercadorias para vender, mas elementos para vencer a competição pela conquista dos consumidores. Para os autores, “a empresa é a catalisadora da inovação, da invenção. É justamente por isso que, entre as atividades mais importantes e características da empresa, destacam-se a pesquisa e o desenvolvimento, a comunicação e o marketing, a concepção e o design” (Saraiva; Veiga-Neto, 2009, p. 188-189).

Nessa nova modalidade de governamentalidade⁹, surgem alguns elementos estratégicos para a capacitação do trabalhador. Sanson (2010) aponta três: o conhecimento, a comunicação e a cooperação. O autor afirma que, diante desses elementos, a subjetividade dos trabalhadores é trazida para seu ambiente laboral como norma de produção, tornando-se constitutiva do mundo produtivo e com capacidade de transformar o lócus de trabalho.

A respeito do conhecimento, Sanson (2010) compreende que o trabalhador precisa detê-lo para lidar com o reparo das máquinas informacionais e interagir com o software em aplicação. Além disso, compete ao operário — considerado companheiro das máquinas — melhorar seu desempenho produtivo.

Para Sanson (2010), o conhecimento é uma mercadoria diferente das outras, pois não pode ser controlado. É um patrimônio que o operário carregará sempre consigo, o que poderá fazer com que fique mais confiante, com autoestima elevada, porém mais presunçoso diante de seus colegas, em razão de suas habilidades.

A comunicação e a cooperação caminham juntas, pois o trabalhador é incentivado a noticiar situações que possam melhorar os arranjos produtivos. Sua postura ativa resultará em melhor desempenho no ambiente produtivo para todos. Aponta-se, ainda, uma cooperação subjetiva, que nada mais é do que a aplicação das habilidades do trabalhador no ambiente produtivo — em relação à energia física e intelectual — que resultará em um bem comum, visto que a multiplicidade de singularidades permite o conjunto da produtividade (Sanson, 2010).

⁹ Segundo Foucault (2008), a governamentalidade pode ser definida como um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, como principal forma de saber a economia política e instrumento técnico essencial aos dispositivos de segurança.

Ao realizar um paralelo entre o capitalismo industrial e o pós-industrial, observa-se que, enquanto no primeiro há rigidez, uniformidade e padronização no modo produtivo, exigindo um trabalhador especializado, fragmentado e não qualificado, no segundo, demanda-se um trabalhador comunicativo, participativo, polivalente, flexível, capaz de realizar múltiplas tarefas e que, com seu conhecimento, enriqueça o processo produtivo e utilize a comunicação com os outros como um recurso permanente (Lazzarato; Negri, 2001).

Esse conjunto de capacidades, destrezas e talentos do trabalhador ganha valor de troca neste novo capitalismo. Para que isso ocorra, tais atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm e articulados em função de um fim externo a elas (López-Ruiz, 2004). Ou seja, todo esse talento e criatividade do trabalhador devem ser utilizados em prol do sistema produtivo (Sanson, 2010).

Assim, investir, por exemplo, na capacitação do trabalhador é valorizar esse capital, evitando que se deprecie (López-Ruiz, 2004). É o que destaca Sanson (2009), ao afirmar que o capital investe na vida do trabalhador, pois explora as capacidades cognitivas de cada um, de modo singular, objetivando aumentar a produtividade.

Esse investimento no conhecimento e na própria relação entre pessoas não pode ser visto, de forma inequívoca, como um avanço do ponto de vista do trabalhador. Isso porque o trabalhador flexível, polivalente, entre outras novas características, atende às demandas deste novo capitalismo e, por conseguinte, acaba gerando novos processos de exploração.

Gadelha (2009), ao discorrer sobre a teoria do capital humano¹⁰, afirma que o trabalho exercido pelos indivíduos passa a ser visto como uma conduta econômica. Nesse processo, sob a lógica do capitalismo, o indivíduo é induzido a ver a si mesmo como uma microempresa. E, como há um processo de individualização em curso, isso faz surgir os indivíduos-microempresas.

Dessa forma, afasta-se a preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, passando-se a concentrar nos modos pelos quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano (Gadelha, 2009). E, mais uma vez, a contradição atravessa os ideais do capitalismo.

Sanson (2009) aponta que esse processo ressignifica a força de trabalho, pois saímos da esfera de simples reprodução do capital para a possibilidade de produção biopolítica. Isto é, o ato de trabalhar não produz somente mercadorias, mas também relações e até a própria vida.

¹⁰ Desenvolvida pelos teóricos da Escola de Chicago, consiste, resumidamente, na compreensão de que o homem, no novo capitalismo, tem valor de mercado e se apresenta como forma de capital.

Com efeito, por meio da comunicação com seus pares, os trabalhadores se tornam mais espertos, ágeis e desinibidos. Tais características são levadas para fora da fábrica, ao seu convívio social. Assim, o capital, em sua lógica de explorar o trabalhador, acaba despertando novas potencialidades e oportunizando arranjos institucionais, como reuniões, grupos de discussão e trocas de informações (Sanson, 2009).

De fato, tal cenário contribui para a constituição de uma “base de resistência do sujeito do trabalho” (Sanson, 2010, p. 58). Neste processo, em que o saber se torna a principal força produtiva, cada trabalhador, com suas singularidades e habilidades, se arranja e forma uma multidão. A subjetividade, que se manifesta como classe na sociedade industrial, é multidão na sociedade pós-industrial (Sanson, 2010).

Em razão desta nova realidade do capitalismo pós-industrial, Fumagalli (2016) aponta que foi necessário redefinir novos instrumentos de controle¹¹, afinal, o crescimento da produtividade não é mais medido com base no tempo da produção fabril. Segundo o autor, “as atividades de aprendizagem e articulação em rede (o nascimento e a difusão do conhecimento) estão intrinsecamente ligadas à subjetividade, expertise e individualidade do trabalhador” (Fumagalli, 2016, p. 16).

Remetendo tal cenário desde a década de 1990 até os anos 2000, e encarando a nova realidade da economia da internet, Fumagalli (2016, p. 6) afirma que o capitalismo contemporâneo continua sua busca por “novos círculos sociais e vitais para absorver e transformar em mercadoria, envolvendo em grau crescente as meras faculdades vitais dos seres humanos”.

Estamos diante de uma nova fase da exploração capitalista, com novos paradigmas em relação às subsunções formal e real, nas quais se identifica uma subsunção da vida, corroborando o que Sanson (2010) já havia ponderado. Para Fumagalli (2016), a expressão que define o capitalismo contemporâneo é o capitalismo biocognitivo: uma nova forma de acumulação capitalista que promove a junção do capitalismo cognitivo com a bioeconomia.

Nesse ínterim, a subsunção formal, no capitalismo biocognitivo, “tem a ver com a redefinição da relação entre trabalho produtivo e improdutivo, tornando produtivo o que era improdutivo no paradigma fordista” (Fumagalli, 2016, p. 13). Ou seja, o tempo livre, as relações de amizade e sentimentais são encaixotados para permitir a extração da mais-valia,

¹¹ Para Sennett (2015), este processo de repulsa à rotina burocrática do fordismo e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem condições libertadoras. Segundo o autor, o sistema de poder que se esconde nas modernas formas de flexibilidade consiste em três elementos: reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização.

na qual a vida é objeto de exploração em sua plenitude. A jornada de trabalho não tem mais limites, exceto os naturais (Fumagalli, 2017).

Já a subsunção real tem a ver com a proporção entre trabalho morto e trabalho vivo, em consequência da transição de tecnologias repetitivas e mecânicas para tecnologias linguísticas e relacionais. O resultado disso, segundo Fumagalli (2016), é o aumento de formas novas e mais flexíveis de trabalho.

Assim, a junção da sociedade tecnológica em que vivemos com o processo de individualização citado por Gadelha (2009) — no qual o homem passa a ser visto como uma microempresa — abre espaço para o discurso da flexibilidade como um avanço, em contraponto com as estruturas burocráticas das empresas. O capitalismo flexível — expressão utilizada por Sennett (2015) — traz consigo uma precariedade. O “não saber o que virá depois” passa a ser uma realidade que Rico não deseja vivenciar, pois assim estaria à deriva, em uma luta feroz pela sobrevivência. Afinal, as empresas se dividem ou fundem, empregos surgem e desaparecem, e seu futuro, bem como o de sua família, se encontrariam em risco.

Conforme Bauman (2021a, p. 7), estamos diante de uma sociedade líquido-moderna, “em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir”. Em um mundo líquido-moderno, o que importa é a velocidade, e não a duração. “A vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante” (Bauman, 2021a, p. 8).

Em uma sociedade instável, marcada pela flexibilidade e expectativas a curto prazo, a corrosão do caráter pode ser algo inevitável, pois o comportamento exigido dos sujeitos em uma sociedade flexível fomenta a competitividade, afrouxando laços de confiança e divorciando a vontade do comportamento (Sennett, 2015).

Neste contexto, em relação à cena contemporânea, o alinhamento do avanço tecnológico com a precarização do trabalho assalariado resulta no surgimento de empresas como a Uber¹². Com a “uberização”, elimina-se o vínculo empregatício, e o trabalhador naturaliza uma equivocada ideia de que é um autoempreendedor — indivíduos-microempresas, como cita Gadelha (2009) — que passa a administrar sua própria atividade laboral ao lado de sua parceira. Todavia, essa flexibilização e esse discurso de que “sou meu próprio patrão” escondem um cenário nitidamente exploratório, no qual o sujeito tem suprimidos seus direitos trabalhistas e sociais.

¹² “A Uber é uma plataforma que conecta usuários a motoristas parceiros, uma opção de mobilidade a preços acessíveis que funciona em uma plataforma prática”. Disponível em: uber.com/pt-BR/blog/o-que-e-uber/. Acesso em: 27 dez. 2024.

O rumo que a individualização do comportamento humano está tomando merece atenção. Conforme Beck (2011), esse processo diluiu a própria compreensão de classes sociais no capitalismo. Segundo o autor, o indivíduo se converte em unidade reprodutiva do social no mundo da vida.

4.2 O ACIRRAMENTO DAS DESIGUALDADES NA RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O FORTALECIMENTO DO PROCESSO INDIVIDUALIZADOR

Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco (Dardot; Laval, 2016, p. 318)

Na seção anterior, foi possível perceber que, nos últimos séculos, o mundo do trabalho vivenciou diferentes modos de produção: do modelo artesanal à produção tecnológica.

Como apontado por Harvey (2012), o capitalismo é orientado pelo crescimento, e este se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Neste ínterim, o trabalhador também se viu transformado conforme a necessidade de cada período. Contudo, a passagem do tempo e os diferentes modelos de produção não modificaram o caráter exploratório do capitalismo, que apenas passou por processos de reinvenção.

Fruto desse processo histórico, marcado pelo antagonismo entre o rico e o pobre, a desigualdade de distribuição de renda e a exploração do capital, constituiu-se o neoliberalismo como uma política capaz de construir um modo de governo que ultrapassa a esfera econômica, impulsionando a sociedade a adotar o espírito da competitividade para conseguir superar as crises estatais (Dardot; Laval, 2016).

Neste estudo, o neoliberalismo é compreendido como uma racionalidade, um sistema normativo que estrutura e organiza não apenas as ações dos governantes, mas a própria conduta dos governados. O neoliberalismo é um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016).

Enquanto a própria conduta dos governados é impulsionada por essa racionalidade, observa-se que o pensamento neoliberal está impregnado na sociedade pós-industrial que, para atender às demandas do capitalismo, investe na própria vida do trabalhador, explorando suas capacidades cognitivas e tratando-as como capital humano.

Esse sistema normativo também se manifesta na percepção do indivíduo como uma microempresa (Gadelha, 2009), uma vez que seu trabalho passa a ser tratado como uma conduta econômica, atendendo à política neoliberal. Na mesma toada, Dardot e Laval (2016)

identificam a fabricação de um novo sujeito unitário, também conhecido como sujeito empresarial, neoliberal ou neossujeito¹³. O sujeito neoliberal é marcado pela flexibilidade, pela responsabilização de seu próprio desenvolvimento, formação e sucesso ou fracasso na sociedade, pelos riscos submetidos nas tramas dessa razão.

A política neoliberal defendia a adoção de um Estado mínimo para enfrentar a crise capitalista da década de 1970. Urgiu, portanto, a necessidade de oferecer livre movimentação ao mercado com mínimas intervenções estatais, pois o discurso neoliberal era de que o Estado, com suas políticas sociais, foi o principal responsável pela crise.

Embora o Estado devesse ser “mínimo”, visando diminuir as interferências estatais no mercado e combater a crise, apontava-se um Estado “forte” para atuar como guardião do direito privado, afastando-se da ideia de mero provedor de direitos. Assim, o Estado não atuaria interferindo nas particularidades dos indivíduos para impor ordens ou mandamentos, mas lhe caberia proteger a esfera privada de modo geral, vindo, excepcionalmente, a realizar intervenções particulares em caso de transgressão penal (Dardot; Laval, 2016).

Ocorre que tal comportamento afasta o Estado do seio social. Afinal, minimizar sua atuação junto aos indivíduos representa deixar de compreender, se preocupar e adotar políticas para combater as mazelas sociais. Isso significa, conforme Dardot e Laval (2016), que o Estado neoliberal prestigia a eficiência do mercado.

Dessa forma, o aparato de questões sociais deve ser reestruturado e repensado consoante a exigência do mercado. A economia já não pode ser administrada em prol do social (Rose, 2012); os processos sociais devem ser visualizados como um mecanismo de mercado (Lazzarato, 2011).

Neste caminho, a concorrência surge como um princípio que regula a própria sociedade e que levará à desigualdade, vista como uma fonte propulsora para que os apetites e instintos dos indivíduos possam ser aguçados e, por conseguinte, consigam maximizar suas ações (Lazzarato, 2011).

Enquanto valores e práticas de uma empresa privada são impostos ao setor público, espera-se aumentar a eficácia e reduzir os custos da ação pública (Dardot; Laval, 2016), mas o que se vê, como salienta Brown (2019), é um ataque do neoliberalismo à sociedade

¹³ “[...] trata-se de ver nele o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o colaborador da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder” (Dardot; Laval, 2016, p. 302).

democrática e um assalto à justiça social. O Estado social é desmantelado sob a falsa percepção de que a nova realidade exige isso.

Ato contínuo, observa-se o aprofundamento na violação de direitos sociais e, por conseguinte, das desigualdades sociais. Disfarçadas por um discurso de mudanças supostamente necessárias para superar a crise do capital, as desigualdades passam a ser vistas como benéficas, pois são um mecanismo para acirrar a competitividade. Afinal, somente com suas ações, o indivíduo poderia alcançar o sucesso e se destacar na multidão, uma vez que ele é o único responsável por seu destino social (Corbanezi; Rasia, 2020).

Ainda revelando a questão social no governo neoliberal, enquanto as necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas sofrem uma ampla regressão (Iamamoto, 2021), um movimento de subjetivação passa a acontecer para o trabalhador alcançar o bem-estar e a crise ser superada, com atitudes necessárias como a flexibilização dos direitos trabalhistas, a redução dos salários e dos benefícios previdenciários. O discurso é o de que deve ser afastada a rigidez criada por sindicatos e pela própria legislação trabalhista.

Alves discorre sobre o que a era neoliberal representa à classe trabalhadora:

é por isso que, na era neoliberal, o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, pode ser considerado uma nova ofensiva do capital na produção. Ele é parte intrínseca de um processo sócio-histórico de desenvolvimento capitalista, cujo resultado é a desconstrução do mercado de trabalho urbano, por intermédio da precarização de empregos e salários e da debilitação do operário-massa e do sindicalismo classista, tal como se constituiu sob a industrialização substitutiva. É, portanto, a desconstituição do terreno nacional-popular que tende a enfraquecer os principais obstáculos sócio-históricos postos à perversidade do capital em nosso país, tal como os sindicatos de classe, que se caracterizaram como baluartes à superexploração do trabalho, como trincheiras de resistência da democracia de massa contra as taras do capitalismo retardatário. (Alves, 2004, p. 4920).

Uma vez que políticas que buscam a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social (Moraes, 2022), como alimentação, trabalho, educação e saúde, são violadas ou descartadas pelo Estado, caminha-se para uma sociedade em que o desenvolvimento é desigual, já que as pessoas que mais dependem de tais direitos os veem cada vez mais distantes.

A nova percepção do social no ideário neoliberal significa fragmentá-lo “a fim de transformar as obrigações morais e psicológicas da cidadania econômica na direção de um progresso pessoal ativo” (Rose, 2012), ou identificá-lo como uma função da empresa (Lazzaratto, 2011). O processo que se constitui é de enfraquecimento do coletivo em prol da

individualidade, pois se cada trabalhador é uma espécie de empresa, compete a ele assumir os riscos de suas ações e procurar ter êxito em suas conquistas profissionais e pessoais.

Assim, não existe qualquer necessidade de o Estado implementar políticas sociais. Na sociedade neoliberal, o bem-estar é identificado como consumo, ou seja, o indivíduo, com seu próprio esforço, pode adquirir os bens dos quais necessita. Desta forma, o êxito ou o fracasso individual não é uma questão social que merece atenção do Estado, mas o resultado de condições do próprio indivíduo. Impulsionar políticas sociais, no ideário neoliberal, além de ser uma afronta ao livre mercado, causa prejuízo à população.

Esta postura egoísta que o Estado assume, acaba refletindo no cidadão. O indivíduo passa a se preocupar primeiro consigo, para depois pensar na sociedade, pois o que está em jogo, segundo a ordem neoliberal, é a sua felicidade. A competição leva o homem neoliberal a se adaptar, no sentido de se aperfeiçoar e investir em si, pois a capacidade de se diferenciar é o que ditará a cultura empresarial da concorrência e da competição (Klaus, 2017).

Em contrapartida, como afirma Sennett (2015), seus traços pessoais são corrompidos visando atender a seus desejos e carências pessoais. Impulsiona-se, portanto, o egoísmo social e a negação da solidariedade. O neossujeito encontra sua verdade no veredito do sucesso (Dardot; Laval, 2016). Segundo os autores, enquanto o sujeito empresarial vincula seu narcisismo ao seu sucesso somado ao da empresa, num clima de guerra concorrencial, o menor “revés do destino” pode ter efeitos extremamente violentos. A gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos as assumirem como fracassos pessoais.

Dardot e Laval (2016) apontam um conjunto de diagnósticos que podem ser identificados no sujeito inserido na sociedade neoliberal, como estresse, assédio, depressão e aumento de casos de suicídio, riscos psicossociais com os quais o neossujeito precisa lidar. Além disso, o próprio medo acompanha o homem neoliberal.

Conforme Hobold (2002), o trabalhador sente medo do desemprego, de ter reduzido seu salário, motivos pelos quais acaba abraçando a ideia de um Estado mínimo para seus direitos, mas máximo a favor dos donos do capital. Neste movimento de subjetivação, o trabalhador, com medo, procura atender à nova demanda do capitalismo, tornando-se um colaborador em tempo integral e sem levantar questionamentos sobre o processo (Hobold, 2002).

Este movimento gera o que Beck (2011) denomina de processo de emancipação, em que as pessoas são libertas de seus vínculos tradicionais, familiares e comunitários. Assim, aumenta a pressão para que “cada um molde sua trajetória com suas próprias mãos” (Beck,

2011, p. 199). Cada um escreve sua biografia, com o destino coletivo se convertendo em um destino individual. É deste modo que Beck (2011) enxerga este novo capitalismo, como um processo individualizador que dilui as classes sociais da sociedade industrial. O que se vê, agora, é uma multidão de casos individuais que, ocasionalmente, se congregam, como se pessoas estivessem andando de metrô.

Neste processo em que o coletivo é deixado de lado em favor do individual, Beck (2011, p. 108) pontua:

os ambientes sociais marcados pela estratificação e as formas de vida cultural definidas pela classe desvanecem-se. De modo tendencial, surgem formas e situações existenciais individualizadas, que obrigam as pessoas a colorarem-se a si mesmas — por conta de sua própria sobrevivência material — no centro da criação e da execução de seus próprios planos de vida.

Ao refletir sobre os riscos desse processo de individualização, Rose (2012) aponta que, caso o sujeito não consiga se administrar como alguém capaz de agregar ao mercado, deve ser tratado como marginalizado, em contraponto aos sujeitos filiados, considerados incluídos: indivíduos e famílias com os meios financeiros, educacionais e morais para se adequarem ao papel de cidadãos ativos em comunidades responsáveis.

O problema é que, embora o indivíduo assuma seus riscos — pois, segundo os neoliberais, trata-se de uma espécie de empresa —, ele depende do mercado em todas as esferas da vida. Além disso, estamos diante de uma sociedade da escassez (Beck, 2011), em que a suscetibilidade à crise é alta.

Por isso, Beck (2011) compreende a precarização das condições de existência na contemporaneidade. Segundo o autor, as novas desigualdades sociais expõem parcela crescente da população ao desemprego, tornando os indivíduos suscetíveis aos riscos e, caso não atendam aos preceitos neoliberais, podem descer na mobilidade social a qualquer tempo, piorando seu poder aquisitivo e, por conseguinte, sua condição de vida. As desigualdades, portanto, são reorganizadas como individualização dos riscos sociais, legitimadas por intermédio do êxito.

Ainda tratando das novas desigualdades que se manifestam na ordem neoliberal, o esvaziamento das políticas sociais torna ainda mais abrupto o abismo entre o acumulador de capital e o trabalhador. As políticas assistencialistas de transferência de renda, por exemplo, não são bem-vindas, uma vez que são vistas como capazes de acomodar seus beneficiários e enfraquecer a competição.

Segundo Borges e Druck (1993), a exclusão social se apresenta como elemento estrutural do capitalismo contemporâneo. Afinal, quando afirmamos que o trabalhador que não atende aos preceitos neoliberais será excluído, podemos citar o sujeito que não adota ou não consegue assimilar as novas tecnologias em seu ambiente produtivo. Ele é descartado e perde espaço no mercado de trabalho, sujeitando-se, a partir daí, a vínculos precários, informais, com baixa remuneração, ou até se juntando à massa de desempregados.

Outrossim, assinala Filgueiras (1997, p. 916): “[...] está se criando uma grande massa de indivíduos dispensáveis, não exploráveis pelo capital; indivíduos cuja força de trabalho não possui valor de troca no mercado e cujo trabalho, de forma autônoma, não consegue nem mesmo se materializar em mercadorias vendáveis”.

Nesse caminho, a globalização também figura como um processo que solidifica as tendências neoliberais e, por conseguinte, aprofunda desigualdades. Segundo Coutinho (2016), a globalização pode ser entendida como uma etapa do aprofundamento da internacionalização das relações capitalistas de produção e distribuição. Para Bauman (2021b), a globalização é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível que nos afeta na mesma medida e do mesmo modo.

As mazelas sociais, a pobreza absoluta e o desemprego são realidades vivenciadas ao redor do mundo. Mesmo em países desenvolvidos, a falta de políticas públicas destinadas a determinados grupos sociais gera movimentos como xenofobia, nacionalismo exacerbado e fascismo. Em escala mundial, parcelas minoritárias são marginalizadas, a elas são impostas barreiras culturais e, inclusive, obstáculos para participarem do processo de acumulação e consumo de riqueza (Filgueiras, 1997). Para o autor,

desse modo, homogeneiza-se econômica, política e socialmente parte significativa do planeta, mas, ao mesmo tempo, aprofunda-se a diferenciação no interior de cada espaço nacional, mesmo nos países mais desenvolvidos. Nessa medida, globaliza-se o desemprego e a exclusão social, a instabilidade e as incertezas; enfim, globaliza-se um certo mal-estar, inclusive entre as parcelas privilegiadas das sociedades, de se estar destruindo um “modo de vida” sem, contudo, se ter ainda a clareza do que se está colocando em seu lugar (Filgueiras, 1997, p. 918).

Portanto, a lógica neoliberal, com seu caráter individualista, propaga-se nas mais diversas áreas da sociedade, inclusive na Educação. Segundo Laval (2004), a Educação dialoga com o processo de individualização característico da sociedade neoliberal, visto que a instituição escolar pode ser — e, por vezes, é — corroída em seus valores profissionais, sociais, culturais e políticos do saber, em prol de propósitos de competitividade na economia globalizada, propagados por grupos empresariais.

5 IMPLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Pensar como estamos sendo governados na atualidade é condição para que se possa compreender o que vem acontecendo no mundo e, em particular, nas escolas e em torno das escolas contemporâneas. (Saraiva; Veiga-Neto, 2009, p. 197)

Foucault (2008) afirma que o essencial do mercado, no neoliberalismo, está na concorrência; ou seja, a lógica não é a da igualdade, mas a da desigualdade — diferenciação permanente. Para Marcia Lopes (2009), as normas neoliberais são instituídas com o intuito de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, além de criar e conservar o interesse em cada um, em particular, para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado.

Tanto Foucault (2008) quanto Marcia Lopes (2009) se referem aos efeitos da racionalidade neoliberal na produção de modos de vida. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 7), “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.

A partir de tais reflexões, inicio este capítulo retomando a noção de neoliberalismo enquanto racionalidade, no sentido de compreender como ele se inscreve na instituição "escola" — neste estudo compreendida em sentido amplo, contemplando também o Ensino Superior.

Na primeira seção, intitulada *Debatendo a lógica meritocrática na educação*, reflito sobre como a educação, enquanto mercadoria na sociedade neoliberal, está profundamente inscrita pela meritocracia.

A seguir, na seção *A trajetória da expansão do Ensino Superior brasileiro a partir da década de 1990*, trato do processo de crescimento do Ensino Superior no país, destacando o aumento expressivo de instituições privadas e as ações legislativas e governamentais que contribuíram para tal crescimento.

A seção *A expansão sob outro viés* aborda, de modo mais específico, os impactos da mercantilização do serviço educacional.

Por fim, a seção *Permanência e evasão na Educação Superior* discute o aumento da evasão no Ensino Superior, bem como a culpabilização do estudante como marca do instituto "evasão".

5.1 DEBATENDO A LÓGICA MERITOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO

As políticas educacionais, como outros aspectos da sociedade civil, estão impregnadas com o ideal neoliberal. (Firmino, 2022, p. 227).

Enquanto o neoliberalismo tem que intervir na sociedade “em sua trama e em sua espessura” (Foucault, 2008, p. 199), a estratégia, conforme Lockmann e Klein (2022), consiste em criar o maior número possível de situações de mercado, as quais impõem aos indivíduos a obrigação de escolher.

Tal realidade se prolifera no “mercado” da educação, que passa a ser visualizado como uma escolha do indivíduo, e não mais como um direito social. “A educação é transformada, então, em um mercado de escolhas individuais, e o cidadão dá lugar ao homem empreendedor capaz de escolher” (Lockmann; Klein, 2022, p. 7).

Sobre esta “escolha”, advertem as autoras:

ao transmutar o direito social da educação em um direito de escolha individual, essa racionalidade não nega a noção de direito. A fragilização dos direitos sociais não é produzida pela destruição da noção de direito, mas pelo seu acionamento, transformação e individualização (Lockmann; Klein, 2022, p. 7).

Lockmann e Klein (2022) observam ainda que esse direito de escolha se constitui em um direito à exclusão, pois o fato de não estar na escola, de não frequentar o espaço público, comum e democrático, torna-se direito individual de escolha das famílias. Assim, a própria exclusão é transformada em um direito: “Talvez resida aí a maior perversidade das práticas de exclusão contemporâneas. Elas não negam o direito, mas transformam a própria exclusão em um direito” (Lockmann, 2020, p. 11).

Ao transformar os direitos universais em escolhas individuais, há um deslocamento do cidadão — antes sujeito de direitos — para a posição de homem endividado, aquele que deve um retorno futuro sobre suas escolhas e precisa se responsabilizar por elas (Lockmann, 2020).

Nesse cenário, observamos a meritocracia como um pilar dessa nova racionalidade no ambiente escolar. Esse sistema traz consigo a ideia de que tanto o ganho quanto o castigo dependem exclusivamente do mérito do indivíduo. Isto é, os mais competentes e talentosos se destacarão, independentemente de fatores biológicos, culturais ou econômicos (Valle; Ruschel, 2010). Assim, há uma percepção, por parte de seus defensores, de que a meritocracia é um sistema que atende aos ideais da justiça.

Como esclarece Firmino (2022), a meritocracia torna-se uma justificativa para o fracasso: aquele que não obtém sucesso o faz por falta de esforço; o que conquista, o faz por mérito.

Quando a reflexão se concentra na educação pública¹⁴, a partir do momento em que a política neoliberal meritocrática é trazida para tal setor, pode surgir a percepção de que ela fortalecerá a eficácia dos serviços públicos, pois os administrados podem escolher a prestadora que melhor atenda a seus interesses. É o que Dardot e Laval (2016) problematizam no contexto da racionalidade neoliberal: a criação do maior número possível de situações de mercado para que os indivíduos possam fazer suas escolhas.

O indivíduo inserido na sociedade neoliberal, que almeja um diploma, inicia suas escolhas ao decidir em qual curso pretende se graduar. Na lógica neoliberal, essa decisão é por sua conta e risco, assim como as consequências que dela advierem.

Na esteira de Sandel (2020), esse pensamento meritocrático, em vez de ser um remédio, justifica a desigualdade, visto que não há como afirmar que os melhores sempre vencem, pois nem todos os competidores disputam a corrida a partir do mesmo ponto de partida e com as mesmas oportunidades¹⁵.

No mesmo caminho, Valle e Ruschel (2010, p. 80) apontam que:

além disso, ao preconizar a igualdade de oportunidades, a meritocracia acaba reforçando as desigualdades sociais e legitimando o domínio de uma elite bem-nascida, pois são as camadas privilegiadas que definem os princípios de reconhecimento do mérito e colocam em prática processos de avaliação, de classificação e de seleção que, teoricamente, têm por objetivo promover os mais aptos aos diferentes níveis das hierarquias institucionais.

Corroborando o pensamento dos autores no que tange ao acirramento das desigualdades no espaço escolar, Firmino afirma que:

na atualidade, há a tendência de tirar a educação, compreendida como política pública social de responsabilidade do Estado, do âmbito social para o da mercadoria. A “educação neoliberal” se descola da esfera dos direitos sociais para o capital, tornando-se um produto. A escola é vista como uma indústria sob o “governo do mercado” e deve focar na eficiência, em alcançar “bons” resultados. Instaure-se na educação um padrão de produção, uma forma de organizar o trabalho e os processos educativos baseada na ênfase das tarefas.
[...]

¹⁴ Ao tratar da meritocracia no ambiente escolar, Firmino (2022) observa que as escolas que não obtêm bons resultados nas provas nacionais são vistas como malsucedidas. Não por acaso, a maioria das escolas assim rotulada, pertence à rede pública, ao contrário das privadas que, nesta perspectiva, são símbolo de boa qualidade.

¹⁵ Segundo Valle e Ruschel (2010), embora reforce as desigualdades, o esquema meritocrático, por ser controlado pelos grupos que perduram no poder, progride com grande intensidade e conta com uma adesão crescente.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que esse processo de neoliberalização das escolas acirra as desigualdades sociais, uma vez que as escolas de “boa” qualidade são destinadas a uma parcela da sociedade e as que são rotuladas como malsucedidas a outra. Além disso, as escolas públicas são reformuladas a partir de uma perspectiva que visa formar trabalhadores, bons índices nas avaliações nacionais, e não garantir educação de qualidade a todos. (Firmino, 2022, p. 228).

A escolha pelo curso é profundamente desigual, pois as famílias não possuem a mesma capacidade de exercê-la com as mesmas vantagens (Dardot; Laval, 2016). Isto é, a lógica neoliberal mina os serviços públicos e invade setores sociais, aprofundando as desigualdades. Como afirmam Dardot e Laval (2016), trata-se de um Estado forte guardião do direito privado. O Estado deve “estar cada vez mais onipresente, articulado às relações de mercado, sendo investidor em políticas que frisam a importância do empresariamento de si, incentivador de políticas sociais de assistência, educacionais e inclusivas e mais voltado para o *Homo oeconomicus*” (Lopes, Maura, 2009, p. 155). Segundo a autora, as políticas passam a ter uma função compensatória e não a partir da compreensão do público como bem comum.

Com isso, não quero dizer que tais políticas não sejam importantes, pois, afinal de contas, por que é necessário destinar cotas para o ingresso de pessoas hipossuficientes na universidade pública? Justamente porque, pelas vias normais, a competição é desleal, já que os abastados tiveram privilégios não contemplados pelos menos favorecidos — como a educação básica cursada em instituições particulares, por exemplo. O ponto de partida de cada um é diferente. Tal questão não é discutida na lógica meritocrática. Porém, mesmo com ações compensatórias, as desigualdades seguem sendo produzidas e (in)visibilizadas, pois o público é esmaecido permanentemente.

O mesmo raciocínio pode ser empregado em relação ao estudante que conclui a graduação. Como já explanado, com a transferência da educação da esfera dos direitos sociais para a esfera do mercado (Lagoa, 2019), as instituições escolares passam a ser pensadas e reestruturadas sob modelos produtivistas e empresariais, que permitem que as escolas funcionem como uma empresa produtora de serviços educacionais.

Neste ponto, em relação à empregabilidade, Sandel (2020) explica que a formação em educação superior, em uma sociedade meritocrática, ao invés de oportunizar a ascensão social, tem reforçado as vantagens que pais privilegiados conferem a seus filhos. Isso porque a elite meritocrática ocupa boa parte das vagas das melhores universidades¹⁶. Afinal, como discutir mobilidade ascendente quando a maioria dos estudantes já é rica? As faculdades acabam consolidando os privilégios, em vez de aumentarem as oportunidades (Sandel, 2020).

¹⁶ Segundo Sandel (2020), nas 100 faculdades mais competitivas dos Estados Unidos, 70% dos estudantes são de famílias abastadas.

Dessa forma, o diploma não é mais sinônimo de ascensão social, pois há outros fatores em jogo. Para Sandel (2020), ao confrontar a insistência meritocrática acerca da ideia de que um diploma de curso universitário de quatro anos é o portal para o sucesso, deixa-se de levar a sério as necessidades educacionais da maioria das pessoas¹⁷.

Saraiva e Veiga-Neto (2009), ao refletirem sobre a formação de sujeitos no “mercado educacional”, demonstram preocupação com a produção de subjetividades nas escolas neoliberais. Os autores assinalam que esse novo modelo amplia o leque de valores e comportamentos disponíveis aos estudantes, muitos deles conflitantes com o ambiente escolar. Os jovens que, atualmente, estão na escola, transitam por muitos mundos, e as funções da instituição escolar são colocadas em xeque.

Há ainda a preocupação do ponto de vista discursivo, pois a instituição escolar também funciona como ferramenta capaz de disseminar o pensamento neoliberal¹⁸, por isso é um *locus* tão disputado.

Conforme Trevisol e Almeida (2019), a sociedade passa a visualizar a escola como um espaço de formação de sujeitos que consideram a competitividade e a concorrência como normatização das relações sociais no trabalho e na convivência familiar. E, uma vez que a educação deve estar subordinada às necessidades do mercado de trabalho, ela perde seu caráter de direito, reduzindo-se a uma condição de propriedade. Nesse sentido, é possível afirmar que a educação passa a ser tratada como um “objeto de consumo”, como qualquer outro disponível na sociedade líquido-moderna (Bauman, 2021a). Do mesmo modo, existem os “consumidores de escola”, assim tratados os que, em um universo competitivo, brigam para entrar nas “boas escolas” de um sistema escolar e universitário cada vez mais desigual (Laval, 2004). Esse cenário contribui para a formação de conglomerados educacionais que objetivam fomentar a dinâmica do mercado.

Laval (2004) aponta que a primazia do acúmulo do capital divorcia a escola de seu papel de oportunizar uma formação integral aos cidadãos. A escola neoliberal deixa de formar profissionais para produzir capital humano a serviço de grandes empresas. Para o autor, a escola passa por um processo de desinstitucionalização, perdendo sua autonomia e seu espaço

¹⁷ Laval (2004) retrata o enfraquecimento do valor simbólico dos diplomas como uma marca deste período, em que o saber é tratado como um produto perecível, o que gera insegurança e instabilidade no emprego.

¹⁸ Neste íterim, um dos discursos legitimados, segundo Trevisol e Almeida (2019), é o de que a escola deve visar, exclusivamente, a formação para o mercado de trabalho.

de produção do conhecimento, tornando-se uma empresa educadora de competências a serviço dos interesses de seus consumidores¹⁹.

O fato é que um modelo escolar fundado em uma racionalidade neoliberal de capital humano para o mercado exclui uma formação diversa e plural, que garanta a convivência social e a democracia (Trevisol; Almeida, 2019). A escola não deve ser vista como uma empresa, pois o seu principal papel é o exercício do pensamento, a construção do conhecimento e de modos de sociabilidade.

Considerando que a estratégia neoliberal atravessa todo o espaço educacional, o seu ideário, baseado principalmente na competição e na desigualdade, apropria-se da educação e reproduz o fracasso escolar²⁰. “A estratégia continua sendo achar culpados ao invés de analisar o contexto social, político e econômico em que as crises educacionais acontecem. [...] Trata-se, então, do enfoque, nesse cenário, na culpabilização do indivíduo [...]” (Firmino, 2022, p. 229).

Para Firmino (2022), um caminho possível para superar tal cenário de fracasso escolar seria a defesa da escola pública, do ensino para todos e do conhecimento em pleno sentido, que não seja para fins úteis e técnicos, além da luta por igualdade de oportunidades e de condições.

Nesta compreensão, segundo Masschelein e Simons (2023), a escola pública surge como a materialização e a espacialização concreta do tempo que, literalmente, separa ou retira os alunos da (desigual) ordem social e econômica para o lugar de um tempo igualitário. Para os autores,

[...] a escola é o tempo e espaço onde os alunos podem deixar para lá todos os tipos de regras e expectativas sociológicas, econômicas e relacionadas à cultura. Em outras palavras, dar forma à escola — construir a escola — tem a ver com uma espécie de suspensão do peso dessas regras. A suspensão, por exemplo, das regras que ditam ou explicam por que alguém — e toda a sua família ou grupo — cai em um determinado degrau da escada social (Masschelein; Simons, 2023, p. 18).

A escola cria igualdade exatamente enquanto constrói tempo livre, dando às pessoas a chance (temporariamente, por um curto espaço de tempo) de deixar o seu passado e os antecedentes familiares para trás e se tornarem alunos como quaisquer outros (masschelein; simons, 2023).

¹⁹ Laval (2004) aponta que, a partir da década de 90, o ensino também foi afetado pela política neoliberal em razão da venda de cursos *on-line*. As péssimas condições de trabalho são marcas deste tipo de ensino, no qual se aumenta a carga horária do professor e impõe normas pedagógicas sob a forma de produtos pedagógicos feitos sob medida.

²⁰ Na educação superior, este fracasso pode ser materializado sob mais de um enfoque: o estudante que fracassa ao não conseguir ingressar na universidade que almeja; e o estudante que fracassa ao não conseguir se manter na universidade, evadindo-se.

Cumpra observar que não se trata de manter a sociedade (ou o mercado de trabalho) fora da escola, pois a escola não está fora do mundo. Masschelein e Simons (2023, p.47) mencionam que “isso significa que a escola obriga a sociedade a refletir sobre si mesma de certa maneira. Ou seja, que a sociedade assume a responsabilidade, por assim dizer, de identificar representantes das coisas que são importantes naquela sociedade”.

Conforme Masschelein e Simons (2023), a escola possibilita a “formação” por meio do estudo e da prática, mas essa formação não deriva de nenhuma noção pré-concebida de uma “pessoa bem-formada”. Ela está relacionada com a formação baseada em princípios que fortalecem as funções da escola. E o tempo livre e o exercício do pensamento — criticidade — são centrais.

Portanto, entendo que, para que se avance em direção a um sistema educacional verdadeiramente equitativo, é imprescindível reconhecer e confrontar as desigualdades que impactam as oportunidades de todos os estudantes, promovendo não apenas o mérito, mas uma justiça social real.

5.2 A TRAJETÓRIA DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 90

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988).

O Ensino Superior no Brasil é ofertado por instituições de Ensino Superior mantidas pelo poder público, nos âmbitos federal, estadual e municipal, e também por instituições comunitárias e privadas, administradas por pessoas físicas e jurídicas, com e sem fins lucrativos. Está devidamente regulamentado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelas demais normas federais, estaduais e de âmbito interno das instituições de ensino.

Esta seção objetiva observar o processo de crescimento do Ensino Superior no país, desde a criação de novas instituições e do aumento de cursos e matrículas na graduação. Essa expansão será entrelaçada com o avanço do ideário neoliberal a partir da década de 1990, procurando compreender os impactos dessa racionalidade na Educação Superior brasileira.

Para isso, é preciso visualizar essa expansão em números, a partir da pesquisa de Broch, Breschiliare e Barbosa-Rinaldi (2020), que sistematizaram os dados do Censo da Educação Superior, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2015, conforme apresento na Tabela 16.

Tabela 16 - Dados do censo de Educação Superior

ANO	IES			CURSOS			MATRÍCULAS		
	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
1995	210	684	894	2.782	3.470	6.252	700.540	1.059.163	1.759.703
1996	211	711	922	2.978	3.666	6.644	735.427	1.133.102	1.868.529
1997	211	689	900	2.698	3.434	6.132	759.182	1.186.433	1.945.615
1998	209	764	973	2.970	3.980	6.950	804.729	1.321.229	2.125.958
1999	192	905	1.097	3.494	5.384	8.878	832.022	1.537.923	2.369.945
2000	176	1.004	1.180	4.021	6.564	10.585	887.026	1.807.219	2.694.245
2001	183	1.208	1.391	4.401	7.754	12.155	939.225	2.091.529	3.030.754
2002	195	1.442	1.637	5.252	9.147	14.399	1.051.652	2.428.258	3.479.913
2003	207	1.652	1.859	5.662	10.791	16.453	1.136.370	2.750.652	3.887.022
2004	224	1.789	2.013	6.262	12.382	18.644	1.178.328	2.985.405	4.163.733
2005	231	1.934	2.165	6.191	14.216	20.407	1.192.189	3.260.967	4.453.156
2006	248	2.022	2.270	6.549	15.552	22.101	1.209.304	3.467.342	4.676.646
2007	249	2.032	2.281	6.596	16.892	23.488	1.240.968	3.639.413	4.880.381
2008	236	2.016	2.252	6.772	17.974	24.719	1.273.965	3.806.091	5.080.056
2009	245	2.069	2.314	8.228	19.599	27.827	1.351.168	3.764.728	5.115.896
2010	278	2.100	2.378	8.821	19.756	28.577	1.461.696	3.987.424	5.449.120
2011	284	2.081	2.365	9.368	20.008	29.376	1.595.391	4.151.371	5.746.762
2012	304	2.112	2.416	10.394	20.324	30.718	1.715.752	4.208.086	5.923.838
2013	301	2.090	2.391	10.344	20.447	30.791	1.777.974	4.374.431	6.152.405
2014	298	2.070	2.368	10.609	20.904	31.513	1.821.629	4.664.542	6.484.171
2015	295	2.069	2.364	10.347	21.681	32.028	1.823.752	4.809.793	6.633.545
TOTAL	4.987	33.443	38.430	134.739	273.925	408.637	25.488.289	62.435.101	87.921.393

Fonte: Broch; Breschiliare; Barbosa-Rinaldi, 2020, p. 264.

Em relação ao número de instituições de Ensino Superior, há um acréscimo, predominantemente no setor privado, com destaque entre os anos de 2000 e 2003. Isso porque, no intervalo de três anos, 648 novas instituições surgiram. Em números totais, foi um avanço de 895 instituições em 1995 para 38.430 em 2015.

Em relação à quantidade de cursos, houve um aumento expressivo tanto no setor público quanto no privado, entre 1995 e 2015. Logicamente, em razão do surgimento de um número maior de instituições particulares, o crescimento de cursos nessas instituições foi o maior destaque, pois, em dez anos, saltou de 3.470, em 1995, para 21.681, em 2015.

O período entre 1995 e 2005 também foi marcado por um crescimento significativo no número de matrículas, especialmente no setor privado. Essa tendência de expansão do Ensino Superior brasileiro, com destaque para as instituições privadas, persistiu tanto em termos de quantidade de instituições quanto na oferta de cursos e vagas.

Para compreender esse panorama, é preciso retornar ao final da década de 1960, com a edição da Reforma Universitária de 1968, por meio da Lei nº 5.540, considerada o marco legal da transformação do Ensino Superior. Antes de sua publicação, o Estado era o principal

responsável pela oferta desse nível de ensino. A partir dessa lei, as instituições privadas passaram a ofertar esse nível de educação escolar (Brasil, 1968). Essa mudança legislativa gerou um crescimento no número de matrículas nessas instituições.

Esse importante marco legal abriu as portas do Ensino Superior às instituições privadas. No entanto, como já mencionado, o objetivo desta pesquisa não é discutir o crescimento desse nível de ensino nas décadas de 1970 e 1980, mas a partir dos anos de 1990, em função dos impactos do neoliberalismo na Educação Superior brasileira.

O início da década de 1990 foi marcado pela recente promulgação de uma nova Carta Magna: a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A Constituição foi considerada um avanço para a sociedade brasileira, não só em razão da participação popular em sua construção, como também pela ampliação e maior destaque aos direitos sociais (Brasil, 1988).

No texto constitucional, observa-se a seguinte previsão no que se refere à educação, uma das espécies de direito social: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Além disso, a Constituição institui como dever do Estado garantir o acesso aos diferentes níveis de ensino, configurando-se como direito público subjetivo do cidadão o ensino livre à iniciativa privada. A Constituição atende à ideia de universalização de direitos, pois a educação é garantida para todos, sem distinções (Brasil, 1988).

Para que as normas previstas na Constituição saiam do plano abstrato e se concretizem, é preciso que a construção de políticas sociais públicas atenda à população. Ocorre que tais políticas se constituem conforme a ideologia dos regimes políticos vigentes, o que difere do previsto na Constituição.

Vieira (2001) aponta que, após 1988, passou-se a viver, no Brasil, um período de políticas sociais sem direitos sociais, haja vista os poucos direitos que, embora esculpidos na Constituição, estão sendo efetivamente praticados, seja por falta de regulamentação, seja por ataques em nome do neoliberalismo.

Nesse caminho, sob o discurso da “modernização”, o país aderiu à ofensiva neoliberal durante os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, com continuidade no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em razão da crise fiscal atravessada pelo Estado brasileiro, o governo FHC propôs uma reforma do Estado para transferir ao setor privado as atividades que poderiam ser controladas pelo mercado.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamentou a previsão constitucional de um ensino livre à iniciativa privada, passando o Estado a exercer o papel de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento das instituições de Ensino Superior privadas (Brasil, 1996). Dessa forma, concretizou-se o que prevê a Constituição, passando a educação a assumir os contornos de um serviço público não estatal (Brasil, 1988), apesar de todos os avanços que a Constituição e até a própria LDB significaram. O “educar” deixou de ser responsabilidade exclusiva do Estado, sendo transferidas ao setor privado variadas obrigações, entre elas, a principal: a formação inicial e continuada (Brasil, 1996).

Em 1997, o Decreto nº 2.306 ampliou o leque de instituições autorizadas a ofertar o Ensino Superior, como centros universitários, faculdades integradas, institutos e escolas superiores (Brasil, 1997). Essas normas contribuíram para o salto expansionista das instituições privadas.

Como explana Sandel (2020), o diploma universitário é o principal caminho para um emprego respeitável e uma vida decente. Esse desejo foi ainda mais acentuado na década de 1990, em que as instituições privadas passaram a ocupar grande parte do cenário educacional brasileiro, oportunizando a conquista de um sonho da população: ter um curso superior.

Para que as instituições particulares pudessem atender à população que almejava ingressar no Ensino Superior, mas não tinha condições econômicas de arcar com os custos, eram necessários incentivos governamentais. Assim, em 2001, o governo FHC criou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), conforme a Lei nº 10.260, visando à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos (Brasil, 2001a).

O governo Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade às políticas que favoreceram a expansão do setor educacional privado. Em 2005, por meio do Decreto nº 5.622²¹, regulamentou-se a educação a distância no Brasil (Brasil, 2005a). Além disso, a Educação Superior privada teve seu crescimento incentivado por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), estabelecido pela Lei nº 11.096 (Brasil, 2005b). Originalmente, o programa consistia na concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50% ou 25%) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos.

O governo Dilma Rousseff também promoveu medidas que contribuíram para a ampliação do Ensino Superior em instituições privadas. Em 2011, a Lei nº 12.513

²¹ Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

possibilitou que unidades de ensino privadas ofertantes de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de cursos de educação profissional técnica de nível médio aderissem ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Brasil, 2011).

Embora esse desenvolvimento da Educação Superior brasileira — notadamente na esfera privada, com apoio do Estado — apresente aspectos positivos, como o aumento de cidadãos com diploma universitário, não se pode desconsiderar os impactos negativos de tal expansão, conforme apresento na próxima seção.

A democratização do acesso não é sinônimo de qualidade e inclusão. Isso não significa que o acesso não seja fundamental. No entanto, no Brasil, o afrouxamento da regulação da expansão do Ensino Superior privado — com várias instituições de qualidade bastante duvidosa que exploraram esse nicho de mercado — significou, em grande medida, a precarização da formação.

5.3 A EXPANSÃO SOB OUTRO VIÉS

Na sociedade de mercado, o consumo vem à frente da instrução (Laval, 2004, p.21)

Como visto, a expansão da Educação Superior brasileira é predominantemente privada. Foram anos de uma política baseada em ideários neoliberais, pois se injetavam recursos públicos em instituições privadas, contribuindo com a mercantilização do serviço educacional. Sob o discurso da democratização do acesso ao Ensino Superior, retirou-se a responsabilidade de políticas públicas educacionais das mãos do Estado.

As consequências desse cenário são a precarização do trabalho docente e a baixa qualidade do serviço prestado, sob diferentes ângulos, sem contar com a precarização das instituições públicas. Em várias instituições de ensino, especialmente os conglomerados que dominam o país, a qualificação acadêmica do docente não é o aspecto mais importante, seja do ponto de vista salarial, como também do atendimento às regras da instituição, focadas no ensino, por vezes de qualidade duvidosa, em detrimento da pesquisa e da extensão.

Além disso, quanto mais alunos matriculados, configura-se uma realidade cada vez melhor para a empresa que atua no ramo educacional. Isto é, o filtro para o acesso é quase invisível. Se o aluno tiver condições de arcar com as mensalidades ou ser beneficiário de um

programa governamental, provavelmente conseguirá ingressar em algumas instituições particulares²² de Ensino Superior.

Não custa pontuar ainda que, na cena contemporânea, o crescimento das instituições privadas tem se sustentado no aumento do número de matrículas em cursos de Educação à Distância. Geralmente, possuem uma mensalidade mais baixa e, por isso, tornaram-se atrativos, especialmente, a partir da pandemia de covid-19²³.

Ao divulgar os resultados do censo de Educação Superior de 2021, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira apontou que, nos últimos dez anos, a educação a distância vem aumentando sua participação na Educação Superior (Brasil, 2022). Em 2011, esta modalidade de ensino representava 14,7% das matrículas de graduação. Em 2018, ultrapassou a marca de dois milhões de alunos e, em 2021, alcançou 3,7 milhões, o que representa mais de 41% dos alunos de graduação no país²⁴.

Ocorre que essa lógica empresarial que norteia a expansão da Educação Superior brasileira também precisa ser analisada sob o ponto de vista das instituições públicas de ensino. Afinal, o Estado foi completamente silente em relação às políticas expansionistas que atende às instituições de Ensino Superior públicas?

A resposta é negativa. É possível apontar alguns programas que atendem a estas instituições, visando contemplar o acesso da população a este nível de ensino e, por conseguinte, a expansão do Ensino Superior público. Neste caso, merecem destaque as políticas públicas que permitem às pessoas historicamente excluídas terem a oportunidade de cursar o Ensino Superior nas instituições de Ensino Superior, como, por exemplo, afrodescendentes, hipossuficientes, indígenas e pessoas com deficiência.

Na história da Educação Básica pública brasileira, precarizada de diversas formas, as ações afirmativas surgem como resultado de muitas lutas dos movimentos sociais. Em 2005, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), instituído pelo Ministério da Educação, responsável por fomentar a criação de núcleos de acessibilidade nas

²² Ressalto aqui que o foco não está no benefício em si e que existem instituições com diferentes perfis e papéis. Porém, o que está em voga nessa discussão não é a redução das desigualdades e o fortalecimento da universidade pública que deveria ser para todos.

²³ “A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”. Disponível em: gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19. Acesso em: 27 dez. 2024. A pandemia de covid-19 provocou uma disrupção sem precedentes no sistema educacional. Com a suspensão das aulas presenciais de março de 2020 a meados de 2021, os governos municipais, estaduais e federal rapidamente implementaram normas para a oferta de aulas remotas. Essa medida emergencial garantiu a continuidade do ensino e a educação a distância se consolidou como uma alternativa viável.

²⁴ Disponível em: gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada. Acesso em: 27 dez. 2024.

instituições federais de Ensino Superior, é um exemplo. O Programa contribui para a eliminação de barreiras e para a promoção da participação plena dos estudantes com deficiência “[...] à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação”²⁵.

Outro exemplo é a Lei nº 12.711, de 2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio” (Brasil, 2012). Em seu artigo 1º, estabelece que

as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Brasil, 2012).

Ainda no preenchimento das vagas de que trata o *caput* desse artigo, 50% devem ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita* (Brasil, 2012). A referida Lei prescreve que:

em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2012).

O aumento das vagas de ingresso, a ampliação das políticas de inclusão e a Assistência Estudantil se encontram previstas como diretrizes do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Instituído pelo Decreto nº 6.096, em 2007, o Programa visa criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, em nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007a).

A dinâmica deste Programa gira em torno de destinação financeira realizada pelo Ministério da Educação às universidades que elaborarem e apresentarem um plano de reestruturação, no qual estejam discriminadas iniciativas visando atender às diretrizes elencadas no artigo 2º do Decreto:

²⁵ Disponível em: gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir. Acesso em: 27 dez. 2024.

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (Brasil, 2007a).

Mas, afinal, é suficiente que o Estado injete recursos públicos nas instituições particulares ou crie programas e ações afirmativas para as instituições públicas de Ensino Superior para que a democratização da Educação Superior possa ser efetivada? Historicamente, as universidades públicas no Brasil foram pensadas para as classes sociais mais favorecidas. Como fortalecer o público em tempos de Estado forte guardião do direito privado? (Dardot; Laval, 2016).

As políticas educacionais não podem abranger somente o acesso, mas também a permanência dos estudantes. Essa necessidade de que os alunos permaneçam cursando e concluam a graduação merece ainda mais atenção, principalmente por se tratar de pessoas historicamente excluídas que, ao ingressarem nas instituições de Ensino Superior, necessitam de políticas específicas de continuidade escolar, sob pena de evadirem. Além disso, a educação deve ser compreendida como um direito, e a Assistência Estudantil não pode ser vista como uma “ajuda”. Ao longo da minha trajetória profissional, percebi que o aluno usuário das Políticas de Assistência Estudantil, muitas vezes, é visto em posição de “débito”, “merecedor” ou “não merecedor” pela instituição.

5.4 PERMANÊNCIA E EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Se se tem a garantia dos direitos, inclusive o da educação, tão bem garantidos em diversas leis, porque são tão presentes os problemas de evasão e reprovação escolar? Quais seriam as causas da evasão e reprovação escolar? Essas causas são particulares, ou seja, dependem do aluno exclusivamente? Da sua vontade ou falta dessa? A forma como a sociedade está organizada, isto é, a estrutura do capital, a contradição entre capital e trabalho é determinante dos problemas sociais, tais como a evasão e a reprovação escolar? (Fornari, 2012, p. 113).

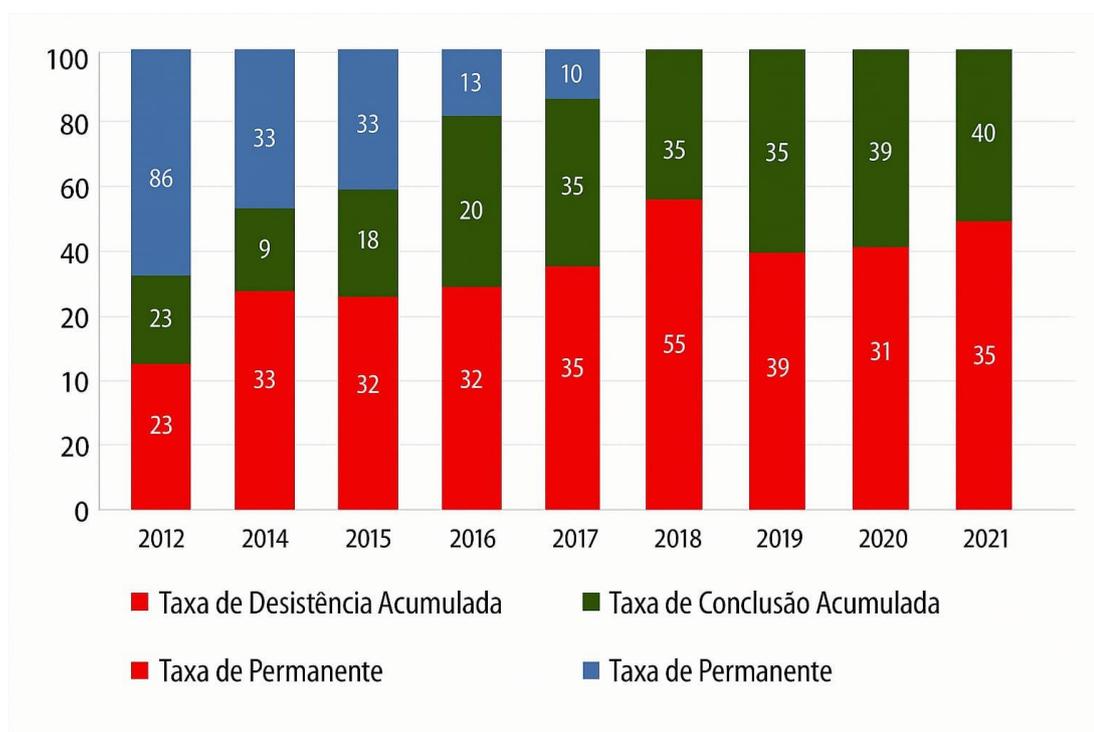
A partir da reflexão trazida na seção anterior, no sentido de que não basta ampliar o acesso de pessoas vulneráveis à universidade, mas também criar ou ampliar as políticas

estudantis que oportunizem a permanência dos estudantes, passo, nesta seção, a estudar o fenômeno da evasão.

Em consonância com a expansão de matrículas, ocorre o crescimento da evasão, especialmente quando as instituições de Ensino Superior e o próprio Estado não se preocupam em implementar políticas que contribuam com a permanência do estudante na universidade.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2021, a taxa de desistência cresceu consideravelmente entre 2012 e 2021, conforme exibido no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Trajetória dos estudantes nos cursos de graduação



Fonte: Brasil, 2022, p. 61.

Diante dessa crescente, nos últimos anos, muitos estudiosos procuraram compreender o fenômeno da evasão. Logicamente, podem variar os motivos que levam à evasão entre uma instituição pública e uma privada, especialmente quando discutimos a desigualdade socioespacial entre as universidades.

Nas instituições de Ensino Superior privadas, a dificuldade em honrar o compromisso da mensalidade é um dos fatores que leva ao desligamento do curso. Essas instituições não são frequentadas exclusivamente por estudantes abastados. Pelo contrário, contam com um público considerável de alunos que acessam e, com muita dificuldade, pagam a mensalidade, nutrindo o sonho de se graduarem.

O aluno pobre estudando em uma instituição particular é uma realidade que se descortina em razão da carência educacional que vem de outros níveis de ensino. Ele perde a competição para o estudante rico que estudou o ensino básico em escolas particulares e, na maioria das vezes, consegue ser aprovado nas instituições públicas, nos cursos mais disputados.

Sandel (2020) retrata esse cenário nos Estados Unidos, que é igualmente perceptível no Brasil. A maioria dos estudantes em faculdades e universidades públicas é oriunda de famílias abastadas; pouquíssimos são de contextos de baixa renda. Assim, mantém-se o caráter elitista e meritocrático da Educação Superior em detrimento das condições econômicas.

Apresento, no Quadro 6, as principais definições sobre a evasão, bem como a compreensão do Ministério da Educação sobre o assunto.

Quadro 6 - Principais definições de evasão

AUTORIA	DEFINIÇÃO
Bueno (1993)	Aborda os conceitos de evasão e exclusão: evasão: quando ocorre uma decisão ativa do aluno que decide abandonar o curso por sua própria responsabilidade; exclusão: provoca a aceitação de uma responsabilidade da instituição de ensino superior e de seu ambiente por não ter meios de direcionamento ou atenção ao jovem que se dispõe a uma formação.
MEC (1994)	Evasão do sistema educacional: quando o aluno abandona definitivamente o ensino superior; evasão da instituição de ensino superior: quando o aluno desvincula-se formalmente da instituição de ensino superior à qual está vinculado; evasão do curso: quando o aluno desvincula-se do curso, seja abandonando, desistindo por conta própria, transferindo, trancando ou excluído em razão de descumprimento de norma institucional.
Teles (1995)	Toda e qualquer forma de saída do curso, à exceção da conclusão da graduação, considerando como forma de evasão a mudança de curso, abandono, desistência, falecimento, de integralização do tempo máximo para concluir o curso (jubramento) e reprovações.
Biazus (2004)	A evasão é a saída do aluno da universidade ou do curso, temporária ou definitiva, por qualquer motivo, exceto a diplomação.
Pacheco (2010)	Define como evasão definitiva o abandono permanente da instituição de ensino superior, ou seja, é quando se afasta da instituição de forma permanente, seja por abandono, desistência do curso ou transferência para outra instituição de ensino superior.

Fonte: Adaptado de Silva, 2012, p. 93-94.

Como visto, a evasão é um cenário não desejado, uma realidade nos cursos de graduação, cujo aumento é considerável. A literatura, por sua vez, define a evasão ligada à ideia de abandono, saída, desistência do aluno. Trata-se, na lógica neoliberal, de culpabilizar o indivíduo por seu fracasso escolar.

Visando entender a evasão no âmbito da UNEMAT, é preciso recorrer à normatização acadêmica para compreender a sua configuração. Considerando a matrícula como o ato formal que cria o vínculo do aluno com a Universidade, o não cumprimento da renovação no prazo estipulado no calendário acadêmico implicará abandono do curso, bem como a perda do direito de se matricular, por consequência, nos períodos subsequentes, causando sua desvinculação da Instituição.

Como anteriormente apontado, o acesso, apesar de ser um avanço importante, não garante que o graduando conclua seu curso, especialmente quando já se encontra em uma situação de vulnerabilidade antes mesmo de ingressar na universidade pública. Esse estudante precisa de instrumentos para permanecer na instituição, sejam bolsas (de extensão, estágio etc.) ou auxílios (moradia, alimentação etc.), além de apoio pedagógico e psicológico. A Assistência Estudantil é multidimensional.

Ao aprofundar o estudo dos documentos da Instituição e ouvir os relatos dos estudantes, esta pesquisa buscou compreender se as políticas adotadas pela UNEMAT possuem esse caráter contínuo de contribuir no combate à evasão. Afinal, não é suficiente democratizar o acesso; é preciso construir uma política que acompanhe o aluno, abrindo as portas da Instituição e o acompanhando ao longo de sua trajetória acadêmica.

Além disso, é importante pontuar que a evasão também pode ser fruto dos impactos da racionalidade neoliberal na Educação Superior. Afinal, se as normas e formas de operacionalizar as políticas de Assistência Estudantil reproduzem concepções neoliberais, pautadas em uma lógica de mercado, meritocrática e individualista, isso contribuirá para a perpetuação da desigualdade, da exclusão e, por conseguinte, da evasão.

6. POR UMA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DO ASSISTENCIALISMO

A expansão do ensino superior, as políticas afirmativas, os programas de assistência estudantil e a destinação do orçamento público às demandas sociais ocorrem não sem o tensionamento que é próprio do cenário político-econômico no qual nos situamos. (Rêgo; Benevides, 2019, p. 152)

Este capítulo é dividido em duas seções. Na seção *A trajetória histórico-normativa da Assistência Estudantil no Ensino Superior*, procuro, amparado na literatura, apontar os principais aspectos históricos envolvendo a Assistência Estudantil no Brasil, com ênfase nas legislações sobre o tema. Já na seção *A Assistência Estudantil como mecanismo de garantia de direito à Educação Superior*, como o próprio título anuncia, trago reflexões no sentido de solidificar tal política estudantil como ferramenta que garante o direito à educação, previsto na Constituição Federal, afastando-se de uma visão assistencialista.

6.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-NORMATIVA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Desta forma, a AE vem construindo seu percurso histórico, trilhando-o, muitas vezes, por caminhos incertos e descontínuos, mas fazendo sua história na formação e consolidação das políticas públicas do país (Kowalski, 2012, p. 102).

Embora o direito à educação já aparecesse desde a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 (Brasil, 1824), foi aproximadamente um século depois que se encontraram registros históricos de ações de Assistência Estudantil.

Segundo Gomes, Pires e Silva (2020), a primeira fase das ações de assistência ao estudante remonta a 1928, com a criação da residência universitária destinada a jovens que se dirigiam à França para estudar e tinham dificuldades de fixar moradia no país, cabendo ao governo brasileiro o repasse de recursos tanto para a edificação das estruturas quanto para a manutenção da casa e dos estudantes. Conclui-se que a Assistência Estudantil era direcionada aos filhos da elite brasileira, ou seja, evidenciava-se a desigualdade no acesso à política de Assistência Estudantil.

Vasconcelos (2010) aponta o governo de Getúlio Vargas como um marco nas políticas sociais, visto que consagrou o direito à educação como público. A Casa do Estudante passou a se fixar em 1930, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Percebe-se, neste primeiro momento, que a Assistência Estudantil estava vinculada à moradia estudantil. Vasconcelos (2010) destaca que essa casa, com o passar do tempo, passou

a prestar serviços destinados a estudantes carentes, como restaurante popular, residência estudantil, biblioteca, entre outros. Após 1937, ela se tornou sede administrativa da União Nacional dos Estudantes, passando a ter controle dos serviços de assistência oferecidos aos estudantes.

Em 1931, instaurou-se o Decreto nº 19.851, visando oferecer bolsas de estudo a estudantes de baixa renda. Dessa forma, a moradia estudantil deixou de ser a única modalidade de assistência ao estudante (Brasil, 1931).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 assegurou a assistência aos estudantes, consagrando, no parágrafo 2º do artigo 157, que “parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (Brasil, 1934).

Conforme Teixeira (2009), naquele momento histórico, a Assistência Estudantil era entendida como uma ajuda, uma colaboração aos necessitados ofertada pelo governo, e não um direito dos estudantes.

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 passou a prever expressamente que todos os níveis de ensino teriam, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional aos estudantes necessitados, visando oportunizar condições de eficiência escolar (Brasil, 1946). Em 1961, por meio da Lei nº 4.024, estabeleceu-se um título específico para tratar da assistência social escolar (Brasil, 1961). Em seus artigos 90 e 91, a Lei prevê:

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (Brasil, 1961).

Com a expansão da Educação Superior, iniciada com a criação de várias universidades federais em todo o país entre as décadas de 1950 e 1970, o Ensino Superior, antes reduto das classes mais favorecidas, passou a ser também acessível às classes mais pobres, modificando-se o perfil do estudante universitário. Inclusive, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 passou a prever, em seu artigo 168, que a educação deveria ser assegurada por meio da igualdade de oportunidade, bem como inspirar a solidariedade humana (Brasil, 1967).

Em 1970, ocorreu a criação do Departamento de Assistência ao Estudante, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que visava manter uma política de assistência

ao estudante universitário em nível nacional, extinta no final dos anos 1980 (Assis, 2013). Para Kowalski (2012), essa política era dirigida aos programas de alimentação, moradia e assistência médica e odontológica.

Em 1971, novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus foram fixadas por meio da Lei nº 5.692 (Brasil, 1971). Os parágrafos 1º e 2º do artigo 62 tratam de ações envolvendo serviços de Assistência Estudantil:

§ 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.

§ 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas socioeducacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incluir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (Brasil, 1971).

Evidencia-se um avanço na cobertura da Assistência Estudantil: primeiro, a moradia; em seguida, a bolsa; e, posteriormente, uma série de serviços.

Em 1972, por meio do Decreto nº 69.927, foi instituído o Programa Assistencial Bolsa de Trabalho. O programa objetivava proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou privadas, nos quais pudessem incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades (Brasil, 1972).

A Bolsa de Trabalho era aplicada prioritariamente a estudantes carentes de recursos financeiros, mediante investigação sumária de suas declarações. Era exigida, ainda, uma relação entre a formação escolar seguida pelo estudante e as tarefas que lhe eram atribuídas no órgão ou entidade onde prestava serviços.

A Bolsa de Trabalho foi o precedente normativo, em âmbito nacional, de várias resoluções existentes nas universidades brasileiras que exigiam um trabalho para que o estudante pudesse acessar serviços de Assistência Estudantil.

Vasconcelos (2010) aponta que a trajetória da Assistência Estudantil está conectada à trajetória da assistência social, sendo ambas resultantes de lutas de movimentos sociais no contexto do fim da ditadura militar e da promulgação da Constituição. Eis o surgimento da segunda fase da Assistência Estudantil no país.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior surgem como importantes frentes de discussão política em prol de assuntos de interesse da

comunidade estudantil, tais como as questões relativas à Assistência Estudantil, especialmente no que se refere à igualdade de oportunidades.

Segundo Assis (2013), o Fórum pretendia desenvolver programas sociais e culturais voltados à comunidade universitária, bem como trazer luz a questões polêmicas, como a Assistência Estudantil. Kowalski (2012) destaca que os representantes do Fórum defendiam a ideia de que não bastava garantir o acesso dos estudantes de baixa renda às instituições de Ensino Superior, pois a redemocratização seria possível apenas com condições concretas de permanência no ambiente universitário. A autora aponta que essa discussão ganhou maior relevo com a promulgação da Constituição.

Conhecida como Constituição Cidadã, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou direitos sociais e políticos ao cidadão. Em seu artigo 6º, a educação é reconhecida como direito social, e no artigo 205, é estabelecida como direito de todos e dever do Estado (Brasil, 1988). Em seu artigo 206, estabelece que o ensino terá como um de seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988).

Já em 1996, a Lei nº 9.394 explicitou aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação (Brasil, 1996). Segundo o artigo 4º,

o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...]

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1996, p. 2).

É importante observar que, ao longo da história, os dispositivos legais supracitados relacionavam a Assistência Estudantil especialmente à educação básica e à escola, deixando de lado o Ensino Superior. Tal cenário pode ter contribuído para o atraso na constituição de políticas específicas para este nível de ensino.

Especificamente em relação à Educação Superior, destaco as seguintes previsões na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996:

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

[...]

Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas (Brasil, 1996).

Portanto, a Lei, especificamente em relação ao Ensino Superior, relaciona a Assistência Estudantil ao atendimento aos povos indígenas e às pessoas com deficiência. Contudo, não há previsão em relação aos estudantes de baixa renda.

Em 2001, a Lei nº 10.172 aprovou o Plano Nacional de Educação, que propôs ações referentes à educação brasileira para os próximos dez anos, ou seja, até 2021. A Lei objetivava “a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública”, não tratando expressamente da Assistência Estudantil (Brasil, 2001b).

Ao tratar do financiamento da gestão da Educação Superior, essa Lei estimulou a adoção, pelas instituições públicas, de programas de Assistência Estudantil, como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os alunos carentes que demonstrassem bom desempenho acadêmico. Há, portanto, uma retomada do bolsa-trabalho, modalidade na qual o estudante de baixa renda trabalhava em órgão público para auferir uma bolsa.

Outra importante base legal da Política de Assistência Estudantil foi a Portaria normativa nº 39, que instituiu, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2007b). Assim, inaugurou-se a terceira fase da Assistência Estudantil no Brasil, coincidindo com o segundo mandato do presidente Lula (2007-2010).

O Programa, nos termos do artigo 2º da Portaria, se efetiva por meio de ações de Assistência Estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, destinando-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de Ensino Superior. Segundo o Programa, compreende-se Assistência Estudantil como iniciativas realizadas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, creche, esporte e apoio pedagógico (Brasil, 2007b).

O artigo 4º do Programa aponta que os critérios para o atendimento dos estudantes são, prioritariamente, socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de Educação Superior em ato próprio (Brasil, 2007b).

A Portaria nº 39, de 2007, foi alterada em 2010, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234. Trata-se de um instrumento jurídico com inovações, como, por exemplo, a consagração da população estudantil com deficiência como medida inovadora. Entretanto, a principal alteração apresentada por esse

Decreto trata do público-alvo das ações, pois se visualiza uma restrição de acesso devido à sua focalização (Imperatori, 2017).

Eis o disposto no artigo 5º do Decreto nº 7.234:

serão atendidos no âmbito do PNAES [Programa Nacional de Assistência Estudantil] prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Brasil, 2010).

Desta forma, Imperatori (2017) conclui que o acesso à Assistência Estudantil foi fixado a partir de um critério de renda. Isto é, não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação. Ao contrário, há uma restrição significativa dos beneficiários.

Como última norma de destaque, apresento o Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, que estabeleceu elevar as taxas de matrículas na Educação Superior, ampliar as políticas de inclusão e de Assistência Estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do fundo de financiamento estudantil na Educação Superior. O objetivo era reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes, indígenas, com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, para apoiar seu sucesso acadêmico (Brasil, 2014).

Analisadas as principais normas que norteiam a Assistência estudantil, é preciso dar um passo a mais, fazer uma reflexão mais aprofundada com o intuito de consolidar a Política de Assistência Estudantil como mecanismo de garantia de direito social.

6.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO MECANISMO DE GARANTIA DE DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

O objeto, portanto, é o homem e suas necessidades de sobrevivência social em uma sociedade complexa e entre estas novas exigências de direitos de proteção estão aquelas que dizem respeito ao trabalho, à saúde, à assistência e à educação. (Araújo, 2003, p. 51).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES compreende a Assistência Estudantil como uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, além de dar destaque à sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no Ensino Superior (Brasil, 2007). Neste estudo, identifico a

Assistência Estudantil como um mecanismo de direito social que, por meio de um leque de ações, oferece ferramentas para que os estudantes em situação de vulnerabilidade possam permanecer na universidade e concluir sua graduação.

Considerando tal definição, é preciso identificar, sob a ótica da legislação brasileira, o que vem a ser direito social. Estabelece o artigo 6º da Constituição de 1988 que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (Brasil, 1988).

Portanto, na medida em que a educação é compreendida pela Carta Magna como um direito social, pode-se concluir que a Assistência Estudantil é um mecanismo de garantia de direito à educação, em seu nível superior.

De fato, como explica Marcia Lopes (2009, p. 102), “o simples incluir em um espaço físico não garante a incorporação daquele que está sendo fisicamente incluído.” Ou seja, não basta a existência de ações afirmativas que contribuem com o acesso à universidade, são necessárias políticas de permanência que possam oportunizar ao estudante pobre condições de moradia, acompanhamento psicológico, segurança alimentar etc., para que este se sinta acolhido e respaldado durante sua trajetória acadêmica. Eis a relevância da Assistência Estudantil.

Em suma, a Assistência Estudantil tem a capacidade de ampliar a continuidade de estudantes pobres na universidade pública, por meio de um leque de ações que democratizam as condições de permanência e, em um contexto da lógica da concorrência, amenizam os efeitos profundos da racionalidade neoliberal.

Defendo, ainda, o cuidado que a universidade deve ter para que esse acolhimento não se torne estigmatizado, quando, por exemplo, trata o aluno como um beneficiário ou um sujeito em débito com a instituição. A existência de condicionantes irrazoáveis para fazer jus ao auxílio, bem como a política de punições em caso de notas baixas, também são exemplos de estigmas — marcas que desqualificam, submetem e configuram uma imagem fragmentada dessa “clientela” (Yasbek, 2016).

De fato, os traços punitivos, meritocráticos e condicionantes na Política de Assistência Estudantil a afastam da noção aqui defendida de mecanismo de garantia do direito à Educação Superior, colocando potenciais usuários, que já estão em situação bastante vulnerável, sob o iminente risco e medo em seu cotidiano escolar.

Não custa recordar que esse estudante tem uma trajetória acadêmica mais árdua a ser trilhada. Ele carrega consigo marcas da desigualdade socioeconômica brasileira, pois é um

indivíduo, tal como retrata Souza (2018), condenado à marginalidade e à exclusão social. O autor defende a existência de uma subcidadania brasileira, na qual os subcidadãos pertencem a uma rede invisível formada por um exército de mão de obra barata sob a forma de empregadas domésticas, babás, faxineiras, porteiros, office boys, motoboys. Então, no ambiente universitário, são essas pessoas invisíveis aos olhos da sociedade que a Assistência Estudantil atende.

Tais pessoas são tratadas como invisíveis, pois estão encobertas em um jogo de relações de poder injustas e desiguais (Souza, 2018). Inclusive, Maura Lopes (2009) entende que as políticas assistenciais fazem parte do jogo neoliberal, pois permitem que determinados grupos sociais possam “permanecer jogando”, respeitando as regras de inclusão estabelecidas pelo Estado. Como explica a autora: “trata-se de ações que visam a conduzir as condutas humanas dentro de um jogo com regras definidas, no interior dos distintos e dos muitos grupos sociais” (Lopes, Maura, 2009, p. 156).

Em seu trabalho, Maura Lopes (2009) discute as políticas de assistência desse jogo neoliberal, retratando exemplos como o bolsa-família e a bolsa-escola. Ocorre que, na construção desta tese, foi possível verificar que as ações da Assistência Estudantil, como o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação, também estão impregnadas por essa racionalidade.

Penso que, para uma melhor estruturação e regulamentação da Assistência Estudantil, é preciso distanciá-la da Política Nacional de Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil, 1993). Isso porque a Assistência Social no país, ao longo dos anos, foi conduzida sob uma perspectiva assistencialista. Segundo Castro (2018), o assistencialismo é compreendido como uma prática que envolve ações filantrópicas, caritativas, desprovidas de continuidade e, comumente, assistemáticas e individualizadas, direcionadas a quem não consegue prover sua própria subsistência.

A autora relata que a criação da Legião Brasileira de Assistência, por meio do Decreto-Lei nº 4.830, de 1942, foi o marco legal para a difusão do caráter assistencialista e clientelista da Assistência Social no país²⁶.

Ainda sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil, 1993), em seu artigo 1º a normativa estabelece que:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através

²⁶ A Legião Brasileira de Assistência foi criada para auxiliar os combatentes e seus familiares durante a Segunda Grande Guerra na provisão de alimentos, tratamentos de saúde, remédios etc., compreendida como uma prática filantrópica, caritativa, desprovida de continuidade pontual (Castro, 2018).

de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993).

Portanto, tal lei, em consonância com a Constituição Federal, prega a universalidade de atendimento assistencial, independentemente da contribuição, por ser um direito do cidadão e um dever do Estado. Todavia, na prática, a Assistência Social se encontra imbuída de traços clientelistas, assistencialistas, patrimonialistas e benemerentes que, historicamente, lhe deram contorno (Castro, 2018). “Ao invés de um pacto permeado pelo direito social, o que se tem, na perspectiva assistencialista, é uma relação paternal e generosa entre um benfeitor e um assistido” (Castro, 2018, p. 18).

Desse modo, esse Estado “benevolente” acaba reforçando as desigualdades sociais. Por meio de práticas assistencialistas, mantém o sujeito como assistido, beneficiário, contribuindo para a manutenção de sua condição social.

A preocupação aqui travada é a de que os parâmetros do assistencialismo da Assistência Social venham sendo adotados pelas universidades brasileiras ao propor suas Políticas de Assistência Estudantil. A Assistência Estudantil deve ser visualizada como um direito do acadêmico e não pode ser materializada no ambiente universitário com políticas que tenham traços condicionantes, punitivos ou compensatórios. É importante que, ao ter acesso ao auxílio ou à bolsa, o usuário e toda a comunidade acadêmica saibam tratar-se do exercício de um direito e não de uma migalha do Estado.

Diferentemente do assistencialismo, que se caracteriza por ações paliativas, a Assistência Estudantil está inserida em uma lógica de direitos, promovendo condições para que os estudantes possam se desenvolver plenamente. Isso inclui políticas de alimentação, moradia, transporte, saúde mental e inclusão digital, garantindo que nenhum aluno abandone seus estudos por dificuldades financeiras.

Além disso, a Assistência Estudantil possui um caráter estruturante, ao buscar reduzir desigualdades e criar um ambiente acadêmico mais democrático. Enquanto o assistencialismo reforça dependências e pode ser usado como uma ferramenta eleitoreira, a Assistência Estudantil fortalece a autonomia dos alunos e contribui para a formação de profissionais qualificados, que poderão romper ciclos de pobreza e transformar a sociedade. Portanto, reforço a compreensão da Assistência Estudantil como mecanismo de garantia de direito à Educação Superior, e não como um ato de caridade ou favor.

Mas como a Assistência Estudantil tem sido compreendida na UNEMAT? Passo agora para a Parte III da tese, intitulada *Sobre a empiria*.

PARTE 3

SOBRE A EMPIRIA



7 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNEMAT: ENTRE INDAGAÇÕES E COMPREENSÕES

É consenso que para que os alunos possam desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, faz-se necessário associar a qualidade do ensino à uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros. (Vasconcelos, 2010, p. 612)

Neste capítulo, nas seções *Uma visão crítica das resoluções* e *Analisando os editais e distribuição de auxílios por campi*, o estudo se dedica a uma análise documental das resoluções e editais da UNEMAT que versam sobre a Assistência Estudantil. A análise teve como principal enfoque compreender de que modo a Assistência Estudantil tem sido pautada pela Instituição.

7.1 UMA VISÃO CRÍTICA DAS RESOLUÇÕES

O medo dos estudantes é não ter condições financeiras de continuar mesmo sendo bolsistas, pois ainda têm gastos com transporte, materiais de estudo, cópias, alimentação. (Vieira, Teixeira, 2017, p. 157)

Yazbek (2016) afirma que, historicamente, os ditos subalternos vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhes são inculcados como sendo próprios.

Questiono: será que a UNEMAT regulamenta a Política de Assistência Estudantil tratando o assistido como um sujeito de direitos ou o estigmatizando como um “subalterno” que necessita de uma transferência de renda para sobreviver? A Instituição utiliza condicionantes para o acesso às políticas de Assistência Estudantil? Procurei responder a tais indagações com base na legislação da Universidade.

Ao buscar compreender como, ao longo dos anos, a UNEMAT criou regras a respeito da Assistência Estudantil, o passo inaugural foi visitar o site institucional. A Instituição possui um ambiente virtual onde é possível consultar legislações, como resoluções, leis, portarias e instruções normativas.

Para esta pesquisa, ao considerar a natureza de cada uma das normas, procurei observar as resoluções e instruções normativas da UNEMAT que versam sobre o assunto "Assistência Estudantil". Após isso, selecionei a aba “instruções normativas”, onde se apresentam os seguintes filtros: “palavra-chave”, “número” e “ano”. Ao inserir o descritor “assistência estudantil”, não encontrei nenhum resultado.

Ao retornar à página anterior, uma vez selecionada a aba “resoluções”, surgiram os seguintes filtros: “termo a pesquisar”, “número” e “ano”. Além disso, há a opção de incluir resoluções ad referendum. Minha busca no site resultou em cinco resoluções, conforme apresento no Quadro 7.

Quadro 7 - Busca no portal da UNEMAT

RESULTADO DA BUSCA			
Resolução	Publicação	Situação	Ementa
12/2021 CONSUNI	13/04/2021	Vigente	Reestrutura o Programa de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e dá outras providências. <i>Palavras-Chave:</i> .
22/2016 CONSUNI	04/05/2016	Vigente	Constitui a Comissão Temporária para reestruturação das minutas: Programa de Assistência Estudantil - PAE, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Evento. <i>Palavras-Chave:</i> .
39/2016 CONSUNI	08/11/2016	Vigente	Prorroga o prazo estipulado na Resolução nº 022/2016-CONSUNI, que constitui a Comissão Temporária para reestruturação das minutas: Programa de Assistência Estudantil - PAE, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Evento. <i>Palavras-Chave:</i> .
19/2013 CONSUNI	19/06/2013	Revogada	Cria o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. <i>Palavras-Chave:</i> .
44/2007 CONSUNI	20/12/2007	Vigente	Dispõe sobre a disponibilização de recursos para assistência estudantil na UNEMAT. <i>Palavras-Chave:</i> recursos, assistência estudantil, orçamento

Fonte: Disponível em: unemat.br/legislacao/index.php. Acesso em: 27 dez. 2024.

A Resolução nº 44, de 2007, embora se apresente como vigente, trata-se de uma norma que surtiu seus efeitos em anos específicos. Devido à Resolução, a UNEMAT disponibiliza 5% de seu orçamento para a Assistência Estudantil, nas seguintes condições:

- I. 2,5% (dois ponto cinco pontos percentuais) no ano de 2008;
- II. 3,5% (três ponto cinco pontos percentuais) no ano de 2009;
- III. 4,5% (quatro ponto cinco pontos percentuais) no ano de 2010;
- IV. 5,0% (cinco por cento) no ano de 2011 (Mato Grosso, 2007, p. 1).

Por meio da Resolução nº 19, de 2013, a UNEMAT criou o Programa de Assistência Estudantil, visando propiciar aporte financeiro a discentes regulares dos cursos de graduação da Instituição, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, promovendo melhores condições para a sua conclusão (Mato Grosso, 2013a). A resolução apresenta as seguintes ações de suporte financeiro, conforme o artigo 2º:

- I. Bolsa-apoio: suporte financeiro ao discente de carência socioeconômica que realizará atividades que contribuam para a sua formação e desenvolvimento

profissional, visando à permanência destes discentes nos cursos de graduação da UNEMAT, superando a carência de formação no ensino fundamental e médio, possibilitando-lhe melhor desempenho acadêmico e qualificação profissional;

II. Auxílio-alimentação: suporte financeiro destinado a suprir as necessidades alimentares de discentes regularmente matriculados em cursos de graduação na UNEMAT, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, devidamente aprovados em seleção específica;

III. Auxílio-moradia: suporte financeiro destinado a garantir moradia aos discentes, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, que residam fora do domicílio de seus pais, tutores ou equivalentes, para desenvolver seus estudos;

IV. Auxílio-publicação/representação: suporte financeiro para a participação de discentes da UNEMAT, que pretendem publicar e/ou apresentar trabalhos em eventos técnico-científicos, que não estejam previstos como atividade obrigatória da modalidade de bolsa, e de representantes de entidades estudantis dos cursos de graduação presencial em eventos fora da UNEMAT, em atividades de intercâmbio didático-científico e político-acadêmico de abrangência regional e nacional, em localidades distintas do Campus de origem do seu curso (Mato Grosso, 2013a, p. 1).

Segundo essa resolução, o discente selecionado para o recebimento de bolsa-apoio deverá desenvolver atividades acadêmicas ou administrativas em sua unidade de vinculação, com duração de até 11 meses no ano (Mato Grosso, 2013a). As hipóteses de cancelamento do benefício estão previstas no artigo 10:

O discente beneficiado por qualquer um dos auxílios que compõem o Programa de Assistência Estudantil - PAE terá seu benefício cancelado automaticamente, nos seguintes casos:

I. por solicitação do discente, mediante preenchimento de formulário específico, disponibilizado na página da PRAE [Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis];

II. por solicitação do orientador, quando couber, respaldado pelo relatório, considerando o não cumprimento das obrigações previstas no Plano de Atividade;

III. em caso de trancamento de matrícula, abandono ou conclusão do curso;

IV. quando houver sofrido penalidade disciplinar;

V. quando houver reprovação em mais de 20% das disciplinas cursadas no período de concessão do auxílio/bolsa;

VI. quando comprovado que o discente possui vínculo empregatício;

VII. quando comprovada a omissão de informações ou prestadas informações falsas por parte do discente, no preenchimento do formulário socioeconômico e/ou na apresentação de documentação falsa (Mato Grosso, 2013a, p. 3).

Destaco o inciso III, que trata da hipótese de trancamento, abandono ou conclusão do curso, bem como o inciso V, sobre a reprovação em mais de 20% das disciplinas cursadas.

A UNEMAT criou normas específicas para tratar de dois auxílios: alimentação e moradia. Por meio da Resolução nº 20, de 2013, o auxílio-alimentação foi regulamentado para atender aos discentes dos cursos de graduação da UNEMAT, conforme os termos do artigo 1º:

Entende-se por auxílio-alimentação o aporte financeiro destinado a auxiliar nas necessidades alimentares de discentes regularmente matriculados em cursos de graduação na UNEMAT, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, devidamente aprovados em seleção específica, através de Edital publicado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE (Mato Grosso, 2013b, p. 1).

Para pleitear o auxílio-alimentação, o estudante deve atender a alguns critérios:

- ✓ Pertencer a família com renda per capita de até um salário-mínimo e meio;
- ✓ Apresentar, no mínimo, 80% de aproveitamento do número de créditos das disciplinas já cursadas, respeitando seu semestre letivo;
- ✓ Não apresentar reprovação superior a 20% do total de disciplinas cursadas no semestre, no período de concessão do auxílio.

Tais travas para a concessão dos auxílios já indicam um modo de lidar com as desigualdades estruturais.

A resolução do auxílio-alimentação também prevê, como motivo para o cancelamento, o trancamento, o abandono, a conclusão do curso ou a reprovação em mais de 20% das disciplinas cursadas no período de concessão do auxílio.

A Resolução nº 21, de 2013, regulamentou o auxílio-moradia para discentes dos cursos de graduação da UNEMAT (Mato Grosso, 2013c). Segundo o artigo 1º,

entende-se por auxílio-moradia o aporte financeiro destinado a auxiliar os custos com moradia aos discentes, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, que residam fora do domicílio de seus pais, tutores ou equivalentes, para desenvolver seus estudos e devidamente aprovados em seleção específica, através de Edital publicado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE (Mato Grosso, 2013c, p. 1).

Assim como o auxílio-alimentação, o requerimento está condicionado a pertencer à família com renda de até um salário-mínimo e meio, bem como a apresentar, no mínimo, 80% de aproveitamento do número de créditos das disciplinas já cursadas, respeitando seu semestre letivo. Outrossim, trancamentos, abandonos ou reprovação em mais de 20% das disciplinas cursadas geram o cancelamento do benefício.

Considerando que tanto a Resolução nº 20 quanto a nº 21 preveem o critério de renda familiar não superior a um salário-mínimo e meio para ter acesso ao auxílio-moradia e ao auxílio-alimentação, fazem-se necessárias algumas ponderações. A situação financeira familiar incompatível com o critério de renda fixado pela Instituição deve ser compreendida em um contexto macro de crise e redução de direitos no país, e não de culpabilização dos estudantes e de suas famílias. Ou seja, não basta a fixação de um teto salarial com a adoção de critério meramente objetivo para obstar que os estudantes acessem as ações assistenciais. Afinal, auferir mensalmente pouco mais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ultrapassando o teto previsto pela UNEMAT, na cena contemporânea brasileira, está longe de ser uma renda familiar que dispense o auxílio-moradia e alimentação.

Sob o ponto de vista pedagógico, diante das condicionantes relacionadas às notas e à baixa frequência, é de suma importância que a Política de Assistência Estudantil não se resume a uma mera política de transferência de renda (para alimentação e moradia). É preciso que se faça o acompanhamento pedagógico, com a intervenção de profissionais especializados em construir caminhos e estratégias que busquem o fortalecimento dos sujeitos a partir de questões pedagógicas, psicológicas e sociais. Assim, combate-se a evasão e, por conseguinte, consolida-se a permanência estudantil.

Em uma instituição de ensino, o saber pedagógico é fundamental. O desafio é justamente discutir um trabalho de acompanhamento do aluno a partir das diferentes áreas que compõem a equipe multidisciplinar, visando à permanência e ao sucesso dos estudantes (Nardi, 2017).

Em 2016, a UNEMAT constituiu, por meio da Resolução nº 22, uma comissão temporária para a reestruturação do Programa de Assistência Estudantil, que ocorreu em 2021, com o advento da Resolução nº 12. A nova Resolução revogou expressamente as Resoluções nº 19, nº 20 e nº 21, de 2013, e demais disposições em contrário (Mato Grosso, 2021).

Conforme a Resolução nº 12, em seu artigo inaugural, o Programa de Assistência Estudantil é constituído por um conjunto integrado de políticas visando a assistir o estudante em vulnerabilidade socioeconômica, de forma contínua e/ou emergencial, em suas necessidades de alimentação, moradia, inclusão digital, transporte e/ou deficiência (Mato Grosso, 2021).

O artigo 2º apresenta, como objetivo do Programa, promover a permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica, além de proporcionar a melhoria do desempenho acadêmico, minimizando situações de reprovação, retenção e evasão (Mato Grosso, 2021). Em seu artigo 3º, esclarece que

o Programa de Assistência Estudantil (PAE) de que trata esta Resolução será executado por meio de benefícios concedidos sob a forma de bolsa-auxílio nos termos desta Resolução, de Instrução Normativa e de Edital emitidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE).

§1º Entende-se por bolsa-auxílio à contribuição financeira e/ou a disponibilização de aporte tecnológico e digital referente à condição de quem recebe.

§2º Contraprestações, abonos, créditos ou serviços também são consideradas formas de auxílio (Mato Grosso, 2021, p. 1).

Ainda como critério para que o aluno possa gozar dos benefícios, permanece a exigência de matrícula e a comprovação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Mato Grosso, 2021).

Portanto, a atual legislação que regulamenta a Assistência Estudantil na UNEMAT mantém um teto financeiro que desconsidera a real situação pecuniária e os desafios enfrentados pelas famílias em tempos de crise. Sob a perspectiva estatal, é possível que esse limite contribua para que o número de beneficiários não ultrapasse o orçamento destinado à política. No entanto, trata-se de uma forma de transferir a responsabilidade do Estado para os que mais necessitam, promovendo sua exclusão.

Soma-se a isso o fato de que o salário-mínimo vigente (R\$ 1.518,00) está aquém do mínimo existencial necessário para uma vida digna. Por isso, as Políticas de Assistência Estudantil devem assumir um papel ativo no combate à desigualdade socioeconômica.

O artigo 7º da nova Resolução apresenta um número maior de ações em relação à norma anterior:

- I. Bolsa-Auxílio-Alimentação;
- II. Bolsa-Auxílio-Moradia;
- III. Bolsa-Auxílio-Emergencial;
- IV. Auxílio-Inclusão Digital;
- V. Bolsa-Auxílio à Pessoa com Deficiência (PCD); e
- VI. Bolsa-Auxílio-Transporte (Mato Grosso, 2021, p. 2).

A Bolsa Auxílio Alimentação é um benefício financeiro destinado a estudantes matriculados, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica e renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio (Mato Grosso, 2021).

Já a Bolsa Auxílio Moradia visa apoiar estudantes com dificuldades habitacionais e a mesma condição de renda (Mato Grosso, 2021).

Entre as novidades dessa Resolução, destaca-se a Bolsa Auxílio Emergencial, com duração de três meses, prorrogável por igual período, destinada a estudantes em situações críticas ou fortuitas, mediante avaliação social (Mato Grosso, 2021).

O Auxílio Inclusão Digital pode ser concedido a estudantes com dificuldades para realizar atividades pedagógicas remotas, e a Bolsa Auxílio à Pessoa com Deficiência (PCD) exige condição comprovada por laudo médico, conforme legislação vigente (Mato Grosso, 2021).

Por fim, a Bolsa Auxílio Transporte poderá ser concedida a estudantes que necessitem deslocar-se para cursar a graduação, utilizando transporte público convencional, coletivo ou de linha.

Comparando-se à Resolução nº 19, de 2013, observa-se que a Bolsa Apoio foi excluída. Entretanto, o artigo 12 permite que os bolsistas atuem como voluntários em ações de ensino, pesquisa ou extensão, com direito a certificado válido para integralização de atividades acadêmicas (Mato Grosso, 2021).

Ao interpretar tal norma, me recorro de um antigo ditado popular que dizia: “não basta dar o peixe, tem que ensinar a pescar”. No caso em tela, o “peixe” representa a bolsa; já o “ensinar a pescar” está expressamente previsto no artigo 12 da Resolução, ao propor que os usuários da Política de Assistência Estudantil possam, voluntariamente, participar de ações de ensino, pesquisa ou extensão.

Desse modo, vejo um resquício da extinta Bolsa Apoio neste dispositivo, com uma sutil diferença: sai a obrigatoriedade de o estudante atuar junto à gestão acadêmica, entra a possibilidade de o estudante participar de ações pedagógicas extraclasse. Permanece uma “atenção especial” que é dada a este aluno que, sobremaneira, contribui com sua estigmatização. Além disso, traduz uma compreensão de que este aluno deve ser vigiado para não se deixar levar pela ociosidade, pois precisa estar próximo da Instituição.

Entendo que o usuário de tais políticas pode, assim como todo aluno, participar de ações de ensino, pesquisa ou extensão que compreenda que possam contribuir com sua formação acadêmica. A preocupação com sua permanência deve ser pauta da Instituição, mas sob o ponto de vista formativo-pedagógico.

Como exigência para a manutenção de qualquer uma das espécies de bolsa-auxílio, o artigo 25 estabelece que:

para manutenção da bolsa-auxílio no período letivo subsequente, o estudante contemplado, dentro do período de vigência estabelecido em Edital específico, deverá:

- I. ter frequência igual ou superior a 75% dos créditos matriculados no período letivo, salvo exceção por meio de parecer do servidor designado pela PRAE;
- II. ter aproveitamento maior que 50% dos créditos matriculados em dois períodos letivos consecutivos, salvo exceção por meio de parecer do servidor designado pela PRAE (Mato Grosso, 2021, p. 5-6).

Portanto, a frequência em sala de aula e o aproveitamento de créditos continuam, em regra, como medidas condicionantes para que o estudante goze dos benefícios.

Em relação ao cancelamento das bolsas, observam-se as seguintes hipóteses, conforme o artigo 27:

- I. se houver desligamento, trancamento de matrícula, abandono ou conclusão do curso;
- II. se houver reprovação por insuficiência de frequência;

- III. se cessarem as situações de vulnerabilidade socioeconômica que ensejaram a concessão do benefício;
- IV. se comprovada qualquer irregularidade ou inveracidade nas declarações, ou nos documentos;
- V. cumprir os procedimentos administrativos determinados pelo edital de seleção;
- VI. se comprovado que o estudante possui vínculo empregatício; e
- VII. se comprovada a omissão ou falsidade das informações prestadas pelo estudante, no preenchimento do formulário socioeconômico e/ou na apresentação da documentação (Mato Grosso, 2021, p. 6).

Percebo que, de modo diverso da extinta Resolução nº 19, de 2013, não há previsão expressa de cancelamento dos auxílios em razão de reprovação em disciplinas. Todavia, a manutenção da bolsa, nos termos do citado artigo 25, está condicionada ao aproveitamento de disciplinas, algo que, naturalmente, leva à compreensão de que, caso os alunos não alcancem o aproveitamento imposto pela norma, poderão ter a bolsa revogada.

Destaco, ainda, a previsão do artigo 27, inciso VI, da Resolução nº 12, de 2021, que expressamente proíbe que o estudante com vínculo empregatício possa conciliá-lo com as bolsas assistenciais. Os usuários da Política de Assistência Estudantil não são todos estudantes no mesmo grau, e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas. Considerando que a desigualdade de oportunidades de acesso ao Ensino Superior é construída de forma contínua e durante toda a história desses indivíduos, logo, quando ingressam no Ensino Superior, além de celebrar a “vitória”, passam a nutrir o desejo de concluir o curso, sem ter certeza de até quando poderão manter sua condição de universitários (Zago, 2006).

Assim, para viabilizar a conclusão do curso, tentam obter uma renda mediante alguma forma de trabalho. Desse modo, não identifico a concomitância trabalho-estudo no Ensino Superior, por si só, como uma hipótese salutar de cancelamento da bolsa. Deve ser analisado o cenário do aluno em sua concretude, pois o labor remunerado não tem uma função unicamente de sobrevivência material. A ele, por exemplo, associam-se o desejo de autonomia em relação à família e a constituição de um currículo mais favorável quando deixar a universidade. Ainda, vejo que o vínculo empregatício pode ser associado ao fator renda; afinal, um estudante que recebe um salário-mínimo por mês possivelmente poderia ter sua manutenção na universidade impulsionada se fosse associado a este valor o auferimento de uma bolsa.

Em 2022, o CONSUNI publicou a Resolução nº 66, que instituiu o Programa de Integração Estudantil (PIEst) da Universidade do Estado de Mato Grosso. Em seu artigo 2º, a Resolução apresenta os seguintes objetivos do PIEst:

- I. Disponibilizar informações institucionais aos estudantes para familiarização e integração com o ambiente universitário.
- II. Acompanhar o desenvolvimento do estudante, desde o seu ingresso, mobilizando ações que favoreçam a sua formação.

- III. Desenvolver ações educativas visando à melhoria do processo de adaptação/transição do estudante no ambiente acadêmico.
- IV. Envolver a direção das unidades administrativas e das faculdades, as coordenações de curso, as entidades e representações estudantis, no processo de integração dos estudantes.
- V. Ofertar programas de incentivo à permanência estudantil.
- VI. Assegurar, por meio do NIAD, a inclusão de pessoas com deficiência à comunidade acadêmica, promovendo ações que eliminem ou reduzam barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais e programáticas.
- VII. Apoiar, orientar e acompanhar a inclusão dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas no âmbito da universidade. (UNEMAT, 2022, p.1).

A Resolução ainda institui os Centros de Assuntos Estudantis (CAEst) e os Núcleos de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIAD) como estruturas integrantes do PIEst nas unidades administrativas da UNEMAT. Quanto ao CAEst, este será instituído nos câmpus universitários da UNEMAT, com estrutura física e organizacional para o seu funcionamento, possuindo como finalidade contribuir com a ampliação das condições de permanência e êxito dos estudantes, atentando às demandas educacionais de modo a identificar, encaminhar e acompanhar situações de ordem social, psicológica e pedagógica relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

O Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIAD) consiste em uma instância psicopedagógica, instituída na UNEMAT, com o propósito de promover a acessibilidade, a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades educacionais específicas.

Ao efetuar a leitura dos dispositivos da Resolução nº 66, percebo que se trata de um divisor de águas no tratamento dado pela Instituição à Assistência Estudantil. Especialmente, a UNEMAT passa a prestigiar assuntos que norteiam a Assistência Estudantil, outrora deixados de lado, tais como: o acompanhamento contínuo dos usuários, objetivando a permanência estudantil; e a preocupação com o desenvolvimento de ações que fortaleçam a formação pedagógica do estudante.

Na conclusão desta seção, reforço que a tardia criação da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT veio acompanhada da criação de uma bolsa que exigia que o estudante socioeconomicamente vulnerável desenvolvesse atividades acadêmicas ou administrativas em sua unidade de vinculação para auferir o aporte financeiro. A norma que criou a bolsa-apoio permaneceu vigente até 2021.

O auxílio-moradia e o auxílio-alimentação funcionavam da mesma forma, pois vinculavam a concessão do suporte financeiro ao desempenho acadêmico e à frequência acadêmica. A reestruturação dessa Política na Instituição pode ter atenuado, mas não

extinguiu os traços meritocráticos para auferir os auxílios, pois continua vigente a possibilidade de cancelamento dos auxílios devido às faltas do estudante ou ao não aproveitamento dos créditos. Isto é, a não observância de preceitos estabelecidos na Política de Assistência Estudantil da UNEMAT poderia punir o estudante em situação de carência socioeconômica com a perda do auxílio.

Expôr o estudante ao risco de perder o auxílio, caso ele não atenda ao fator frequência ou nota, leva ao que Beck (2011) retrata como individualização dos riscos sociais, legitimada por intermédio do êxito.

Como dito, a Resolução nº 66, que instituiu o PIEst, se destaca como uma legislação inovadora no âmbito da Instituição, que cria estruturas e traz ferramentas que podem dar uma nova roupagem à Assistência Estudantil na UNEMAT, afastando-se de uma política de transferência de renda para uma política assistencial que acompanha o aluno ao longo da graduação, fortalecendo sua caminhada universitária quando se preocupa, por exemplo, com sua formação pedagógica (mesmo que vinculada, exclusivamente, a pessoas com deficiência).

Vejo, aqui, uma necessária revisão legislativa da Resolução nº 12, de 2021, que instituiu o Programa de Assistência Estudantil, pois, ao prever condicionantes ou traços punitivos na política de acesso e permanência das bolsas-auxílio, entra em conflito com o Programa de Integração Estudantil criado pela Resolução nº 66.

Outrossim, a questão a ser pensada sobre esta concepção meritocrática e punitiva da Assistência Estudantil reside no fato de que ela não trabalha as causas que levam o aluno a reprovar ou faltar às aulas, mas oportuniza o suporte financeiro e delega ao estudante sua própria sorte. Assim, como dito, a Assistência Estudantil passa a ter um caráter de mera política de transferência de renda para os alunos carentes, ao invés de elevá-la à sua posição de um direito que deve ser garantido.

Com isso, não quero dizer que a transferência de renda não seja importante, mas a problematização das desigualdades na universidade pública é extremamente necessária.

7.2 ANALISANDO OS EDITAIS E A DISTRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS POR CAMPI

A dinâmica mercadológica proposta pelo neoliberalismo manifesta-se nas Instituições de Ensino Superior (IES), através das exigências postas pelas políticas públicas para a Educação. (Medeiros; Silva, 2009, p. 1)

Nas linhas abaixo trago apontamentos dos editais da UNEMAT que versam a respeito da oferta de 3 (três) modalidades de bolsa: bolsa-apoio, auxílio-alimentação e auxílio-

moradia. Foram analisados os editais disponíveis no portal da Instituição desde a criação da Política de Assistência Estudantil na UNEMAT. Assim, partiu-se de uma análise no ano de 2012 até o ano de 2023, que, segundo os critérios metodológicos adotados (explicitados na primeira parte desta Tese), foi o último ano de análise documental. Deste modo, foram analisados os seguintes editais:

Quadro 8 - Editais da UNEMAT

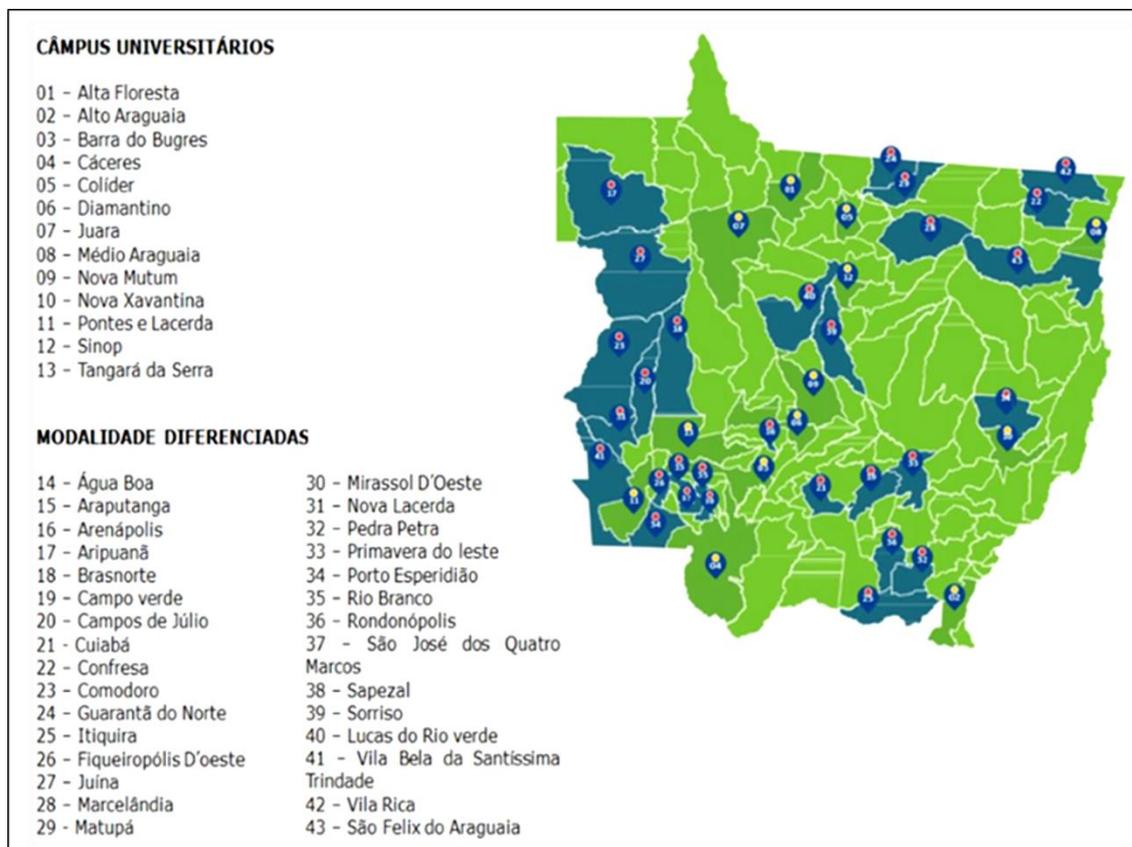
ANO	Edital
2012	Edital nº 01/2012 – Bolsa-apoio Edital nº 02/2012 – Bolsa-apoio
2013	Edital nº 01/2013 – Bolsa-apoio Edital nº 03/2013 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2014	Edital nº 01/2014 – Bolsa-apoio
2015	Edital nº 01/2015 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2016	Edital nº 01/2016 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2017	Edital nº 01/2017 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2018	Edital nº 01/2018 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2019	Edital nº 01/2019 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação Edital nº 02/2019 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2020	Edital nº 01/2020 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2021	Edital nº 02/2021 - Auxílio-alimentação Edital nº 03/2021 – Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2022	Edital nº 02/2022 - Auxílio-moradia e auxílio-alimentação Edital nº 04/2022 - Auxílio-moradia e auxílio-alimentação
2023	Edital nº 02/2023- Auxílio-moradia e auxílio-alimentação Edital nº 02/2023- Auxílio-moradia e auxílio-alimentação

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Reforço que a UNEMAT é uma Instituição multi-campi e multi-nucleada (Rieder, 2011), que, ao longo dos anos, foi expandindo a oferta de cursos no território mato-grossense.

Trago, mais uma vez, o mapa do Mato Grosso com destaque para os campi e polos da Instituição no ano de 2023:

Figura 8 - Campi e polos da UNEMAT



Fonte: UNEMAT, 2023, p. 10.

O Edital nº 01/2012 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis²⁷ foi o primeiro a estabelecer critérios de seleção de discentes de baixa renda para prestar Assistência Estudantil mediante o recebimento da bolsa-apoio. À época, foram disponibilizadas 88 vagas. Contudo, antecede a criação da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, em 2013. Portanto, naquele período, inexistiam o auxílio-alimentação e o auxílio-moradia.

O item 2.4 desse Edital destaca que o candidato selecionado deveria atuar em atividades ou projetos de interesse comunitário de extensão, cultura, pesquisa e ensino. Conforme o item 5.1, “b”, é requisito de inscrição ter disponibilidade de tempo para cumprir uma jornada de atividades de 20 horas semanais, sem prejuízo das atividades pedagógicas do curso. Outro requisito ali previsto, mas no item “e”, é a de que o candidato não deve possuir vínculo empregatício. Chama a atenção o fato de que o estudante não pode ter um emprego,

²⁷ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

mas deve ter disponibilidade de tempo para “trabalhar” para a Instituição como requisito para auferir a bolsa-apoio. O importante, por mais absurdo que seja, é usar o tempo vago do estudante como garantia da bolsa.

O Edital também dedica um tópico para tratar dos procedimentos de contratação do estudante, o que representa um período de pouco mais de seis meses. E estabelece, ainda, como critério de inscrição, que tenha cursado no máximo 75% da graduação matriculada.

O Edital nº 02/2012 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis²⁸ ofertou 60 vagas como bolsista-apoio para os campi da UNEMAT. Fora a diminuição das vagas, esse Edital é similar ao anterior, inclusive em relação ao trabalho que o acadêmico deve prestar se vinculando a atividades ou projetos de interesse comunitário de extensão, cultura, pesquisa e ensino.

O Edital nº 01/2013 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis²⁹ continuou sendo um instrumento dedicado à seleção de alunos para atuarem como bolsista-apoio. Ocorreu uma elevação de bolsas para 98, mantendo a exigência de que o candidato selecionado deveria atuar em atividades ou projetos de interesse comunitário em extensão, pesquisa ou ensino. No mais, os critérios exigidos permaneceram os mesmos dos editais anteriores.

Não há, no portal da UNEMAT, informações a respeito do Edital nº 02/2013. O próximo Edital publicado se trata do nº 03/2013 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁰ que, já impactado pela Resolução nº 19, versou sobre a seleção para a concessão de auxílio-moradia e auxílio-alimentação, destinada a prestar Assistência Estudantil a discentes de baixa renda. À época, foram ofertados 2.000 auxílios. O critério utilizado para a definição do número de auxílios por campi foi proporcional ao número de matriculados em cada unidade regionalizada. Isto é, os campi maiores, como os de Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, receberam mais auxílios, conforme podemos verificar na Tabela 17.

²⁸ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

²⁹ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

³⁰ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

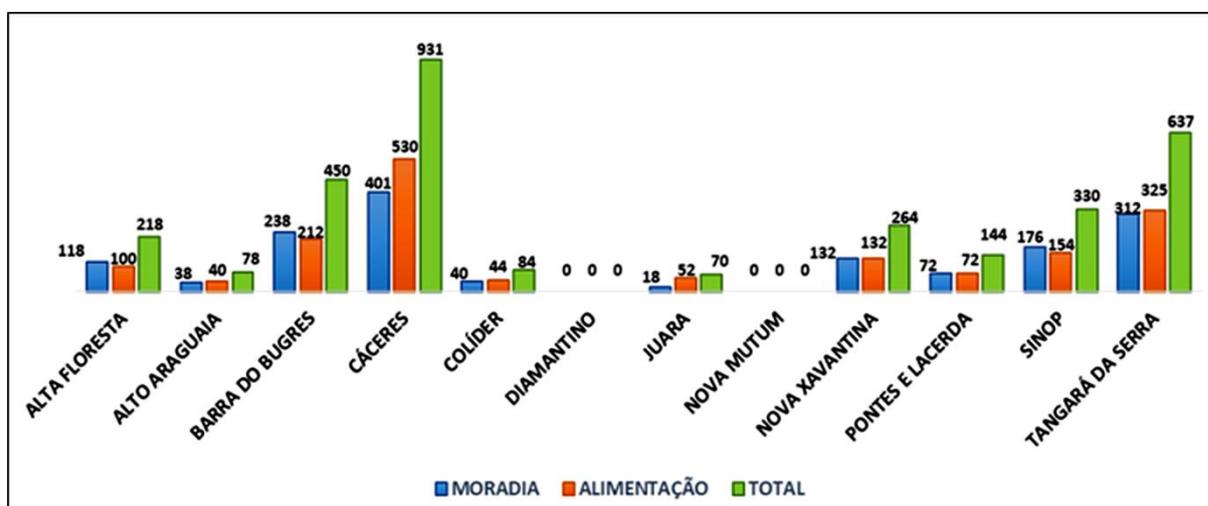
Tabela 17 - Auxílios previstos no Edital nº 03/2013

Nº	Campi	Auxílio Moradia	Auxílio Alimentação	Total de Auxílios
01	Alto Araguaia	38	38	76
02	Alta Floresta	70	70	140
03	Barra do Bugres	122	122	244
04	Cáceres	268	268	536
05	Colíder	24	24	48
06	Juara	28	28	56
07	Nova Xavantina	66	66	132
08	Pontes e Lacerda	36	36	72
09	Sinop	178	178	356
10	Tangará da Serra	170	170	340
Total de Auxílios		1.000	1.000	2.000

Fonte: UNEMAT. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antigos>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Ao analisar o Gráfico 6, podemos observar que nem sempre o número de auxílios ofertados no Edital corresponde ao que é destinado a cada campi. Por exemplo, no campus Barra do Bugres, o número total de auxílios (450) ultrapassa o de Sinop (330).

Gráfico 6 - Campi beneficiados por auxílios em 2013



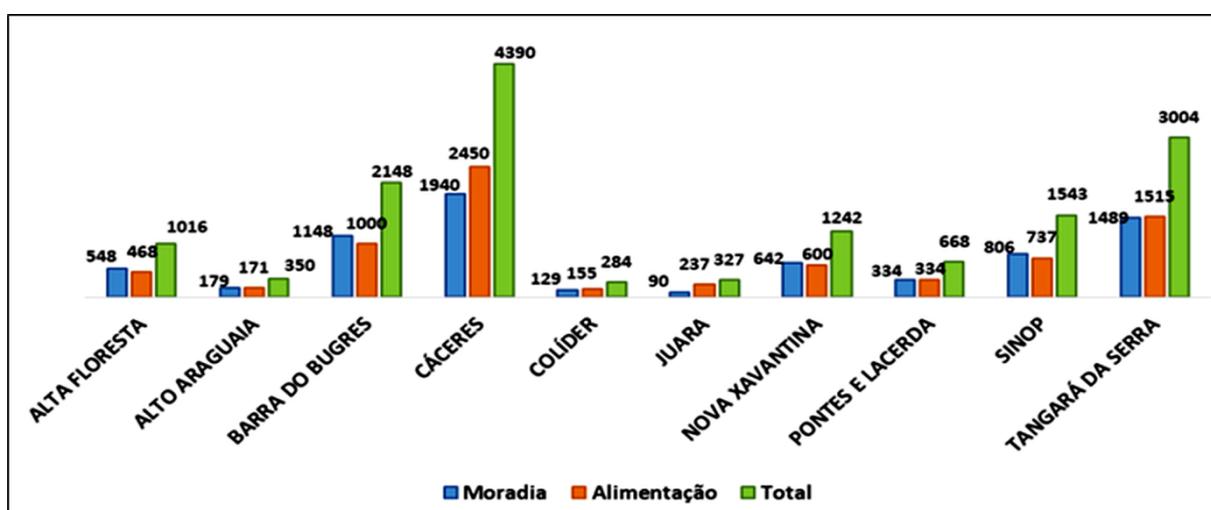
Fonte: PRAE, 2022.

Além da renda per capita social (dois salários-mínimos), um importante requisito para inscrição merece destaque: mínimo de 80% de aproveitamento do número de créditos das disciplinas já cursadas, respeitando o semestre letivo. O Edital ainda prevê que é possível cumular ambos os auxílios, mas, caso o estudante já receba a bolsa-apoio, poderá pleitear apenas um dos auxílios ofertados.

Analisando o portal da UNEMAT, no período letivo de 2014, não encontrei nenhum edital disponível para consulta acerca da seleção para o auxílio-moradia e/ou o auxílio-alimentação, tão somente para a bolsa-apoio — o Edital nº 01/2014 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. À época, foram ofertadas 148 bolsas, mantendo as outrora exigências de cumprimento de 20 horas de jornada de trabalho semanais.

Entretanto, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT retrata que, em 2014, foram distribuídos 14.972 auxílios, sendo 7.305 auxílio-moradia e 7.667 auxílio-alimentação, conforme apresento no Gráfico 7.

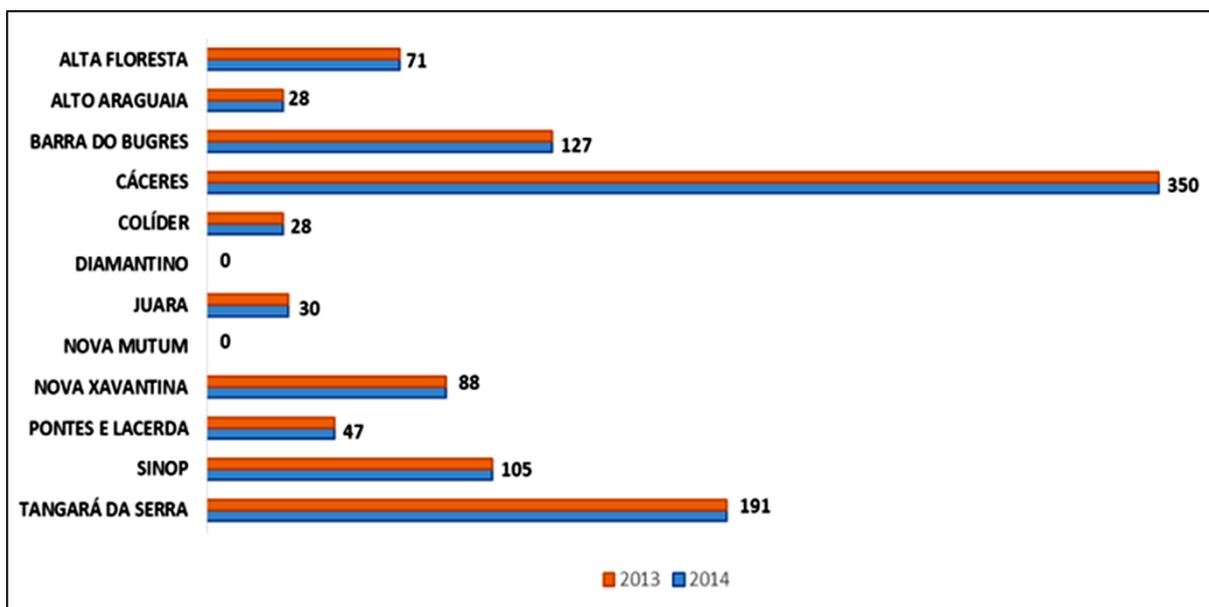
Gráfico 7 - Campi beneficiados por auxílios em 2014



Fonte: PRAE, 2022.

Os campi Cáceres e Tangará da Serra ofertaram juntos quase 50% dos auxílios concedidos em 2014, pois mantinham 13 e oito cursos, respectivamente. Em relação ao número de estudantes beneficiados em 2013 e 2014, esses campi totalizaram 1.065 atendidos por ano de concessão. Dentre os 1.065 alunos atendidos, mais de 50% pertenciam aos campi Cáceres (350) e Tangará da Serra (191), como ilustro no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Panorama de auxílios entre 2023 e 2014



Fonte: PRAE, 2022.

Mesmo sendo considerado um campus menor em número de cursos e de estudantes matriculados, Barra do Bugres concedeu mais auxílio-moradia e auxílio-alimentação do que o campus Sinop, indicando a possibilidade de maior incidência de estudantes que apresentavam vulnerabilidade socioeconômica naquele campus.

A partir de 2015, deixou-se de publicar editais ofertando vagas para bolsa-apoio, embora ainda vigente à época a Resolução nº 09, prevendo a bolsa, expressamente, como uma das modalidades de aporte financeiro ao acadêmico hipossuficiente.

Assim, todos os editais mencionados nos anos seguintes referem-se à oferta apenas de auxílio-moradia e de auxílio-alimentação. Além disso, somente em 2015 os campi Diamantino e Nova Mutum passaram a participar dos editais de auxílios, em razão de suas recentes criações.

O Edital nº 01/2015 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³¹ versou sobre a concessão do auxílio-moradia e auxílio-alimentação aos discentes de baixa renda, sendo 480 direcionados a cada um dos auxílios, distribuídos proporcionalmente ao número de cursos dos campi. Percebo a mudança em relação ao Edital anterior (nº 03/2013), em que não se considerava o número de matriculados, apenas a quantidade de cursos.

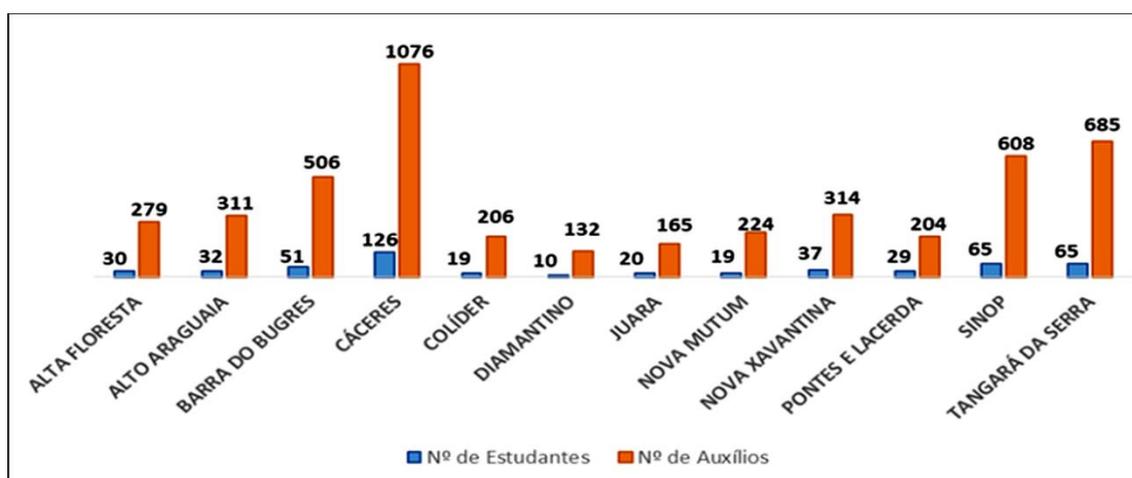
³¹ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Outrossim, o Edital nº 01/2015 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³² não previu como requisito para a inscrição o aproveitamento de disciplinas, mas inovou com a inserção de hipóteses de cancelamento do auxílio, como: reprovação por insuficiência de frequência em qualquer uma das disciplinas matriculadas no semestre; reprovação por média em 50% das disciplinas matriculadas no semestre; e cursar menos de 50% das disciplinas ofertadas no semestre.

Passou-se ainda a prever que o discente deveria apresentar o histórico escolar à diretoria de unidade regionalizada, comprovando seu rendimento escolar ao final de cada semestre. Inclusive, no Termo de Compromisso firmado pelo estudante, ele é obrigado a anuir que seu rendimento escolar será avaliado periodicamente, conforme as condições previstas no Edital de seleção e resoluções específicas.

No Gráfico 9, sinalizo a distribuição de estudantes beneficiados e dos auxílios concedidos em 12 campi, em 2015.

Gráfico 9 - Campi beneficiados por auxílios em 2015



Fonte: PRAE, 2022.

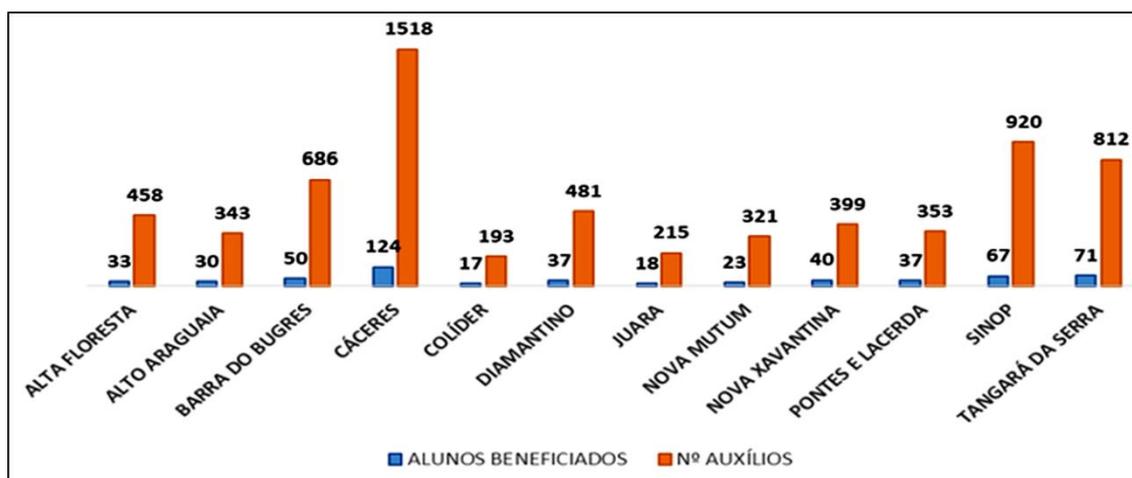
O Edital nº 01/2016 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³³ previu a concessão de 840 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de cursos dos campi. Nos pontos relevantes a esta pesquisa, esse Edital se assemelha ao Edital nº 01/2015, mantendo, inclusive, as hipóteses de cancelamento supracitadas e o monitoramento do rendimento acadêmico.

³² UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

³³ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Em 2016, os campi Cáceres, Sinop e Tangará da Serra foram os que mais disponibilizaram esses dois tipos de auxílio por possuírem o maior número de cursos e, conseqüentemente, de estudantes. Cáceres oportunizou 13 auxílios, Sinop, nove auxílios, e Tangará da Serra, oito. O Gráfico 10 mostra a distribuição dos auxílios nos campi.

Gráfico 10 - Campi beneficiados por auxílios em 2016



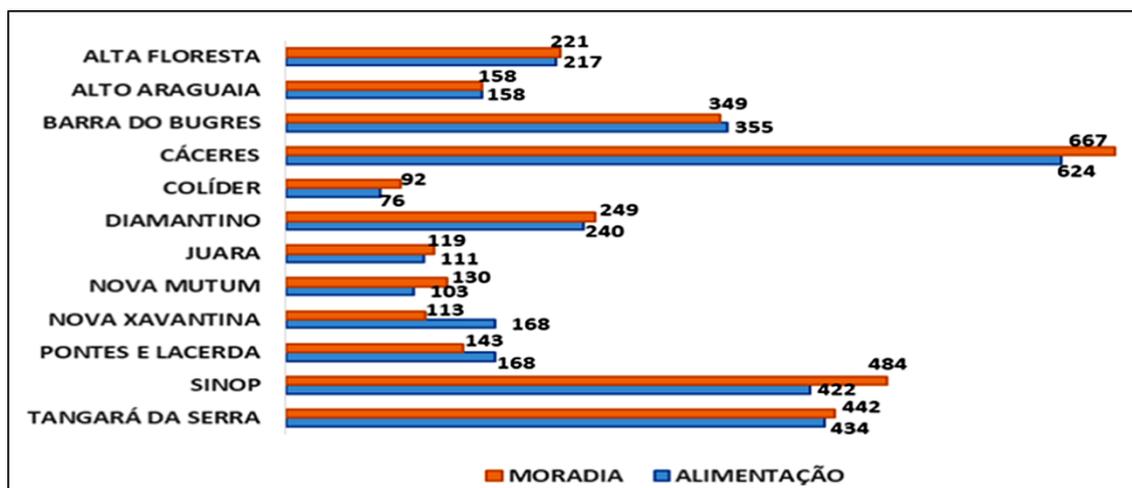
Fonte: PRAE, 2022.

O Edital nº 01/2017 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁴ aumentou para 976 o número de auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de cursos dos campi. No mais, o Edital manteve o que estava disposto nos anteriores.

Os campi Barra do Bugres, Cáceres, Sinop e Tangará da Serra concederam, juntos, 3.777 auxílios; ou seja, 60,5% do total, haja vista que estes campi apresentam os maiores números de discentes matriculados, conforme exibe no Gráfico 11:

³⁴ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Gráfico 11 Campi beneficiados por auxílios em 2017



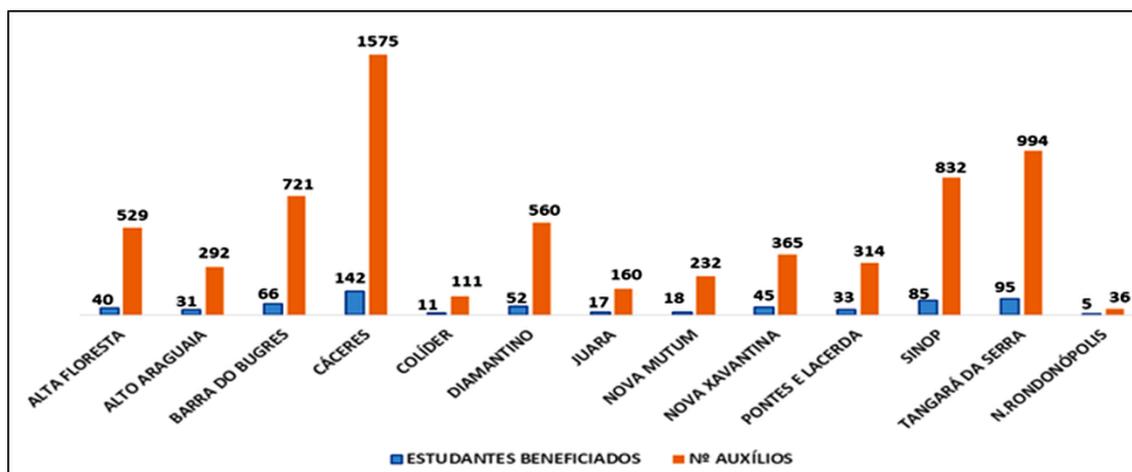
Fonte: PRAE, 2022.

O Edital nº 01/2018 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁵ previu a seleção de 760 acadêmicos para a obtenção dos auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia. O Edital passou a prever que o número de auxílios seria distribuído proporcionalmente ao número de alunos dos campi. Permaneceu a previsão de obrigatoriedade de apresentar o histórico escolar à diretoria de unidade regionalizada, comprovando o rendimento escolar, ao final de cada semestre. Atrelado a este dever, o Edital passou a prever que a não entrega do comprovante de rendimento escolar, implicaria no atraso do recebimento do auxílio e, conseqüente, em seu cancelamento. As hipóteses de cancelamento já mencionadas anteriormente permaneceram.

Foram concedidos 6.721 auxílios, beneficiando 640 estudantes. O Núcleo Pedagógico de Rondonópolis, vinculado ao campus Universitário de Alto Araguaia, foi inserido como participante do Edital. O Gráfico 12 apresenta a distribuição dos auxílios concedidos por campi e pelo Núcleo Pedagógico de Rondonópolis, sendo notável a discrepância entre o número de auxílios ofertados e o de acadêmicos beneficiados.

³⁵ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Gráfico 12 - Campi beneficiados por auxílios em 2018



Fonte: PRAE, 2022.

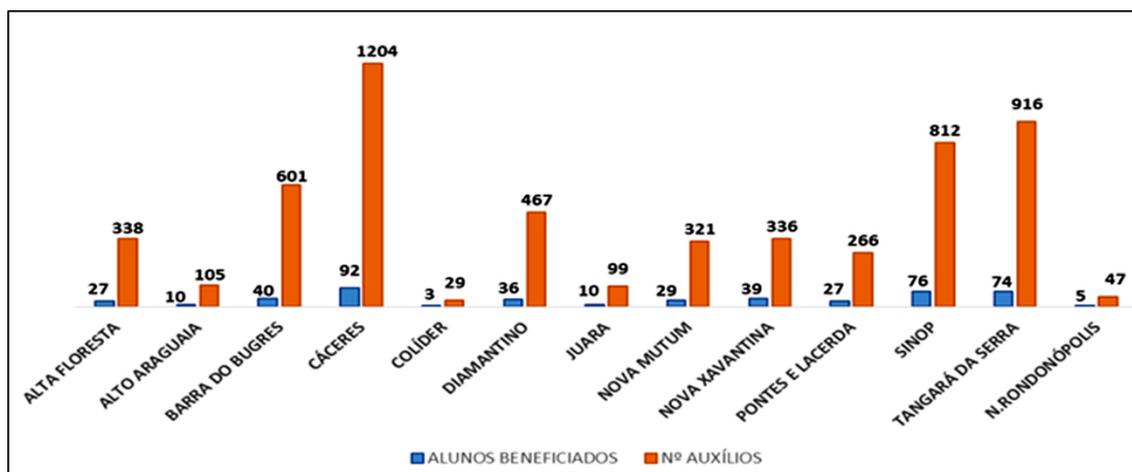
Em 2019, foram publicados dois editais: nº 01/2019 e nº 02/2019 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁶. Quanto ao primeiro, estabeleceu-se que, no primeiro semestre, haveria a concessão de 770 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de cursos dos campi, com vigência de nove meses. Já para o segundo semestre, fixou-se a concessão de 592 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de cursos dos campi, com vigência de quatro meses. Ambos os editais continuaram prevendo que a não entrega do comprovante de rendimento escolar implicaria no atraso do recebimento do auxílio e consequente cancelamento. Além do já previsto nos editais anteriores, destaca-se o cancelamento em caso de desligamento, trancamento, abandono, cancelamento ou conclusão do curso.

Ao sincronizar as informações dos dois editais publicados em 2019, cheguei à conclusão de que o segundo edital surgiu para contemplar possíveis usuários que usufruíram do benefício por nove meses, conforme informações do Edital nº 01/2019. Além disso, a distribuição dos auxílios em dois editais também visou atender os estudantes ingressantes pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada), no primeiro semestre, e pelo vestibular, no segundo semestre de 2019.

Em relação aos pontos de discussão desta pesquisa, o Edital nº 02/2019 não inovou, apresentando as mesmas informações de seu antecessor. Já em relação à distribuição por campi, no primeiro semestre de 2019, houve redução no número de alunos beneficiados em comparação aos auxílios ofertados, conforme aponto no Gráfico 13.

³⁶ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

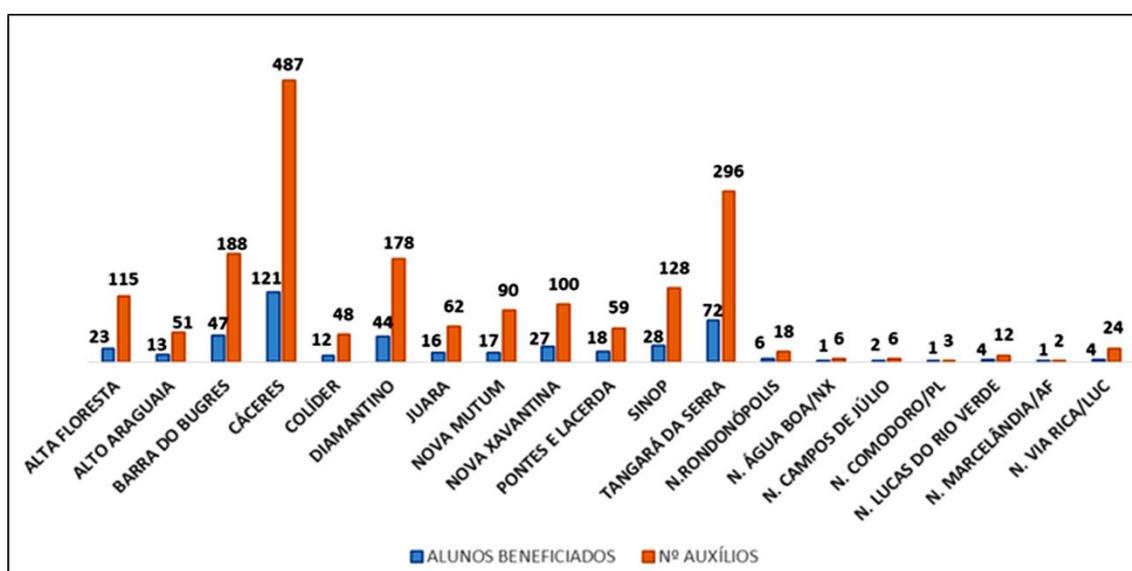
Gráfico 13 - Campi beneficiados por auxílios em 2019/1



Fonte: PRAE, 2022.

No segundo semestre de 2019, foram incluídos mais seis núcleos pedagógicos: Água Boa (campus Nova Xavantina), Campos de Júlio (campi Pontes e Lacerda e Tangará da Serra), Comodoro (campus Pontes e Lacerda), Lucas do Rio Verde (campus Sinop), Marcelândia (campus Alta Floresta) e Vila Rica (campus Médio Araguaia), como apresenta no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Campi beneficiados por auxílios em 2019/2



Fonte: PRAE, 2022.

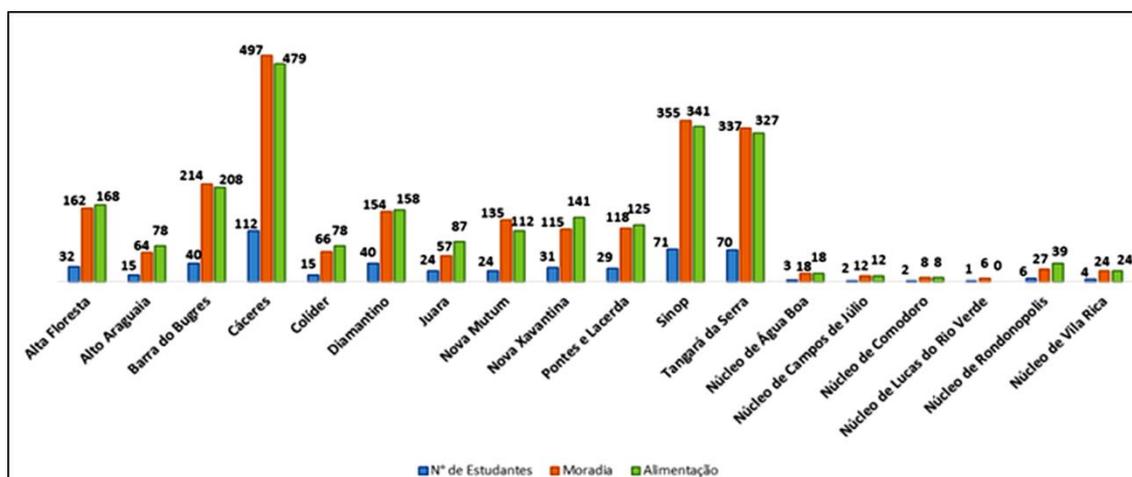
O Edital nº 01/2020 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁷, ainda à luz da Resolução nº 19, ofertou, para o semestre letivo de 2020/1, 846 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de

³⁷ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antigos>. Acesso em: 27 dez. 2024.

discentes dos campi e núcleos pedagógicos, com vigência de nove meses. Esse Edital deixou de prever que a falta de entrega semestral do comprovante de rendimento escolar geraria atraso e cancelamento do benefício, mas manteve as hipóteses de cancelamento outrora apresentadas.

No entanto, o Edital foi suspenso em 18 de março de 2020, devido à pandemia de covid-19, sendo retomado para a vigência entre julho e dezembro do mesmo ano. A distribuição dos auxílios está representada no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Campi beneficiados por auxílios em 2020



Fonte: PRAE, 2022.

O Edital nº 02/2021 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁸ destinou-se, exclusivamente, à concessão de auxílio-alimentação, ainda sob a influência das consequências da pandemia, pois a Resolução vigente previa que, para ser beneficiado pelo auxílio-moradia, o estudante deveria estar residindo na cidade do campus. Fato que não se concretizara, pois os alunos estavam estudando remotamente, muitos na casa de seus pais, em outras cidades.

À época, foram ofertados 700 auxílios, distribuídos proporcionalmente ao número de discentes dos campi e núcleos pedagógicos, com vigência de quatro meses, podendo ser prorrogado. No mais, mantiveram-se os ditames previstos no Edital nº 01/2020. Nos núcleos pedagógicos de Água Boa e Cuiabá não houve inscrição e nem todas as vagas disponibilizadas foram preenchidas, resultando em apenas 328 beneficiados.

Na Tabela 18, é possível verificar o número de estudantes contemplados e como os auxílios foram distribuídos.

³⁸ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

Tabela 18 - Campi beneficiados por auxílios em 2021/1

Campus/2021/1	Número de Acadêmicos	Número de Auxílio Alimentação
Alta Floresta	8	60
Alto Araguaia	15	112
Barra do Bugres	30	236
Cáceres	116	867
Colíder	6	40
Diamantino	37	287
Juara	6	48
Nova Mutum	8	57
Nova Xavantina	9	72
Pontes e Lacerda	8	64
Sinop	29	208
Tangará da Serra	48	323
Núcleo Pedagógico de Água Boa	0	0
Núcleo Pedagógico de C. de Júlio	1	4
Núcleo Pedagógico de Comodoro	1	8
Núcleo Pedagógico de Cuiabá	0	0
Núcleo Pedagógico de L. do Rio Verde	1	8
Núcleo Pedagógico de Marcelândia	1	8
Núcleo Pedagógico de Rondonópolis	3	24
Núcleo Pedagógico de Vila Rica	1	8
TOTAL	328	2434

Fonte: PRAE, 2022.

O Edital nº 03/2021 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis³⁹ voltou a ofertar, em conjunto, o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação. O total de auxílio-alimentação e auxílio-moradia ofertado foi de 1.040, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de discentes dos campi, núcleos pedagógicos e educação a distância, com vigência de cinco meses.

Ocorreram modificações relevantes para esta pesquisa em relação às hipóteses de cancelamento. A primeira foi que a reprovação por insuficiência de frequência passou a ser critério de cancelamento quando ocorresse em 75% (ou mais) dos créditos cursados no período letivo, admitindo ainda uma exceção: o parecer do servidor designado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT poderia impedir tal cancelamento. Comparando com os editais anteriores, ocorreu uma drástica mudança, pois, anteriormente, bastava a reprovação em uma disciplina para gerar o cancelamento do benefício.

O Edital também passou a prever como cancelamento o caso de o usuário não ter aproveitamento maior que 50% dos créditos matriculados em dois períodos letivos consecutivos, salvo exceção por meio de parecer do servidor designado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT. Além de admitir uma exceção que validasse a análise do

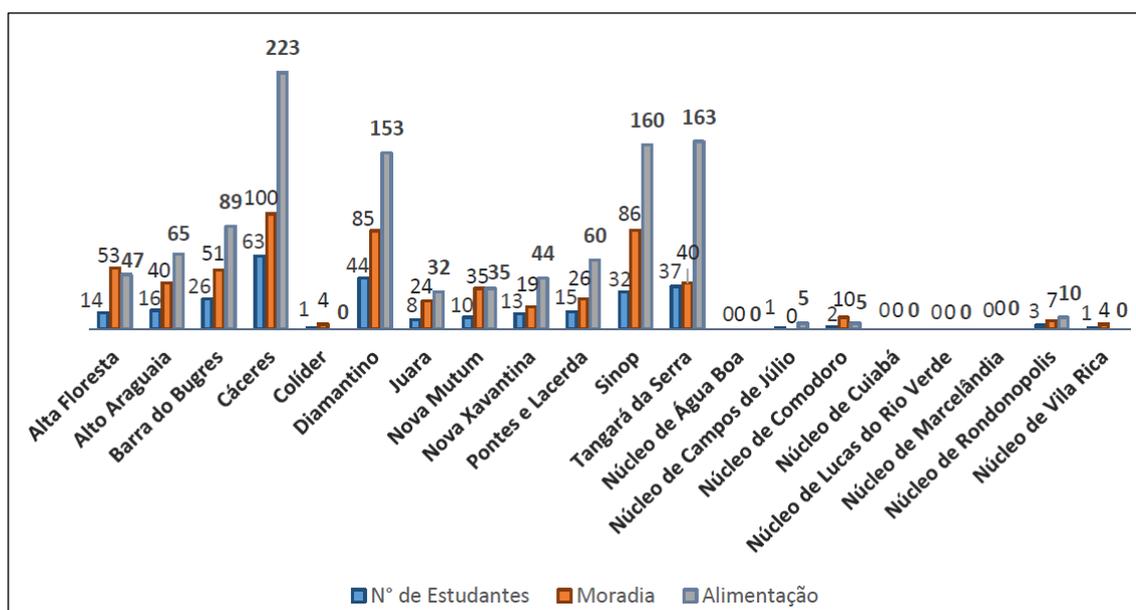
³⁹ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

caso concreto, comparando com os editais anteriores, houve uma maior proteção ao usuário, pois bastava a reprovação por média em 50% das disciplinas matriculadas no semestre para o cancelamento do auxílio. Por fim, ocorreu a exclusão de uma hipótese de cancelamento prevista nos editais anteriores: cursar menos de 50% das disciplinas ofertadas no semestre.

Tais alterações no Edital nº 03/2021 vêm dialogar com a Resolução nº 12, que, como já abordado, reestruturou o Programa de Assistência Estudantil da UNEMAT.

No Gráfico 16, podemos observar a distribuição dos acadêmicos por campi:

Gráfico 16 - Campi beneficiados por auxílios em 2021/2



Fonte: PRAE, 2022.

Percebi, interpretando o Gráfico 16, que, nos núcleos pedagógicos de Água Boa, Cuiabá, Lucas do Rio Verde e Marcelândia, não houve inscritos, mas, nos campi Cáceres e Diamantino, estava a maioria dos estudantes beneficiados.

O Edital nº 02/2022 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis⁴⁰ previu o total de 740 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de discentes dos campi, núcleos pedagógicos e educação a distância, com vigência de sete meses (junho de 2022 a dezembro de 2022). O Edital manteve as novidades apresentadas no Edital nº 03/2021.

⁴⁰ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

O Edital nº 04/2022 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis⁴¹ previu um total de 600 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de alunos dos campi, núcleos pedagógicos e educação a distância, com vigência de quatro meses (setembro de 2022 a dezembro de 2022). As hipóteses de cancelamento permaneceram iguais.

O Edital nº 02/2023 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis⁴² ofertou 860 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de estudantes dos campi, núcleos pedagógicos e educação a distância, com vigência de sete meses (maio a dezembro de 2023). Nas hipóteses de cancelamento, houve uma significativa mudança em relação à reprovação por frequência: somente no caso de reprovação por frequência igual ou superior a 25% dos créditos matriculados no período letivo o usuário teria seu auxílio cancelado, permanecendo a exceção correspondente ao parecer do servidor designado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT.

O Edital nº 03/2023 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis⁴³ ofertou 532 auxílios, sendo metade auxílio-alimentação e metade auxílio-moradia, distribuídos proporcionalmente ao número de alunos dos campi, núcleos pedagógicos e educação a distância, com vigência de três meses (setembro a dezembro de 2023), permanecendo as mesmas hipóteses de cancelamento do edital anterior.

Destaco, por fim, no que se refere à efetiva distribuição por campi, que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT encerra seu levantamento em 2022, motivo pelo qual não há, neste documento, os dados gerais referentes a 2023.

Esse levantamento de dados sobre o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação da UNEMAT demonstrou a amplitude do atendimento aos estudantes e o alcance dessa política de permanência na Instituição. Deste modo, este material é relevante, pois auxilia no entendimento da dinâmica de concessão e beneficiados do auxílio-moradia e do auxílio-alimentação e na proposição de novas ações, pensando na possibilidade de expansão e de melhorias na execução dos futuros editais.

Ocorre que, a partir desta análise documental, algumas reflexões e indagações necessitam ser mencionadas: por que o número de alunos beneficiados é tão baixo em relação

⁴¹ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

⁴² UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

⁴³ UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Editais anteriores - UNEMAT. Disponível em: <https://unemat.br/site/ba/editais-antiores>. Acesso em: 27 dez. 2024.

à quantidade de auxílios ofertados? A UNEMAT tem adotado alguma ação para enfrentar tal discrepância?

Encerro este capítulo, reforçando a crítica já construída na análise das resoluções acerca das condicionantes impostas nos editais, que reproduzem as normas das resoluções vigentes, demonstrando que ainda há traços excludentes, punitivos e estigmatizadores na política de Assistência Estudantil da UNEMAT, que distanciam o aluno do status de sujeito de direitos e o aproximam de um pobre beneficiário.

8 OS CAMINHOS E DESCAMINHOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT

Em suma, o que importa não é saber se existe ou não uma realidade real, mas, sim, saber como se pensa essa realidade. (Veiga-Neto, 2007, p. 31)

Neste capítulo, apresento a seção *Assistência Estudantil na perspectiva dos usuários* com o intuito de analisar de que modo eles significam a política de assistência estudantil da UNEMAT, observando se esta política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais. Na seção seguinte, *Assistência Estudantil sob o olhar dos não usuários*, trago as impressões dos discentes matriculados na UNEMAT, não usuários da Assistência Estudantil, acerca de tal política, a fim de compreender se a visualizam como um auxílio do estado ou como um mecanismo de direito social.

8.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS

Mas, como descobri-los, como encontrá-los? Sabemos que essa descoberta não se dá numa única dimensão. O assunto é imenso. Subdivide-se em direções múltiplas, infinitas. O caminho escolhido foi dar-lhes a palavra, ouvir sua versão. (Yazbek, 2016, p. 43)

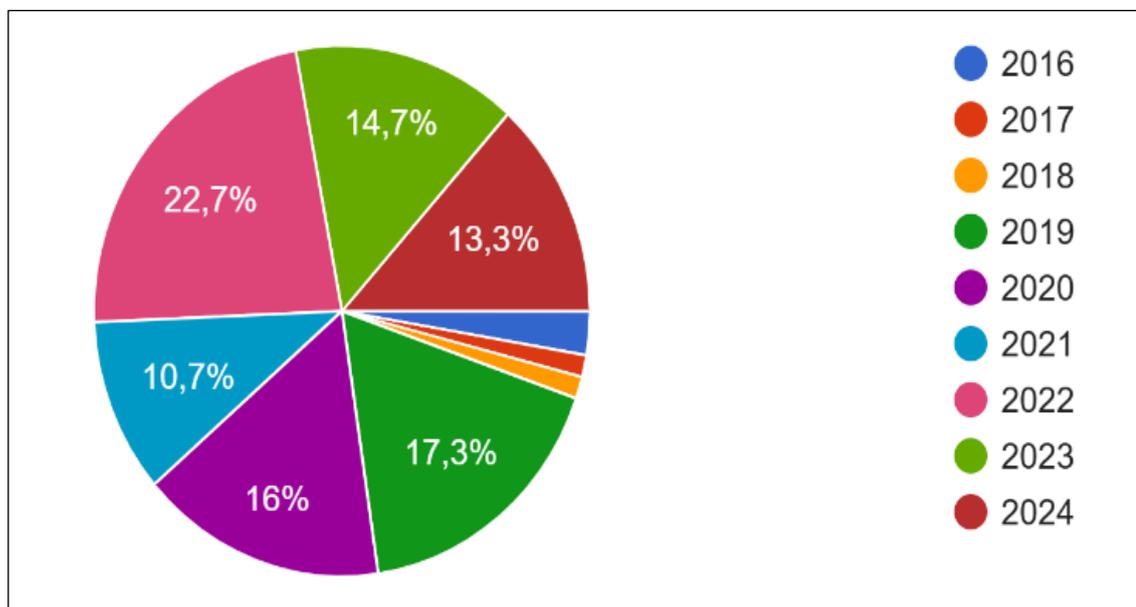
Como explicitado na primeira parte desta Tese, denominada Sobre a pesquisa, foi aplicado um questionário online junto aos estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT entre 2022 e 2023, dos campi Cáceres, Sinop e Tangará da Serra. Reforço, ainda, que um total de 75 discentes concordaram em participar da pesquisa.

O intuito desta seção é realizar uma análise dos dados coletados no questionário, procurando, especialmente, investigar os efeitos subjetivos do status de tais estudantes, observando se essa Política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais.

Com as informações obtidas no questionário, pude caracterizar que 100% dos sujeitos pesquisados estavam matriculados na UNEMAT, descartando a existência de estudantes desistentes que participaram da pesquisa.

A respeito do ano ingressado na UNEMAT, observei uma predominância entre 2022 e 2023, conforme apresento no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Ano de ingresso na UNEMAT



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A seguir, as perguntas passaram a ter um viés qualitativo, priorizando respostas livres que pudessem contribuir para a constituição da narrativa acerca da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT.

Questionei os usuários se já haviam enfrentado algum problema e/ou dificuldade em permanecer em seu curso. 69,3% responderam afirmativamente, enquanto 30,7% disseram “não”. Em seguida, solicitei que, em caso afirmativo, justificassem livremente sua resposta. A dificuldade financeira foi a mais recorrente entre as respostas, relatada por 32 estudantes.

Figura 9 – Respostas dos participantes: dificuldades enfrentadas

- Por motivo de não permanecer na cidade, porque não estava conseguindo pagar o aluguel nos primeiros anos da faculdade.
- Eu vim de outro município, o principal problema enfrentando tem relação com o financeiro.
- Como eu morava em outra cidade, vir para Sinop, todos os dias, era cansativo, e viver aqui, em Sinop, está sendo bem caro.
- Falta de dinheiro para se manter na cidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O anseio por cursar uma universidade pública gera situações como a relatada pelos alunos: a UNEMAT atende não só estudantes daquela localidade onde o campus está situado, mas também pessoas de outras regiões e até de outros Estados, como acontece com o curso de Medicina, em Cáceres/MT, a título de exemplo, em razão de sua alta procura.

Chamo a atenção, sob este ângulo do deslocamento, à extensão territorial do Estado de Mato Grosso, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui uma área territorial superior a 903 km², com uma população de 3.658.649 pessoas (IBGE, 2023). No ranking dos maiores Estados do país, o Mato Grosso ocupa a terceira posição (Estadão, 2023).

Somado a isso há o fato de que a UNEMAT se destaca frente as outras universidades públicas do Estado em relação a seu alcance territorial e/ou diversidade de cursos ofertados em diferentes áreas de conhecimento. Com efeito, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), tem campi em 4 localidades: Cuiabá (capital), Várzea Grande, Sinop e no Vale do Araguaia (UFMT, 2024). Já a Universidade Federal de Rondonópolis possui campus apenas nesta cidade (UFR, 2024).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) possui 20 campi no Estado, mas há de se destacar que esta Instituição tem forte atuação em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Em relação a seus cursos de graduação, são predominantemente voltados às Ciências da Natureza, Computação e Engenharias (IFMT, 2024).

Ou seja, a UNEMAT, com seus 13 campi, 20 núcleos pedagógicos, 24 faculdades, 27 polos educacionais, 39 cursos diferenciados, 60 cursos regulares e 80 cursos na modalidade à distância, está presente em 56 municípios mato-grossenses (UNEMAT, 2023). As áreas de conhecimento são as mais variadas possíveis, abrangendo Educação (exemplo: Pedagogia), Ciências Sociais Aplicadas (exemplo: Direito), Saúde (exemplo: Medicina e Enfermagem), entre outras (UNEMAT, 2023).

Assim, a promoção do Ensino Superior no Mato Grosso caminha junto com a UNEMAT, mas, simultaneamente, há a preocupação apresentada pelos respondentes: alunos oriundos de outros municípios que relatam dificuldades financeiras para permanecer no curso.

Observo, neste ponto, como as universidades devem ter um cuidado maior com os acadêmicos que, além de hipossuficientes, são oriundos de outros municípios. Isto porque os gastos para sua subsistência na cidade onde estudam são mais elevados haja vista a existência de gastos mensais com aluguel, luz e alimentação, por exemplo. Os estudantes que não moram com os pais ou responsáveis estão na cidade para estudar.

Para adensar a discussão, volto os olhos novamente aos editais da UNEMAT e, tendo como base os documentos do ano de 2023, noto que o valor do auxílio-alimentação ofertado foi de R\$ 300,00 (trezentos reais) e o auxílio-moradia representou a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Caso o aluno receba simultaneamente ambos os auxílios (o que nem

sempre ocorre, pois depende do resultado da seleção), ele receberá mensalmente a quantia de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Fica evidente, pelos valores acima descritos, o porquê dos usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT relatarem dificuldades financeiras. Tais quantias são insuficientes para suas subsistências. Eles não se alimentam durante 30 dias com R\$ 300,00 (trezentos reais) ou se paga aluguel com apenas R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Procurando cessar a dificuldade financeira, alguns estudantes optam por trabalhar durante a graduação. Todavia, os relatos demonstram que os cursos de oferta integral e, inclusive, no turno matutino, surgem como dificuldade para a permanência do acadêmico.

Figura 10 – Respostas dos participantes: dificuldades financeiras

- Uma das dificuldades é conseguir emprego pelo fato de eu ter que estudar no período matutino, curso Bacharelado em Direito na UNEMAT - campus Cáceres, logo, só se consegue estágio e, com muita dificuldade, quando se está no começo do curso.
- Dificuldade financeira, devido ao curso ser integral, e precisar fazer tratamentos de saúde mental, devido a situações causadas no curso, precisando passar por médicos particulares por falta deles no SUS.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Vale destacar, segundo os critérios adotados pela UNEMAT, que se o aluno passar a ter um vínculo empregatício, ele terá sua bolsa revogada. Mas, repito, como o estudante pobre irá sobreviver com quantias que não são condizentes com gastos com alimentação e moradia? Há ainda outros gastos que devem ser considerados, como internet, água e energia elétrica. Ou seja, o caminho natural é que este estudante opte por um trabalho remunerado ao invés do auxílio ofertado pela UNEMAT. Passo a refletir, diante deste cenário, acerca da parcela de estudantes vulneráveis da Instituição que deixam de receber os auxílios por “escolher” um emprego onde possa receber, ao menos, um salário.

Então, as dificuldades relatadas pelos alunos revelam a insuficiência financeira para sobreviverem com os valores auferidos mediante os auxílios moradia e alimentação.

Outro ponto que chama a atenção é a preocupação relatada por um estudante que necessita de tratamento de saúde mental por situações causadas no curso e, que, para tanto, precisa de arcar com gastos com despesas médicas. Em primeiro lugar, me questiono se tal estudante teve acesso ao Programa de Integração Estudantil criado pela UNEMAT e, se, de alguma forma, tem recebido algum apoio psicológico da Instituição. Seu relato, passa a impressão de que a resposta é negativa.

Safatle *et al.* (2020) relatam que a Organização Mundial da Saúde tem externalizado sua preocupação com o número crescente de transtornos mentais e dos índices de suicídio, justificando investimentos para superar tal situação. No âmbito da universidade, o adoecimento mental pode ser gerado por uma série de fatores, tais como inseguranças em relação ao futuro acadêmico e profissional, mudança de cidade, distância da família, frustrações acadêmicas, dificuldades que envolvem apoio pedagógico e insegurança financeira.

Outra dificuldade que também merece ser destacada é o transporte, cujos relatos apontam a distância da residência do discente até o campus.

Figura 11 - Respostas do participantes: transporte

Às vezes, tenho que ir da minha casa até a Cidade Universitária, um caminho muito longe, para ter aula de Laboratório. Ou até mesmo, ir ter aula em outro lugar, porque a faculdade não tem laboratório no próprio campus. Os caminhos são longos e, às vezes, tenho que pagar para ir até lá.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Compartilho da preocupação apresentada, visto que reflito que nem sempre o usuário da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT consegue morar próximo à universidade. O cenário fica pior quando lembro que, no interior do estado de Mato Grosso, o transporte municipal não funciona como deveria.

A instituição passou a oferecer, a partir de 2024, o auxílio-transporte no campus Pontes e Lacerda/MT para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como relatado no site da instituição, trata-se de auxílio exclusivo para o mencionado campus, pois é oriundo de uma emenda parlamentar (UNEMAT, 2024).

Desse modo, o transporte continua sendo um problema nos demais campi da instituição. Afinal, como já mencionado, nem sempre o discente consegue residir próximo aos locais onde estuda ou faz estágio.

A importância da Assistência Estudantil para contribuir com a permanência do estudante na universidade fica evidente no relato de um deles.

Figura 12 – Respostas dos participantes: Assistência Estudantil

Dificuldade financeira. Quando ingressei no curso, no primeiro semestre, era aluno de outra cidade, me mudei para Cáceres e foi bem complicado, até conseguir o auxílio da universidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Questionei-os sobre o significado de se constituírem como usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. Nas respostas recebidas, verifiquei diferentes olhares sobre a Assistência Estudantil. Os relatos deixaram evidente que os respondentes são conscientes de que essa política é essencial à democratização do ensino superior.

Figura 13 – Respostas dos participantes: olhares sobre a Assistência Estudantil

- O acesso a esses recursos permite que os alunos se concentrem nos estudos, aproveitando as oportunidades de formação sem a constante preocupação com dificuldades financeiras ou estruturais. Dessa forma, ser usuário da Assistência Estudantil também é um passo na direção da cidadania ativa, pois envolve buscar e valorizar as políticas públicas cujo objetivo é promover um ensino superior mais justo e inclusivo.
- A Política de Assistência Estudantil tem um papel fundamental na trajetória acadêmica, visto que muitos alunos dependem dela para continuarem ativos no curso. Dessa forma, ter sido uma usuária representou e representa ter acesso aos meus direitos como aluna e cidadã.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O tom crítico é visualizado em algumas narrativas, especialmente ao apontarem a burocracia do processo de seleção dos usuários e a desistência de estudantes.

Figura 14 – Respostas dos participantes: burocracias e desistências

- Constituir-se como usuário da Política de Assistência Estudantil é um processo bem burocrático, mas, ao mesmo tempo, oferece todo o suporte necessário e promove a inclusão.
- Isso representa que a Instituição está desempenhada em fazer com que os estudantes permaneçam no curso. Para que isso aconteça, essas políticas de Assistência Estudantil têm que se mostrar eficientes, o que, às vezes, têm se mostrado ineficientes. Se existem políticas de assistência, por que existem desistências nos cursos? São eficientes essas políticas? Essas políticas alcançam todos os alunos que precisam delas?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Tomando como referência o Edital nº 02/2023, identifiquei duas etapas no processo de seleção para a concessão dos auxílios:

(1) primeira etapa: destinada ao preenchimento do formulário socioeconômico e envio de documentos;

(2) segunda etapa: conferência, análise da documentação e entrevista.

Da publicação do edital, em 7 de março de 2023, até a divulgação do resultado, em 24 de abril de 2023, foram quase 50 dias destinados ao certame. É certo que a UNEMAT deve prezar por uma seleção justa e que atenda alunos em situação de vulnerabilidade, mas, para quem precisa do auxílio para se alimentar ou para pagar seu aluguel, esses dias são preciosos e dolorosos.

Ao me deparar com o desabafo do discente em relação à eficiência e ao alcance da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, resolvi revisitar os processos de seleção de 2022 e 2023 da instituição para analisar seus resultados, especialmente no que tange à cobertura de atendimento. Este não era um movimento inicialmente previsto, mesmo que eu já tivesse esmiuçado os números de vagas e auxílios concedidos por campi, conforme apresentei na seção 7.2, onde diagnostiquei que, por vezes, estavam sobrando vagas não preenchidas.

O que percebi, desta vez, é que, ao final do certame, o candidato pode ser "aprovado", "classificado" ou "desclassificado". Considerando que tanto em 2022 quanto em 2023 foram realizadas segundas e terceiras chamadas, posso afirmar que foram esgotadas as convocações entre candidatos aprovados e classificados.

Contudo, o problema persiste para o aluno desclassificado. Analisando os motivos da desclassificação, percebo que a justificativa apresentada é vaga, pois se limita a informar que ele não atendeu aos requisitos do edital inaugural no que se refere aos critérios para concessão. É provável que, ao acadêmico, seja apresentado o motivo específico, mas, para a pesquisa, surgem várias possibilidades, tais como o limite de renda familiar bruta mensal per capita de até um salário-mínimo e meio ou possuir vínculo empregatício.

Então, ao ler o relato de um estudante questionando o alcance do atendimento da Assistência Estudantil e, após verificar os desdobramentos e resultados do processo de seleção, a questão da "focalização" passou a me intrigar, sob uma perspectiva preocupante: o aluno manifesta expressamente junto à instituição que está em situação de vulnerabilidade, necessitando auferir o auxílio e, ao final, tem seu pedido reprovado.

Logicamente, há critérios que devem ser respeitados pelos alunos, como, por exemplo, prazos e envio correto de documentos. Sob o ponto de vista organizacional, é necessário que o estudante se atente às exigências do edital para que o processo de seleção flua corretamente.

Esse panorama ratifica a importância de que os critérios para aprovação ou reprovação no processo de seleção dos usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT sejam complexificados entre os gestores da instituição, com a inclusão de variáveis que possam flexibilizar as restrições impostas. Assim, mais estudantes pobres poderão acessar os auxílios, atenuando, por conseguinte, as desigualdades sociais e educacionais.

Ainda tratando das respostas dos estudantes acerca do significado de se constituírem como usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, o relato de alguns destaca a "ajuda" ofertada pela instituição, reforçando o traço benevolente que a Assistência Estudantil carrega consigo.

Figura 15 – Respostas os participantes: a benevolência da Assistência Estudantil

- Representa, para mim, que, no momento, não tenho uma boa condição financeira, mas que a faculdade me ajuda para concluir meus estudos.
- Tenho orgulho de estar estudando na UNEMAT, com ajuda de auxílios como meio de assistência.
- O auxílio estudantil ajuda demais a manter os gastos com faculdade, além de possibilitar que os discentes mais vulneráveis continuem firmes e fortes nos estudos. É um suporte que me ajudou muito durante a minha graduação.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O atendimento à necessidade dos alunos em situação de carência socioeconômica, a fim de oportunizar que estes possam permanecer na Instituição, é o grande trunfo da Assistência Estudantil. Então, quando os relatos caminham neste sentido, a UNEMAT cumpre seu papel na execução de tal Política.

Figura 16 – Respostas dos Participantes: a política e a permanência dos discentes

- Ser beneficiária dos auxílios da UNEMAT me deixa mais tranquila, pois com eles não tenho preocupações com o meu financeiro, consigo me manter e continuar na faculdade.
- É muito importante, pois estabelece manter o sonho do aluno ainda vivo, ainda mais aqueles que vieram de outros estados em buscar tornar esse sonho realidade e não tem uma renda familiar suficiente para se manter.
- Primeiramente, me ajudou a buscar e contribuir cada dia mais para uma sociedade onde possamos ver a diferença que fazemos na vida de nossos futuros alunos, pois sem essa assistência para alunos que vem de fora sem apoio familiar... Isso é muito importante para os acadêmicos.
- Durante minha trajetória acadêmica, ser usuária da Política de Assistência Estudantil representa, antes de tudo, uma forma de garantir que eu possa conciliar minha vida de mãe solteira com os estudos. Esta Política me oferece o suporte necessário para continuar minha formação, aliviando algumas das preocupações financeiras e permitindo que eu me concentre nas responsabilidades acadêmicas e familiares.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O questionário avançou para perguntar livremente aos acadêmicos qual a importância da Assistência Estudantil para a sua permanência no Ensino Superior. A maioria respondeu elogiando a importância da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. Apenas um usuário afirmou não ter conhecimento.

Figura 17 – Respostas dos participantes: importância da Assistência Estudantil

- É meu futuro.
- Importância gigante.
- Muito importante.
- Bastante necessária.
- Crucial.
- Primordial.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

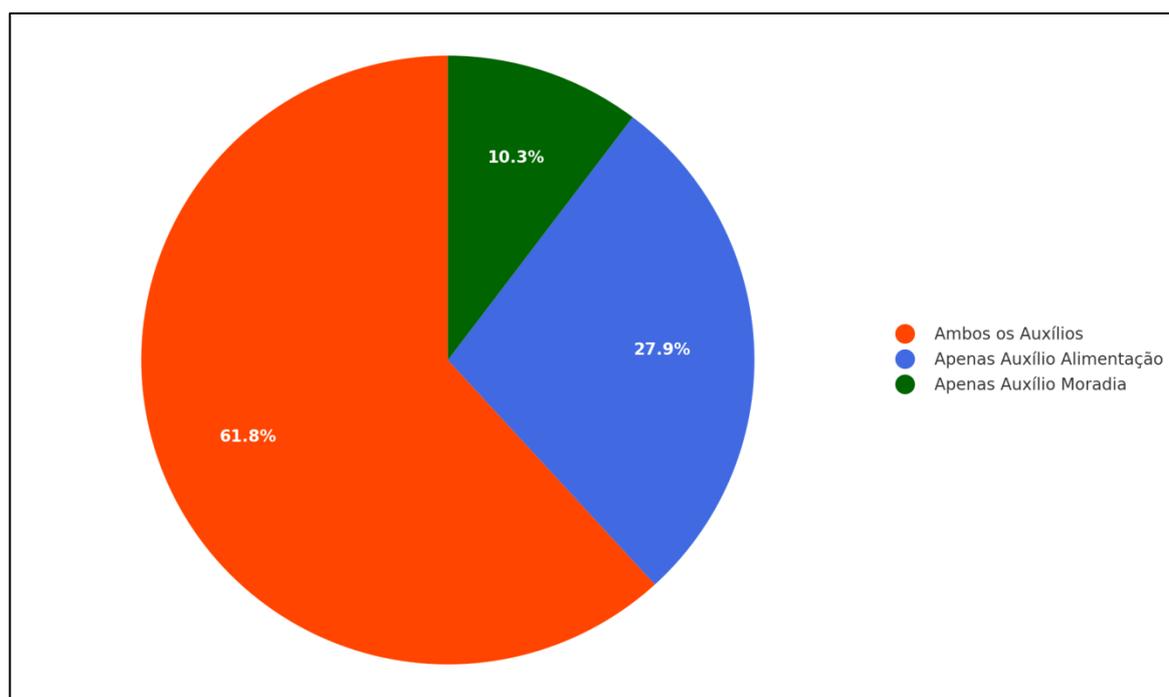
Figura 18 – Respostas dos participantes: impactos da Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é fundamental para a minha permanência no ensino superior. Ela me proporciona condições mínimas de sustento e estudo, garantindo que eu tenha acesso a recursos básicos que, de outra forma, dificultariam muito minha jornada acadêmica. Sem essa Política, seria muito mais complicado equilibrar as demandas acadêmicas com as responsabilidades familiares.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quando questionei os alunos sobre quais serviços e programas ofertados pela Política de Assistência Estudantil da UNEMAT acessaram durante a graduação, os mais citados foram auxílio-alimentação (19) e auxílio-moradia (07). Ao todo 42 alunos receberam ambos os auxílios. Tal distribuição pode ser visualizada por meio do Gráfico 18.

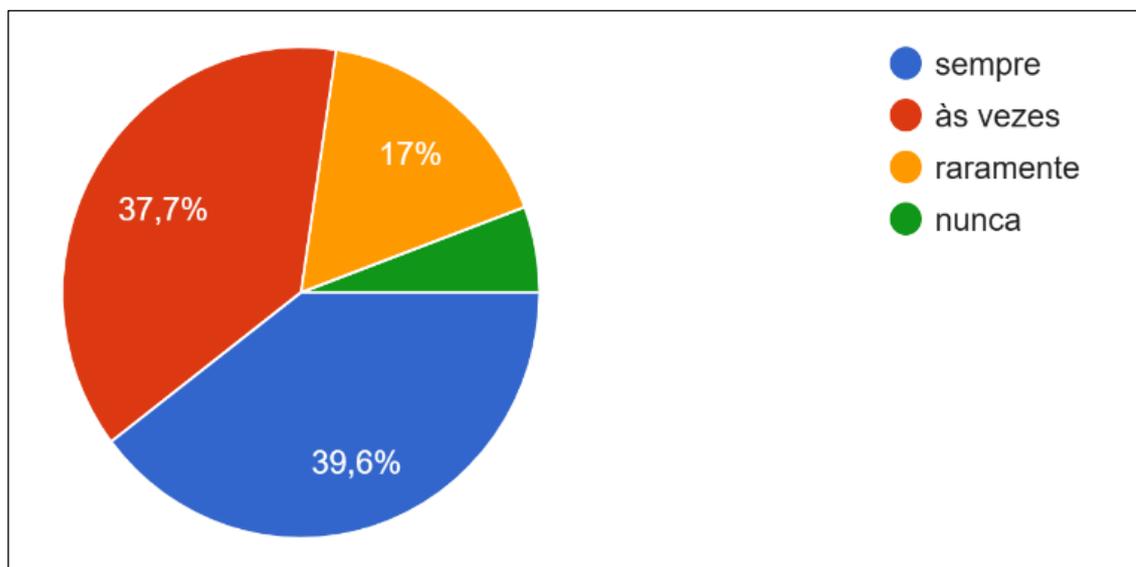
Gráfico 18 - Distribuição dos Auxílios entre os alunos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A respeito da frequência de utilização dos auxílios, a resposta “sempre” e “às vezes” obtiveram maior recorrência, como podemos verificar no Gráfico 19.

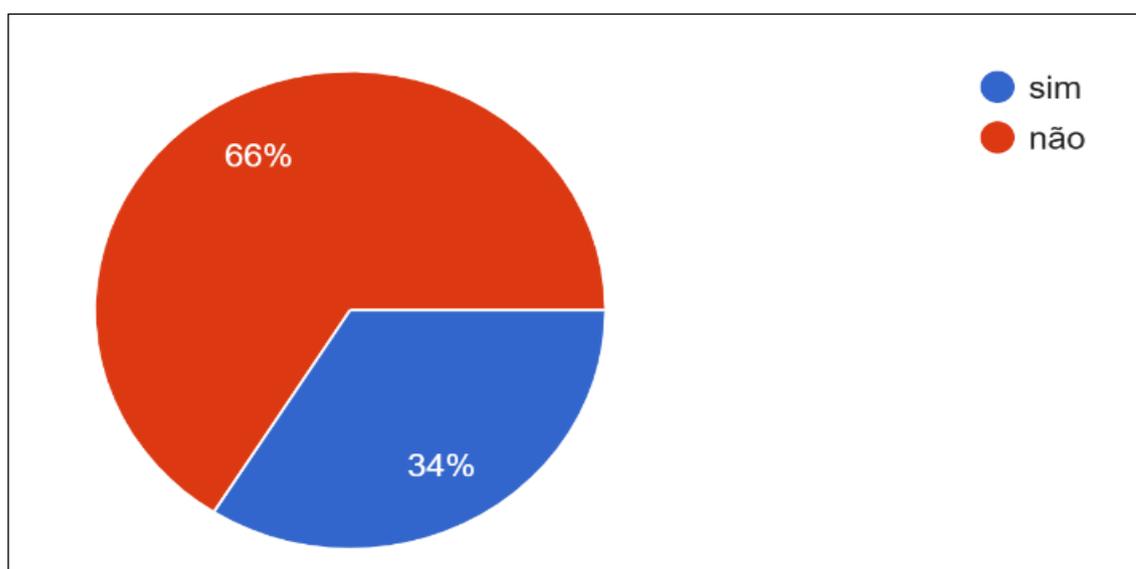
Gráfico 19 - Frequência de acesso aos auxílios da Assistência Estudantil da UNEMAT



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A seguir, os usuários foram questionados se, em algum momento, deixaram de receber o auxílio. As respostas foram detalhadas no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Respostas dos participantes: perda de auxílio durante a graduação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Portanto, 66% dos estudantes disseram “não”, enquanto 34% responderam “sim”. Para estes últimos, solicitei que informassem se conheciam o motivo. Alguns usuários afirmaram que desconheciam o motivo pelo qual o pagamento cessara.

Figura 19 – Respostas dos participantes: Razões para perda de auxílio

- Infelizmente, não, por exemplo, eu não passava em processo de aprovação para auxílio-alimentação ou auxílio-moradia. Nunca tinha o motivo em específico do porquê eu não passei, era sempre algo muito vago e, às vezes, muito subjetivo.
- Não tive explicação de qual foi o motivo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Tal desconhecimento se revela preocupante, pois muitos acadêmicos necessitam do auxílio para uma vivência universitária digna. Compreender o motivo que os fez deixar de auferir o auxílio oportuniza que eles possam questionar a decisão, apresentando justificativas ou novos documentos, bem como corrijam eventuais falhas cometidas, para poderem voltar ao seu status anterior. Destaco, ainda, a insegurança alimentar e as despesas com aluguel, que podem, inesperadamente, tornar-se sérios obstáculos.

Os últimos dois relatos que tomo como referência, ante sua relevância para a pesquisa, envolvem o desconhecimento de um aluno acerca da existência dos auxílios e a cessação no período de férias. Quanto ao primeiro, o usuário assim se manifestou:

Figura 20 – Respostas dos participantes: conhecimento sobre o auxílio

Nos primeiros anos de curso, não recebia, porque não sabia que o auxílio existia.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Conferir publicidade à Política de Assistência Estudantil é o primeiro passo para oportunizar a permanência digna do estudante em situação de carência socioeconômica. Reflito, neste ponto, a respeito da minha trajetória como estudante do curso de Direito da UNEMAT, entre 2005 e 2010. Lembro que eram tão distantes de mim as políticas institucionais ofertadas. Jamais fui bolsista, participei de projeto de extensão ou pesquisa.

Aproximadamente 20 anos depois, é notório o avanço tecnológico que oportuniza uma divulgação mais ampla das ações voltadas à Assistência Estudantil por meio do portal da instituição e das redes sociais. Mas, mesmo assim, o relato de desconhecimento acerca da Assistência Estudantil, embora tenha sido apenas de um único acadêmico, deve ser registrado para o aprimoramento da divulgação nas turmas ingressantes.

Quanto à cessação do pagamento do auxílio no período de férias, eis o que disse o aluno:

Figura 21 – Repostas dos participantes: auxílio durante as férias

Nas férias cortam o auxílio, o que prejudica muito.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

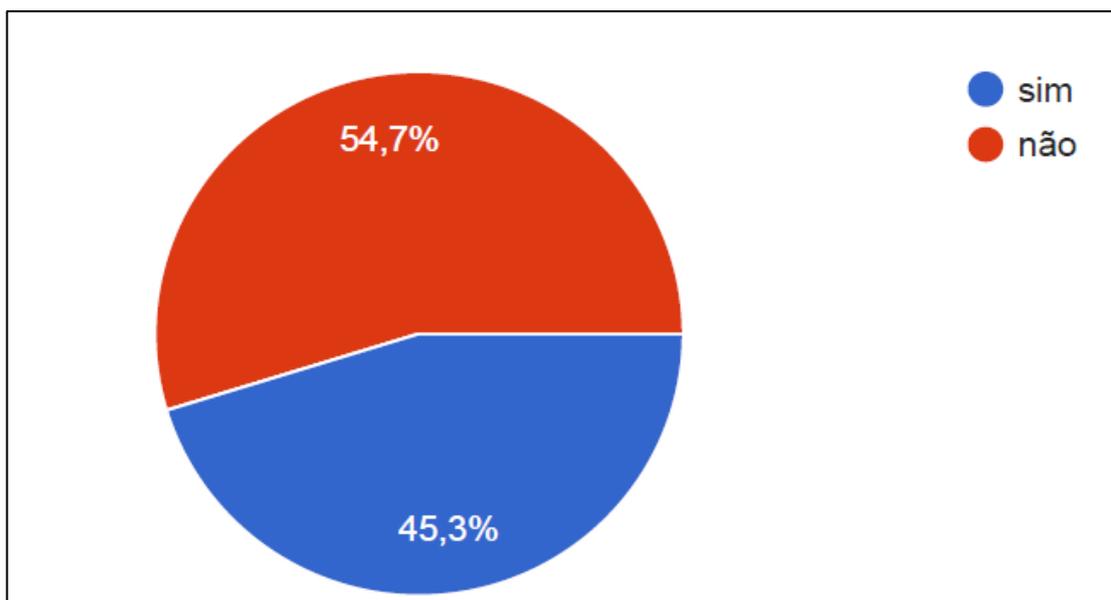
O relato deste estudante é extremamente relevante. Afinal, a hipossuficiência do acadêmico é interrompida durante suas férias? Logicamente, não. As bolsas e auxílios devem contemplar os 12 meses do ano, sob pena de descaracterizar o caráter contínuo que a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT necessita ter, pois ninguém deixa de se alimentar ou pagar aluguel durante as férias.

Creio que há uma preocupação institucional em identificar, por exemplo, se o discente, ao término do ano letivo, matricular-se-á no ano subsequente. É plausível, também, que possam variar as destinações orçamentárias e, por consequência, o número de auxílios distribuídos pela instituição. Mas, acima de tais entraves, está o direito do usuário, que não deveria ser interrompido.

Fortaleço, neste ponto, a importância da atuação dos gestores, visto que a Resolução nº 66, de 2022, estabelece que o acompanhamento dos estudantes é de responsabilidade da Assessoria de Gestão de Acompanhamento Estudantil da PRAE, em conjunto com o CAEst e o NIAD, nas unidades administrativas (Mato Grosso, 2022). Tal acompanhamento envolve levantamento sistemático dos estudantes nessas condições; encontros periódicos; diálogos com os setores responsáveis pela administração dos auxílios e bolsas; e relatórios semestrais e anuais (UNEMAT, 2022).

Considerando que, entre 2022 e 2023, os editais estabeleciam como hipótese de revogação da concessão do auxílio o acadêmico não ter aprovado em mais que 50% dos créditos matriculados, questionei-os se já haviam reprovado em alguma disciplina na graduação. 54,7% afirmaram que nunca reprovaram, enquanto 45,3% responderam afirmativamente. Tal cenário pode ser retratado no gráfico abaixo:

Gráfico 21 - Respostas dos participantes: reprovação por nota

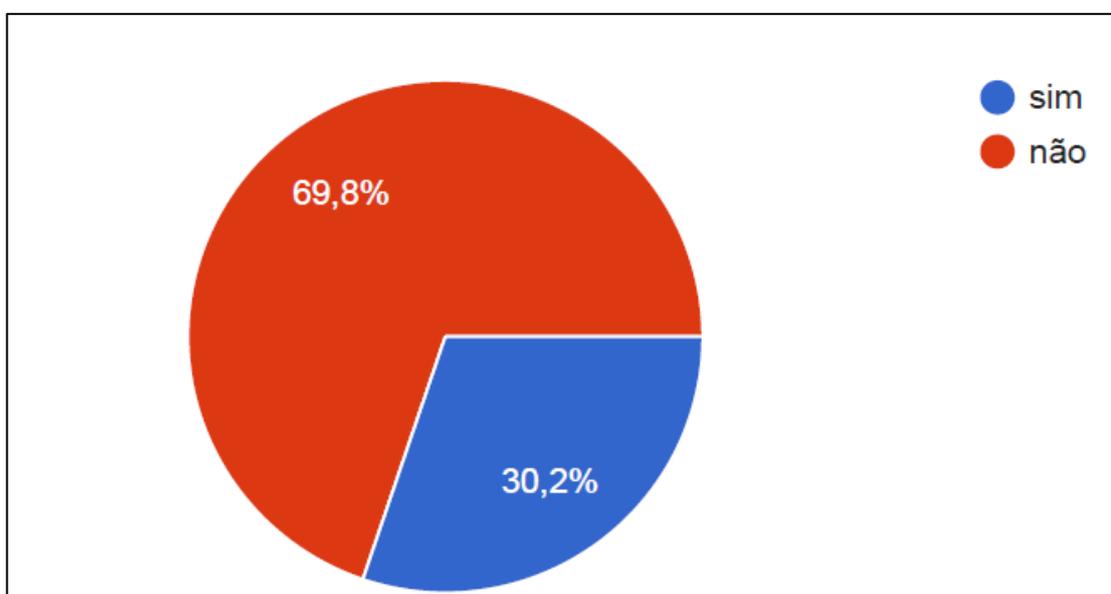


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ao serem questionados a respeito do número de disciplinas em que reprovaram, a resposta predominante foi: em apenas uma disciplina.

Além da hipótese de cancelamento relacionada ao baixo aproveitamento nas disciplinas, os editais da UNEMAT também estabeleciam como hipótese de revogação da concessão do auxílio a reprovação por insuficiência de frequência igual ou superior a 25% dos créditos matriculados no período letivo. Posto isto, conforme o gráfico 21, 69,8% dos alunos afirmaram que nunca reprovaram por falta, enquanto 30,2% responderam positivamente.

Gráfico 22 - Respostas dos participantes: reprovação por falta

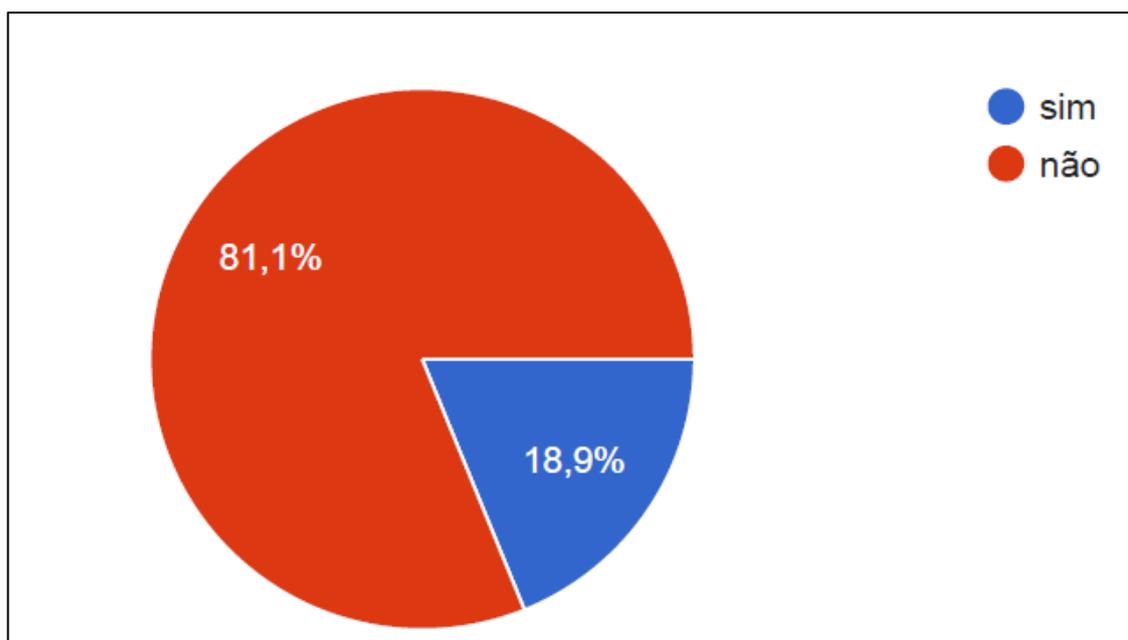


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Predominantemente, as reprovações por falta ocorreram em uma ou duas disciplinas.

Ato contínuo, ao perguntar se já reprovaram mais de uma vez na mesma disciplina, seja por nota ou por falta de frequência, 81,1% afirmaram “não”, enquanto 18,9% disseram “sim”, conforme gráfico 23.

Gráfico 23 - Respostas dos participantes: reprovação recorrente na mesma disciplina

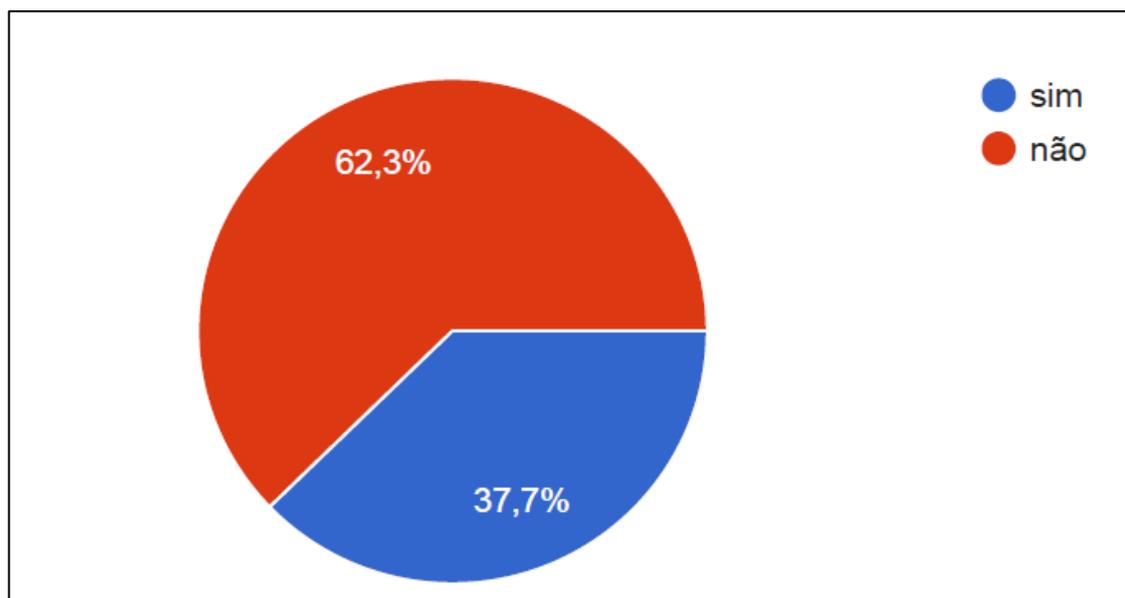


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Apenas dois estudantes citaram as disciplinas de Sociologia e de História da África como aquelas em que reprovaram mais de uma vez.

A seguir, questionei os alunos sobre o receio de ter o auxílio interrompido devido à pouca frequência nas aulas ou às notas baixas. De acordo com o Gráfico 24, 62,3% afirmaram não possuir esse receio, enquanto 37,7% disseram que têm essa preocupação.

Gráfico 24 - Respostas dos participantes: interrupção do auxílio por desempenho



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

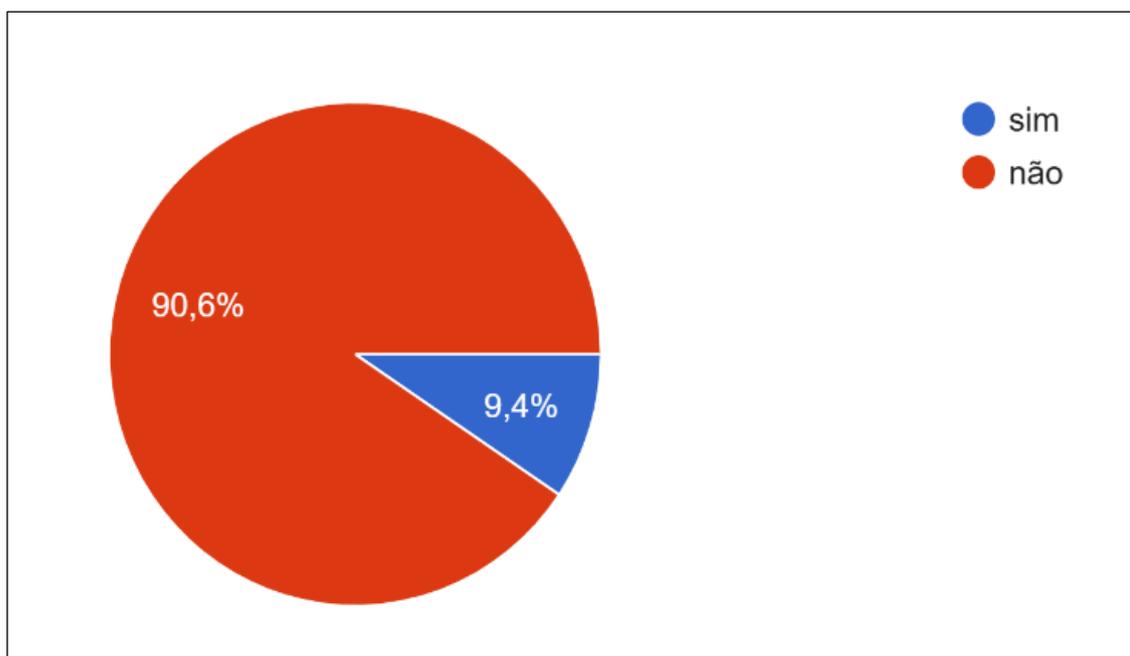
Tal aflição apontada por 37,7% dos estudantes representa, como já mencionado nesta pesquisa, o medo e o risco que acompanham o homem na cena contemporânea. Neste caso, compete ao aluno, à sua própria sorte, seguir os critérios fixados pela instituição, caso contrário, será punido.

Beck (2011) explana que os riscos se tornam individuais, e não mais sociais. No seio da universidade pública, esse cenário dá visibilidade às desigualdades sociais, visto que, na sala de aula, é o usuário quem deve estar mais atento, mais alerta às suas notas, às suas faltas, porque somente ele terá prejuízos que irão além de uma reprovação no histórico escolar. Falo aqui de um estudante pobre que já carrega consigo distintas vivências e lutas diárias e que, para permanecer cursando o ensino superior, deve se enquadrar em um modelo de “aluno ideal”. O problema é que nem todos os estudantes constroem sua trajetória na universidade da mesma maneira, assim como também o processo de afiliação não ocorre de modo congênere (Ganam; Moreira, 2018).

Esse aluno, como qualquer outro, passa por dificuldades durante sua trajetória acadêmica, como a distância da família, mudar de cidade, inseguranças pessoais, mas tais aflições podem se potencializar quando podem culminar na perda de seu auxílio. Soma-se a isso a já mencionada possibilidade de que as frustrações acadêmicas e o medo da revogação do auxílio possam impactar sua saúde mental.

Na sequência, questionei os acadêmicos se o status de usuário de bolsas e/ou auxílios já gerou algum rótulo ou preconceito em relação aos colegas, aos professores ou à própria UNEMAT. A resposta pode ser traduzida no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Respostas dos participantes: preconceito dos usuários



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A alta porcentagem de respostas negativas indica que a maioria dos alunos da UNEMAT, usuários da Política de Assistência Estudantil, não sofreu preconceitos nem se sentiu estigmatizada. Ponto que os estigmas ou preconceitos, por vezes, não são retratados em palavras, mas se materializam de outras formas que os estudantes acabam naturalizando. Basta pensar nas próprias condicionantes e punições em razão do baixo aproveitamento de matérias ou frequência. Na lógica neoliberal, em que compete a cada sujeito, mediante seu esforço individual, alcançar o sucesso, aparenta ser justo e necessário ter boas notas e poucas faltas para se manter como usuário da Política de Assistência Estudantil, quando, na verdade, tal exigência é descabida, ainda mais quando não se investiga o que está por trás das dificuldades pedagógicas.

Trata-se da idealização de uma “meritocracia justa”, na qual o sistema recompensa talento e empenho, incentivando vencedores a considerar seu sucesso como resultado de suas próprias ações (Sandel, 2020). A universidade pública, incutida pela racionalidade neoliberal, confere à legislação normas com traços meritocráticos que dão uma noção deturpada de justiça e que, como dito, se naturalizam no meio acadêmico.

Mas não podemos deixar passar despercebido os relatos dos acadêmicos de que, de algum modo, já se sentiram estigmatizados ou vítimas de preconceito.

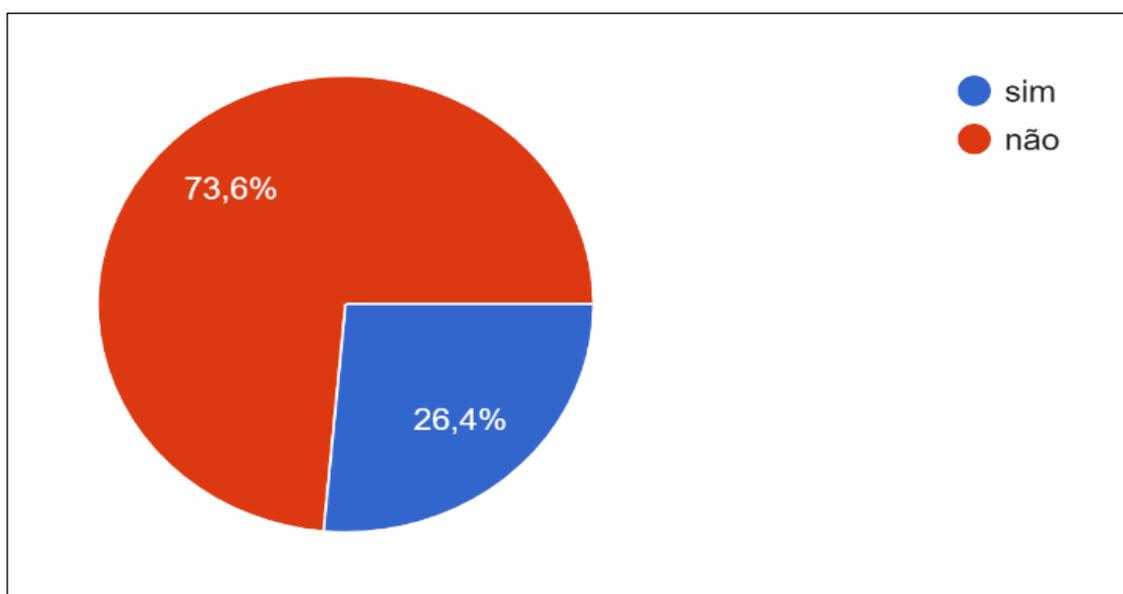
Figura 22 – Respostas dos participantes: estigmas pelo uso do auxílio

- Muitos acabam estereotipando, com brincadeiras, insinuações ou coisas do tipo.
- Já ouvi comentários de colegas que meu auxílio foi aprovado nas entrevistas somente por ser indígena.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Questionei, ainda, os alunos sobre a existência de dificuldades em acessar os serviços da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. A maioria respondeu negativamente, como podemos observar no Gráfico 26.

Gráfico 26 - Respostas dos participantes: Dificuldades em acessar os auxílios



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

As respostas negativas indicam que a maioria dos estudantes compreende que o acesso à Política de Assistência Estudantil da UNEMAT é eficiente. Mesmo que haja ponderações acerca da burocracia, devido ao baixo número de auxílios, nas respostas aos questionários, a maioria dos estudantes se sente atendida pela UNEMAT.

Caso respondessem afirmativamente, os alunos tiveram, em resposta livre, espaço para descreverem os entraves enfrentados.

Figura 23 - Respostas dos participantes: dificuldades enfrentadas

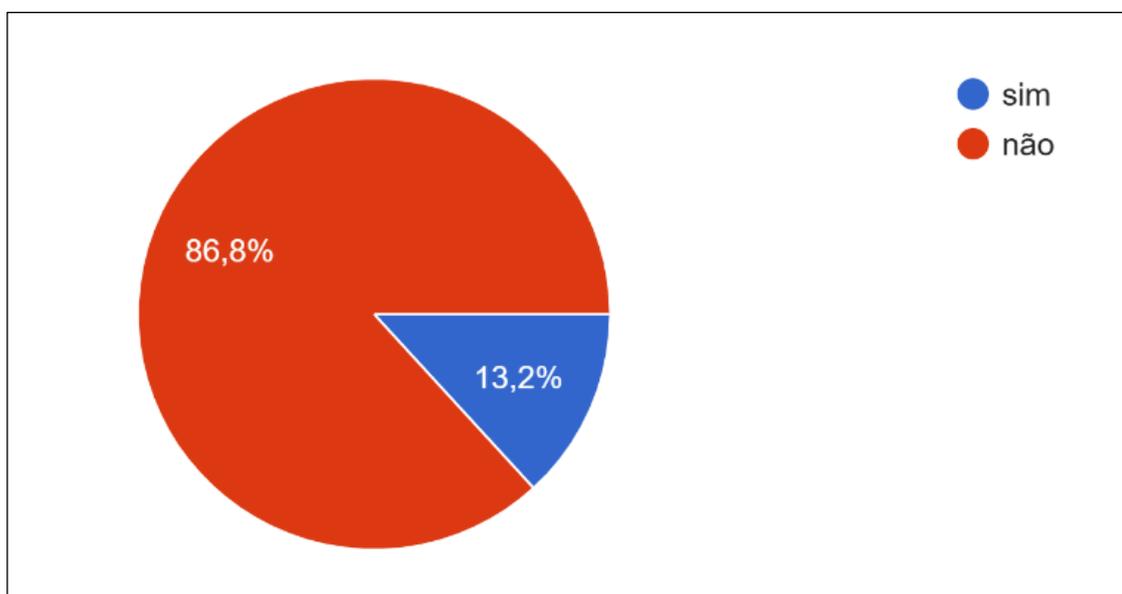
- Os documentos, para apresentar, às vezes, é difícil juntar tudo.
- Tem muita burocracia. O processo para conseguir receber o auxílio é muito burocrático e você acaba desistindo pelo cansaço.
- Falta de divulgação, pois assim como eu, vários amigos acadêmicos ficaram sabendo quando tinha passado o prazo de inscrição.
- Por não ser tanto divulgado.
- Muitas das vezes, o processo é muito burocrático no preenchimento dos anexos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Como visto, a minoria dos acadêmicos afirmou possuir dificuldade no acesso à Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. Por isso, considero essencial compartilhar e analisar tais relatos, visto que é assim que a Instituição pode aprimorar ainda mais esse direito do estudante.

Observei, portanto, duas principais dificuldades: a burocracia e a falta de divulgação. Quanto à burocracia, já procurei apresentar alguns entraves, tais como o lapso temporal entre a divulgação do edital e o resultado, e os critérios dos editais. Já a falta de divulgação se conecta com a próxima pergunta, apresentada no Gráfico 27.

Gráfico 27 - Respostas dos participantes: divulgação dos editais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A UNEMAT realiza semestralmente uma recepção acadêmica para os alunos ingressantes, em que, além de outras informações, são apresentados aos estudantes ingressantes os programas da Assistência Estudantil. Mas, pela resposta dada, o que se

percebe é que os alunos sentem falta de mais integração e participação em encontros relacionados ao planejamento e avaliações das ações assistenciais.

A seguir, em resposta livre, quem já participou dos encontros, mencionou a recepção acadêmica em que fora apresentado à Assistência Estudantil. Todavia, a maioria relatou o contrário.

Figura 24 – Respostas dos participantes: encontros relacionados à Assistência Estudantil

- Nunca fiquei sabendo de tais eventos.
- Eu nunca participei dos encontros da Assistência Estudantil, como planejar ou avaliar as ações dos programas de Assistência Estudantil

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Mais uma vez, em resposta livre, os acadêmicos foram questionados acerca de qual o sentimento que carregam consigo em relação à UNEMAT, tendo em vista a oferta de bolsa e auxílios. A palavra “gratidão” foi citada por nove estudantes.

Figura 25 – Respostas dos participantes: gratidão em relação aos auxílios

- Gratidão! Sem esse auxílio, com certeza, eu não iria conseguir chegar até aqui.
- Sentimento de gratidão, pois o auxílio não me deixa desistir.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No relato abaixo, o sentimento de gratidão também é manifestado, mas com outras palavras.

Figura 26 - Respostas dos participantes: gratidão em relação à UNEMAT

A UNEMAT foi uma mãe para mim, nesse sentido. O auxílio me ajudou no momento que eu mais precisei, só tenho a agradecer por isso. Por meio desse auxílio, concluirei, este ano, a minha graduação.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Associar a UNEMAT à figura materna em agradecimento pela oferta dos auxílios, mais uma vez, demonstra que a Instituição tem conseguido contribuir com a permanência estudantil de estudantes em situação de vulnerabilidade. Essas palavras devem ser motivo de orgulho para a gestão universitária. Porém, conforme já mencionado a ideia do auxílio tira muitas vezes do horizonte a educação como direito, ou seja, se trata de uma obrigação da universidade atender a este direito do estudante, e não um ato de solidariedade.

Como se tratava de uma resposta livre, alguns alunos utilizaram o espaço para tecer críticas em relação à concessão (ou não) do auxílio.

Figura 27 - Respostas dos participantes: sentimentos dos discentes

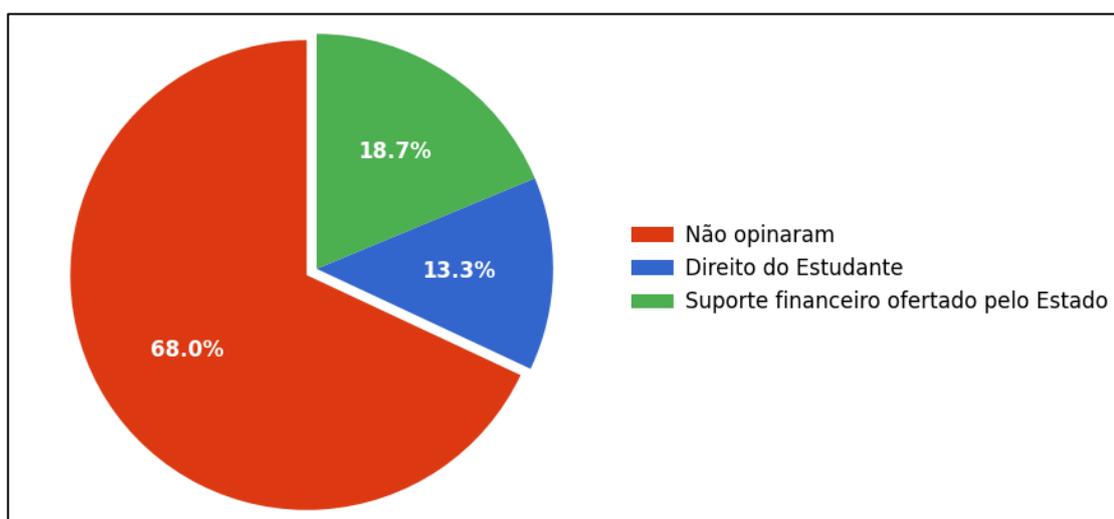
- Nunca sabemos o que eles avaliam para a concessão. Vemos muitos alunos que realmente precisam sendo negados e alunos que têm a situação financeira, digamos que, estável, recebendo o auxílio.
- Demora tempo demais o processo de seleção de uma bolsa ou auxílio. Tem o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação, que demora de dois a três meses para serem aprovados. Tem estudante que tem dificuldade de se manter até começar a receber os auxílios em si.
- A iniciativa é muito importante e fundamental, mas a Instituição/Estado poderia aumentar o número de ofertas de auxílios para que mais estudantes tivessem a oportunidade de serem contemplados.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Portanto, para ver essa Política aprimorada na Instituição, os estudantes demonstram preocupação com os critérios para a seleção dos usuários, demora no processo de seleção e a baixa oferta de auxílios.

Era necessário, ainda, compreender se os alunos visualizavam a Assistência Estudantil como um suporte financeiro ofertado pelo Estado ou um serviço a que tinham direito de acesso. Como pode ser visto no Gráfico 28, 10 estudantes visualizam a Assistência Estudantil como um direito. Em contrapartida, 14 estudantes escolheram a resposta “suporte financeiro ofertado pelo Estado”. Por fim, os demais 51 usuários preferiram não opinar ou não sabiam afirmar com segurança.

Gráfico 28 - Respostas dos participantes: percepção sobre o auxílio:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Entre os respondentes que optaram pelo “direito do estudante”, eis o seguinte relato:

Figura 28 - Respostas dos participantes: auxílio como direito dos estudantes

Vejo como um direito, pois nas universidades públicas há incidência de acadêmicos com pouquíssimo poder aquisitivo, sendo necessário um programa de apoio financeiro.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A resposta “suporte financeiro ofertado pelo Estado” pode ser representada pelos seguintes relatos:

Figura 29 - Respostas dos participantes: auxílio como suporte financeiro ofertado pelo Estado

- Vejo como um suporte financeiro e não uma obrigação institucional. Portanto, penso que a UNEMAT está sempre atenta a auxiliar seus discentes.
- Eu visualizo como um ponto de ajuda aos que precisam, porque essas pessoas não só estudam como trabalham muito para garantir algo para suas famílias.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Há, ainda, como dito, discentes que preferiam não opinar ou que não sabiam afirmar com segurança suas opiniões.

Figura 30 - Respostas dos participantes: discentes que preferiram não opinar

Não conheço muito sobre o direito, inclusive não sei se é direito do estudante da graduação receber auxílio para a sua permanência na universidade, já que esta não é uma etapa obrigatória de ensino. Mas observo que sendo um suporte ofertado pelo Estado ou um serviço que o estudante tem direito, tem sido algo fundamental para a minha permanência e conclusão do curso.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Espera-se, a partir da difusão de pesquisas como esta junto à comunidade acadêmica, que a UNEMAT, ao divulgar os programas, consiga, nos próximos anos, elevar o número de acadêmicos usuários que compreendam a Assistência Estudantil como um serviço a que tenham direito de acesso. É deveras importante tal mudança de perspectiva, visto que enquanto os alunos identificarem como um suporte financeiro, subjetivamente, é bem possível que aceitem eventuais abusos ou ilegalidades, tal como a revogação indevida do auxílio. Não a identificar como um direito mitiga a reivindicação estudantil pelo aumento de auxílios e de valores, afinal, “está sendo ajudado e ainda quer criticar”? Este não pode ser o pensamento que deve prevalecer entre os usuários da Política de Assistência Estudantil da Instituição.

As duas últimas perguntas do questionário foram relacionadas à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT, sendo importante destacar que o número de estudantes

que as responderam, foi reduzido. Com efeito, alguns estudantes optaram por deixar em branco suas respostas ou colocar uma única palavra para seguir adiante

Em primeiro lugar, os estudantes usuários foram questionados sobre o que conheciam desta Pró-Reitoria da UNEMAT. O pouco ou nenhum conhecimento foi característico entre as respostas, relatado por 28 discentes.

Figura 31 - Respostas dos participantes: lapsos de conhecimento sobre a Pró-Reitoria

- Nada.
- Quase nada.
- Não conheço muito, aliás, gostaria de saber mais, porém, infelizmente, não se fala muito. Ouve-se falar apenas no começo do semestre, vejo que muitos estudantes nem sequer sabem da existência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Em contrapartida, 19 alunos afirmaram conhecer a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT, sendo, inclusive, tecidos elogios por alguns.

Figura 32 - Respostas dos participantes: conhecimento sobre a Pró-Reitoria

- É um grupo de pessoas que está ali para prestar apoio aos alunos para não haver desistência.
- Dá assistência para os alunos que, financeiramente, não tem tantas condições para continuar em uma universidade e, muitas vezes, longe de casa, da família.
- O empenho deles é fundamental. Sempre são atenciosos e gentis.
- É uma comissão da UNEMAT responsável pelo gerenciamento dos auxílios estudantis.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A segunda pergunta envolvendo a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT foi se o acadêmico se sentiu acompanhado durante a graduação. 23 afirmaram “sim”, destacando alguns elogios.

Figura 33 - Respostas dos participantes: se sentiram amparados pela Pró-Reitoria

- Sim, toda vez que precisei sempre me ajudaram.
- Quando entrei, sim, senti o apoio, principalmente, na entrevista, quando expliquei minha situação.
- Sim. Me sinto sempre amparada pela universidade, que nós oportuniza de todas as formas, financeira, psicológica etc.
- De certa forma, sim. Nesses dois últimos semestres, estão empenhados, no curso de Engenharia Civil, a fazer uma integração dos alunos novos, coisa que eu não passei. Acredito que a melhor forma é, desde o início, serem apresentados para assim criar uma relação. Mas, apesar de distante, não me senti deixada.
- Sim, eles já me ajudaram muitas vezes tirando dúvidas ou até mesmo organizando os editais de auxílio.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Já entre os que afirmaram “não” ou respostas similares, totalizam 16 discentes.

Figura 34 - Respostas dos participantes: não se sentiram amparados pela Pró-Reitoria

- Não muito.
- Não, pois acompanham apenas requerendo os anexos que devemos entregar todo mês, não buscam saber qual a situação do acadêmico após, por exemplo, três meses recebendo o auxílio.
- Mais ou menos.
- Não, somente o recebimento do auxílio e da bolsa, outro tipo de acompanhamento não tive.
- Um pouco.
- Não, para ser sincero, nem tenho conhecimento do que é a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Após tais relatos, considero essencial que a Pró-Reitoria se aproxime ainda mais do aluno com o intuito de se consolidar como um órgão representativo dos estudantes, conhecido e valorizado por todos. A Reitoria da UNEMAT encontra-se localizada na região oeste do Mato Grosso, na cidade de Cáceres/MT, e os campi e polos da Instituição estão espalhados por todo o Estado. Assim, identifico que tal aproximação pode se dar com o fortalecimento da atuação da PRAE em cada unidade administrativa. Vejo o Centro de Assuntos Estudantis (CAEst) com um papel fundamental nesta integração com o aluno usuário.

8.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SOB O OLHAR DOS NÃO USUÁRIOS

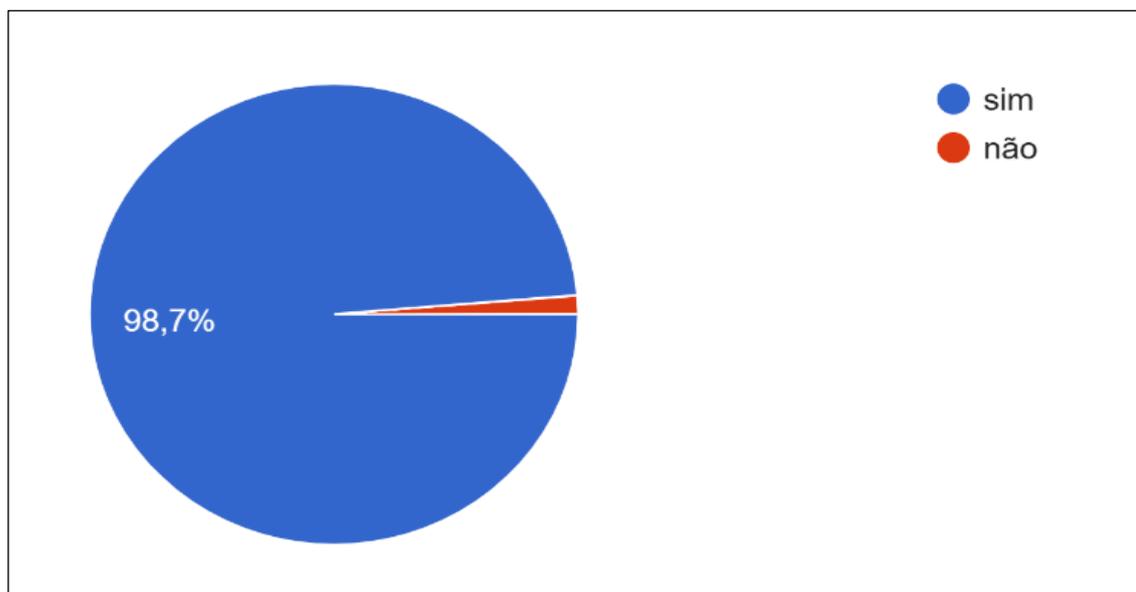
Está, então, implícito, que não é para o diferente que se deve olhar em busca da compreensão da diferença, mas sim para o comum. (Goffman, 1988 p. 108)

Como outrora detalhado, 206 estudantes não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT dos campi Cáceres, Tangará da Serra e Sinop responderam ao questionário online oportunizando um olhar acerca da Assistência Estudantil de estudantes que não acessam os programas. Pondero que, tal como no primeiro questionário, em uma ou mais perguntas, alguns alunos optaram por inserir um traço, um ponto, ou apenas “sim” ou “não”, sem dar a resposta que se almejava, motivo pelo qual não os computei em algumas análises.

A aplicação deste segundo questionário iniciou com uma simples pergunta: se os estudantes concordavam que pessoas de baixa renda, ao ingressarem na Instituição, pudessem

receber auxílios. Quase todos responderam afirmativamente, como podemos observar no Gráfico 29.

Gráfico 29 - Respostas dos participantes: do direito à Assistência Estudantil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Entre as justificativas das respostas, tomo como referência, inicialmente, dois relatos:

Figura 35 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil e permanência

- Acredito que sim, porque a maioria é de outros municípios
- A permanência de certos colegas na Instituição depende de políticas sociais. Como a UNEMAT atrai diversos estudantes de todo o país em cursos, como Medicina, é de se esperar que em outros cursos a demanda seja grande, principalmente, no que tange a macrorregião de Cáceres. Muitos desses acadêmicos carecem de recursos e ficariam inviabilizados de se formarem em um ensino superior longe de casa, logo, é necessário que recursos sejam disponibilizados a fim de auxiliar esses alunos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A preocupação dos alunos em destaque reside nos colegas que vêm de outros municípios para estudarem. Percebo, portanto, que a comunidade discente da UNEMAT, usuária ou não da Política de Assistência Estudantil, leva isso em consideração para se posicionar favorável a tais programas.

Selecionei as respostas que destacam expressamente a compreensão de que estão diante de um direito estudantil.

Figura 36 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil como um direito

- Muitos não possuem condições de se manterem na universidade. Acredito ser importante para, inclusive, efetivar o direito ao ensino superior público e de qualidade.
- O auxílio à permanência é um direito inegociável!

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Além disso, outros relatos enaltecem a Assistência Estudantil como essencial à permanência estudantil e destacam a importância do combate à desigualdade.

Figura 37 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil e combate às desigualdades

- Nem todos obtêm a mesma oportunidade para estudar sem trabalhar, ou se dedicar a universidade sem ajuda financeira, posto isso, é preciso uma política de inclusão e auxílio aos universitários.
- Normalmente, as pessoas de baixa renda têm mais dificuldade para permanecerem na faculdade, já que, às vezes, precisam trabalhar em dois lugares para conseguirem se sustentar. Tendo um auxílio, fica mais fácil a permanência.
- Apesar de não ser minha realidade, sei que muitos colegas estudam em tempo integral e não possuem espaço no dia para trabalhar e conseguir renda tão facilmente, quanto quem estuda apenas por um período. Nesses casos, cabe o auxílio para permanência em suas diferentes formas (moradia, alimentação etc.).
- Ao receber tal benefício, o estudante de baixa renda terá mais condições de concluir sua graduação, visto que terá um suporte para pagar despesas com alimentação e moradia.
- Devido à desigualdade social, para muitos estudantes, o benefício é um incentivo indispensável para o complemento da renda para assim possibilitar que o indivíduo possa estudar.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A única resposta contrária à oferta dos auxílios também teve sua justificativa apresentada.

Figura 38 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil e assistencialismo

Assistencialismo pode parecer muito bom, mas, a longo prazo, vai prostituir nossa área. Devem ingressar independente de raça, religião ou condições financeiras. Não precisamos de assistência.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Fica evidente que o acadêmico em destaque, além de ser contra a Assistência Estudantil também não concorda com as cotas para acesso à universidade. Percebe-se, ainda, que ele confunde a Assistência Estudantil com as ações assistencialistas das políticas sociais brasileiras, algo que, como já estudado, tornou-se comum. Percebo, impregnada nesta resposta, a figura do homem neoliberal, que, à sua própria sorte, deve buscar seu lugar ao sol.

Há, inclusive, 01 estudante que acredita que tal oferta deva exigir alguns condicionantes. Seu relato, em conjunto com outros, mostra como a meritocracia é vista como algo positivo por muitos.

Figura 39 - Respostas dos participantes: condicionantes à Assistência Estudantil

Sou a favor desde que estudem em tempo integral e/ou sejam realmente comprometidos com o estudo, caso contrário, devem trabalhar e não serem totalmente dependentes de bolsas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A seguir, questionei os alunos se consideram a Assistência Estudantil para pessoas de baixa renda um direito do estudante ou um ato de solidariedade do Estado.

A resposta “direito do estudante” foi escolhida pela maioria: 169 acadêmicos dos 206 respondentes. Portanto, a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT produz um tipo de subjetividade junto à comunidade discente favorável à compreensão de que estamos diante de algo que é devido ao aluno hipossuficiente e não uma mera ajuda, um favor.

Figura 40 - Respostas dos participantes: entre direito e benevolência

- Direito do estudante. O Estado é obrigado a proporcionar uma política que diminua as desigualdades ocasionadas por ele mesmo.
- Direito do estudante! Solidariedade do Estado não existe, somos nós que mantemos toda a engrenagem econômica.
- Direito do estudante. A universidade pública tem esse dever, de ofertar subsídios para a permanência de estudantes que se enquadrem nos critérios de inclusão desses auxílios para continuidade e conclusão do ensino superior.
- Um direito do estudante, sendo uma forma de mitigar problemas sociais e econômicos.
- Direito, como o Estado ofertará ensino de qualidade se seus alunos não conseguem estudar por passarem por dificuldades financeiras?
- Acredito que uma universidade que se preza, deve fazer de tudo para auxiliar seus alunos. Caso do auxílio-moradia e auxílio-alimentação que, apesar do valor, contribui imensamente para um jovem acadêmico que sai do conforto de sua casa em busca do sonho de ter um diploma. Portanto, creio que cada estudante deva ter direito ao acesso de auxílios.
- Tendo em vista que o estudo é o caminho para o alcance de melhoria em um país, considero um direito do estudante, pois todo e qualquer recurso governamental adquirido é oriundo da população e o estudo é uma necessidade, que necessita ser atendida da melhor forma e de forma inclusiva.
- Um direito. A educação é um direito do cidadão e o auxílio vem como uma forma de manter a sua permanência na conclusão dessa educação.
- Um direito. A desigualdade está cada vez mais notória e pessoas de maior poder aquisitivo são, muitas das vezes, as dominantes em cursos de universidades públicas, principalmente em cursos integrais, então ter uma Assistência Estudantil não é nada mais do que um direito de equidade numa sociedade que valoriza tanto uns e tem descaso com tantos outros.
- A Assistência Estudantil para pessoas de baixa renda deve ser considerada um direito do estudante, e não apenas um ato de solidariedade do Estado. Isso porque o acesso à educação é garantido pela Constituição como um direito fundamental, e a permanência nas instituições de ensino superior depende de condições mínimas de subsistência, como alimentação e moradia.

- A assistência deve ser um direito primordial do estudante, como política institucional, para proporcionar um ambiente seguro (economicamente) e inclusivo, para que o estudante possa permanecer na universidade.
- Direito do estudante, pois condições de moradia e alimentação são políticas públicas, não esmola.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Em contrapartida, a resposta “ato de solidariedade do Estado” foi a escolhida entre 17 estudantes.

Figura 41 - Respostas dos participantes: Assistência Estudantil enquanto ato de solidariedade

- Um ato de solidariedade, sabemos que vários dos estudantes não possuem condições de se manterem na cidade e, com os auxílios, já existe uma possibilidade.
- É um ato de solidariedade do Estado. O Estado deve, dentro de suas possibilidades, conceder tais benefícios, não sendo estes direitos líquidos e certos.
- Ato de solidariedade, pois a universidade já é uma instituição de ensino pública.
- Um ato de solidariedade, pois o estudante entra na universidade sabendo dos problemas que poderá encontrar pelo caminho.
- Solidariedade do Estado. Porque só de ter a oportunidade de fazer faculdade de graça para mim já é uma ajuda. Porém, precisamos de ajuda nas atividades.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Vejo a importância de a Instituição deixar claro o peso da Política de Assistência Estudantil no acesso e permanência no Ensino Superior. Relatos como “já faz faculdade de graça” ou “entra na faculdade já sabedor dos problemas” são bem característicos dos impactos da racionalidade neoliberal na Educação Superior. Compete à Instituição remar contra esta ofensiva neoliberal, porque tal compreensão pode acabar se materializando em atos discriminatórios ou estigmatizantes.

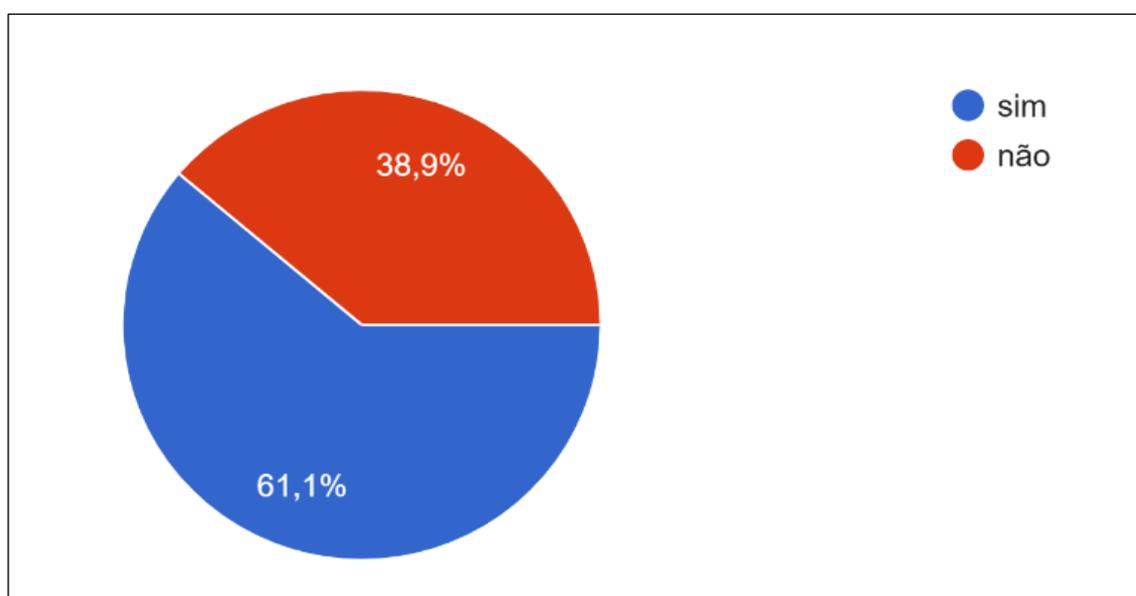
De outro ângulo, Nierotka e Trevisol (2016) refletem que o elitismo é uma característica marcante da Educação Superior brasileira. Deste modo, as universidades públicas têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica. (dualismo estrutural: universidade pública e gratuita para os ricos e privada para os pobres). Entendo que este elitismo e o dualismo estrutural estão impregnados nos discursos destes estudantes no sentido de que o Estado é solidário ao estudante pobre quando a ele é oportunizado ações voltadas à Assistência Estudantil.

Na verdade, vejo nas ações afirmativas, que oportunizam o acesso do estudante pobre à universidade pública, e nos programas de Assistência Estudantil, que propiciam que tais alunos permaneçam neste espaço, duas políticas públicas essenciais para a democratização do acesso à Educação Superior pública. Ainda sobre o questionamento se a Assistência

Estudantil é um direito do estudante ou um ato de solidariedade do Estado, considerando que tratava-se de uma resposta livre, 20 acadêmicos optaram por escolher as duas alternativas: afirmar que a Assistência Estudantil é, simultaneamente, tanto direito como ato de solidariedade.

A próxima pergunta aos estudantes da UNEMAT foi se acreditam que alunos com baixa frequência ou reprovação deveriam perder seus auxílios. A resposta pode ser visualizada no Gráfico 30.

Gráfico 30 - Respostas dos participantes: perda do Auxílio para quem reprova ou tem baixa frequência



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Portanto, a maioria dos acadêmicos ouvidos (61,1%) entende que “sim”, o aluno com baixa frequência ou reprovações deve ter interrompido o seu acesso aos auxílios. Como nas outras perguntas, os estudantes tiveram um espaço livre para apresentarem suas justificativas.

Figura 42 - Respostas dos participantes: alunos favoráveis à suspensão do Auxílio

- O objetivo do auxílio é justamente auxiliar o aluno que está em precariedade financeira e quer estudar, se a pessoa não cumpre com os deveres universitários, a universidade pode passar essa oportunidade para quem está cumprindo e também está precisando.
- Para conseguir uma garantia, é necessário cumprir deveres, ir estudar.
- Estão ganhando uma bolsa para estudar, o mínimo é dar o máximo e ter boas notas.
- Um aluno que tem baixa frequência ou reprovações indica um descompromisso com a educação, havendo o estabelecimento de critérios como até uma reprovação ou determinada porcentagem como um aviso-prévio de se ultrapassar esse critério irá perder o auxílio.
- Se não há esforço da parte do aluno, acredito que não deva ter “recompensa”.
- Se não tem interesse em estudar, deve perder, sim, não só a assistência, mas também a vaga.
- Sim, pois esses benefícios são concedidos com base em critérios de mérito e comprometimento acadêmico.
- Sim, pois não estão se esforçando e têm outras pessoas que se esforçam e não recebem auxílio nenhum.
- O merecimento vem pelo interesse.
- Tudo na vida tem um custo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Tais respostas são desprovidas de uma preocupação com as dificuldades enfrentadas pelos discentes, sejam pedagógicas ou externas, que o levaram a faltar ou ter notas baixas. É a escolha individual, o mérito e comprometimento que determinam o sucesso, pois, como apontado por um estudante, “tudo na vida tem um custo”.

O aluno não é mais sujeito de direitos, segundo esta lógica, mas um sujeito endividado em débito com a Instituição, por isso, não pode faltar, nem reprovar. Mais uma vez, esses discursos demonstram o impacto da racionalidade neoliberal no Ensino Superior.

Foi dado espaço, igualmente, aos 38,9% dos estudantes que são contrários à interrupção dos auxílios.

Figura 43 - Respostas dos participantes: alunos contrários à suspensão do Auxílio

- Precisam saber o real motivo da ausência do aluno e do rendimento para entender o que está acontecendo.
- Nem sempre faltam por vontade própria, deve-se considerar o aspecto social em que o indivíduo está inserido.
- Existe uma linha tênue dependendo da condição do porquê o aluno está faltando, muitos alunos acabam tendo que assumir papéis que muitas vezes não esperam e acabam não podendo ou não tendo como ir com tanta frequência para a aula, às vezes até mesmo por vergonha de não terem apoio.
- Não acredito que alunos com baixa frequência ou reprovações devam perder as bolsas e/ou auxílios. Isso porque esses indicadores podem ser resultado de fatores externos, como dificuldades socioeconômicas, problemas de saúde ou responsabilidades familiares, que afetam diretamente o desempenho acadêmico. Retirar o apoio nesses momentos críticos pode agravar ainda mais a situação, levando ao abandono dos estudos. Em vez de punição, é necessário que a universidade ofereça suporte acadêmico e psicológico, ajudando esses estudantes a superar os obstáculos e a retomar sua trajetória de forma mais sólida.
- Acredito que deve ser analisado cada caso concreto. Diversos alunos trabalham, possuem outras responsabilidades, que inevitavelmente acabam impedindo um bom desempenho ou frequência na universidade, mas, não significa desdenho com suas obrigações estudantis.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

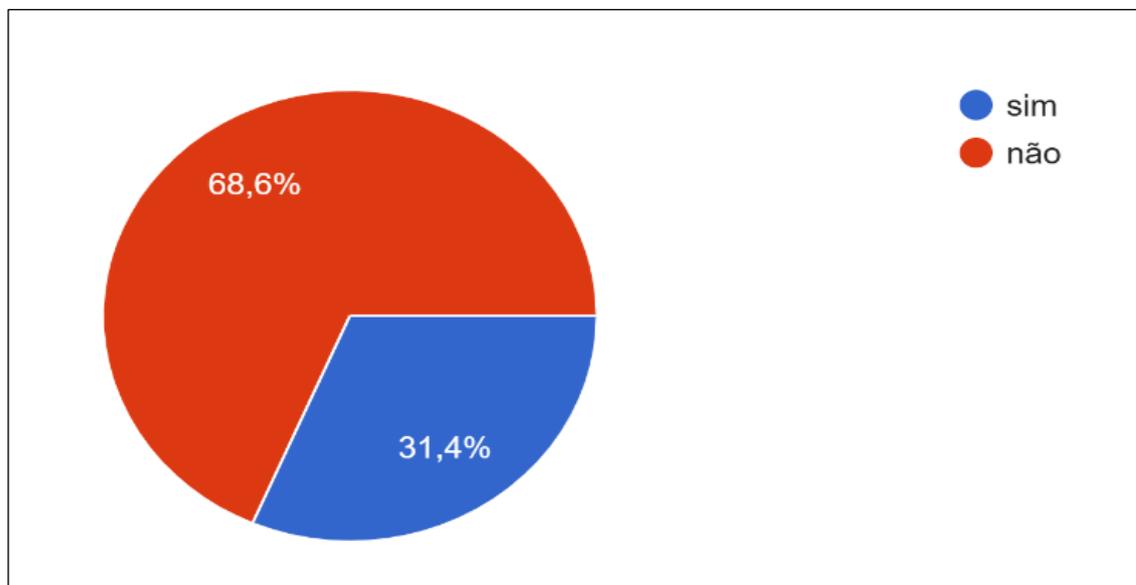
Embora sejam a minoria, os relatos acima dão esperança de que há estudantes que são contra a política do “tudo ou nada”. Como pesquisador, com entusiasmo, compartilho do mesmo entendimento de tais alunos: antes da revogação na concessão do auxílio, deve ser analisado o motivo da reprovação do estudante, afinal, como sabido, estamos diante de um sujeito que se encontra em uma situação de vulnerabilidade e, vários fatores, internos e externos, que vão além da disciplina ministrada, podem estar o afetando.

Outrossim, reforço a importância do acompanhamento pedagógico como elemento fundamental para o sucesso da Política de Assistência Estudantil. Como Nardi (2017) relata: em uma Instituição de Ensino o saber pedagógico é fundamental. Ao identificar dificuldades com baixa frequência precocemente, oferecer suporte emocional e acadêmico, personalizar estratégias de ensino e promover a integração dos alunos na comunidade acadêmica, a Instituição criam um ambiente mais acolhedor e propicia ao aprendizado.

Portanto, para que as políticas saiam do papel (Lei) e deixem de prover apenas recursos financeiros, é necessária a intervenção de profissionais especializados em construir caminhos e estratégias que busquem o fortalecimento dos sujeitos a partir de questões pedagógicas, psicológicas e sociais.

A última pergunta foi a seguinte: “Você acredita que alunos que recebem benefícios ofertados pela UNEMAT deveriam realizar atividades em prol da Instituição como uma contrapartida aos auxílios recebidos?”. A resposta dos alunos pode ser traduzida no Gráfico 31.

Gráfico 31 - Respostas dos participantes: sobre a realização de atividades em troca do Auxílio



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Como visto, a maioria dos estudantes (68,65%) entendem que não. Lembro aqui que, por quase dez anos, permaneceu vigente na UNEMAT uma resolução que instituía a bolsa denominada “bolsa-apoio”, um suporte financeiro ao discente de carência socioeconômica que, em contrapartida, trabalhava em uma unidade administrativa da Instituição. Então, a ideia dessa pergunta foi observar como os alunos matriculados na UNEMAT, em 2024, enxergam este “auxílio” que condicionava o direito do estudante em situação de carência socioeconômica e escancara a desigualdade social.

Confesso que esperava uma porcentagem mais elevada de acadêmicos contrários à bolsa-apoio, muito em razão da expectativa de que, com o passar dos anos, as pessoas tenham maior consciência do que é ou não razoável.

Ao avaliar as justificativas dos discentes serem contra tal modalidade de bolsa, alguns relatos se destacaram.

Figura 44 - Respostas dos participantes: razões para a contrariedade

- Não é uma caridade ou qualquer outra coisa, auxílio-permanência é um direito de todo e qualquer estudante que se encontre em vulnerabilidade econômica. Logo, cobrar uma contrapartida desse estudante é um absurdo. Universidade pública é para todos. Se for cobrar uma contrapartida de todos que usufruem de algum benefício da UNEMAT, vamos colocar todos para trabalhar, inclusive os docentes.
- Não acho necessário realizar atividades em prol da instituição para receber auxílio. Visto que o aluno que precisa, deve receber para garantir sua eficiência e evitar a desistência no curso.
- Se é direito da universidade oferecer os auxílios, os alunos não deveriam ser cobrados contraturno ou outras atividades. Por isso, ele já terá que estudar para passar nas disciplinas e manter a bolsa/auxílio.

- O auxílio não deve ser uma troca de favores. Se é para ajudar e incentivar, acredito que não se deve esperar nada em troca.
- O auxílio é um direito do aluno de baixa renda e não uma permuta com a universidade.
- Sim, pois eles têm direito a esse benefício, não estão recebendo um favor para precisarem retribuí-lo.
- É um direto, não uma moeda de troca.
- Porque, nesse caso, o auxílio seria como se fosse uma troca pelos serviços prestados pelos estudantes na universidade, fato no qual não condiz com a finalidade de um auxílio estudantil, que é um bônus e não deve trazer ônus.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ainda, 31,4% dos estudantes se apresentaram favoráveis à prática de atividades em troca da concessão do auxílio.

Figura 45 - Respostas dos participantes: discentes favoráveis à prática de atividades em troca da concessão do Auxílio

- Os benefícios recebidos são destinados a garantir que os estudantes beneficiados possam se dedicar integralmente aos estudos. Assim, é justo que esses alunos se dediquem a atividades que resultem em contrapartida, tais como projetos de pesquisa, extensão, monitoria voluntária etc.
- Acredito que sim, pois estaria retribuindo à universidade, além de poder conhecer pessoas e quem sabe conseguir um estágio ou um emprego remunerado (que não interfira nos estudos).
- Sim, tem que gerar um retorno para a sociedade.
- Seria uma boa oportunidade como forma de agradecimento.
- Vejo com uma troca de favores, a instituição ajuda o aluno e, o aluno ajuda a instituição. Nada mais justo.
- Acredito que possa ajudar o aluno a ter contatos e valorizar o auxílio disponibilizado pela instituição.
- Uma troca justa, a UNEMAT precisa e muito desta colaboração.
- Se é um direito dele receber o auxílio, deve ser um dever dele retribuir com alguma atividade, desde que não seja em seus horários de aula.
- Sim, como uma forma de honrar a bolsa recebida.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A percepção de que esta “troca de favores” seja justa nada mais é do que uma marca da desigualdade que atinge a sociedade e, por conseguinte, assola a universidade. Na leitura de tais respostas, o que mais me preocupa é que muitos desses estudantes são favoráveis à existência dos auxílios, isso porque, na primeira pergunta, 98,7% se manifestaram positivamente. Mas, ao mesmo tempo, compreendem que o usuário da Política de Assistência Estudantil tem que retribuir à Instituição o que lhe é “dado”.

Dar à Assistência Estudantil este caráter “retributivo” amparado no trabalho como forma de “agradecer à Instituição”, perpetua a desigualdade e a exclusão, o estigma, negando os direitos dos estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil.

A Assistência Estudantil é uma ferramenta indispensável para mitigar as desigualdades e não para fomentá-la. É seu papel oferecer suporte financeiro, acadêmico e psicossocial aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Entendo que para que a Assistência Estudantil seja eficaz é fundamental que as políticas sejam mais flexíveis e sensíveis às realidades dos estudantes. Então, procurando refletir e tentar responder às perguntas que me orientaram nesta Tese, apresento, na sequência, as *Considerações Finais*.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade já é, porque ainda não é, e nunca deverá ser um ponto final. (Zattar et al., 2018, p. 9)

Para encerrar esta Tese, escolho retomar o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos traçados. O problema de pesquisa foi composto pelas seguintes questões: *Que narrativas são produzidas sobre o estudante usuário da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT? Esta Política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais? Os estudantes da UNEMAT visualizam a Assistência Estudantil como um auxílio do Estado ou como um mecanismo de direito social?*

O objetivo geral deste estudo consistiu em compreender a produção e os efeitos da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT em relação aos estudantes usuários e não usuários dos auxílios oferecidos, observando se sua constituição como “assistido” (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais.

Alinhado ao objetivo geral, pontuei três objetivos específicos:

- (1) compreender os contextos social, econômico e político mais amplos de produção da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT e o impacto da racionalidade neoliberal no direito à Educação Superior no Brasil;
- (2) analisar a trajetória histórico-normativa da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, aprofundando-se em estudos dos documentos que esta Instituição produziu ao longo dos anos acerca de tal Política;
- (3) investigar os efeitos subjetivos dos usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT, observando se esta Política (in)visibiliza as desigualdades sociais e educacionais.

Nesta retomada, começo recordando que, a priori, procurei explicar como constituí o objeto de estudo, contextualizando e narrando os caminhos que levaram à problematização proposta. Após, definido o foco da investigação, busquei conhecer a produção acadêmica a respeito do tema, identificando o que estava sendo produzido entre Teses e Dissertações sobre a Assistência Estudantil. Para tanto, realizei um mapeamento de trabalhos por meio do uso de descritores que se identificavam com o que eu pesquisava.

Deste modo, com a seleção e leitura dos trabalhos que mais se aproximavam do meu estudo, pude aprimorar meu olhar sobre a Assistência Estudantil, mas também concluí que, embora abundante o número de pesquisas que versavam sobre tal Política, eram poucas as que

se entrelaçavam com a racionalidade neoliberal, ainda mais em uma investigação que se debruça sobre a Educação Superior, especificamente em uma universidade pública.

Por fim, a primeira parte da Tese se encerrou com as escolhas teórico-metodológicas, em que destaquei, inicialmente, a UNEMAT enquanto espaço empírico da pesquisa. Na esteira de Zattar (2008) e Zattar *et al.* (2018), contei a origem e a expansão da Instituição, e mostrei dados que demonstraram o impacto educacional e sua relevância enquanto Universidade, visto que se encontra difundida em 56 municípios, atendendo 18.145 alunos matriculados na graduação e na pós-graduação.

A seguir, trouxe notas acerca da pesquisa documental e os procedimentos e estratégias para a aplicação do questionário. Os dados oriundos deste movimento metodológico, que compuseram o corpus da pesquisa, foram explorados na terceira parte do trabalho.

A segunda parte desta Tese iniciou buscando compreender como as transformações da sociedade contemporânea geraram efeitos nos processos formativos do sujeito e no aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais.

Apontei aspectos históricos que situaram a discussão em um conhecimento crítico sobre os processos e transformações que afetaram o mundo produtivo e, por consequência, o próprio sujeito.

Destaco, aqui, as reflexões de Gadelha (2009), que, ao abordar a teoria do capital humano, identifica como o trabalho exercido pelos indivíduos passou a ser visto como uma conduta econômica. Nos apontamentos feitos, as lições de Beck (2011) sobre a individualização do comportamento humano também merecem ser registradas. Com efeito, a crescente individualização da vida social, segundo Beck (2011), leva a um processo em que os indivíduos devem construir suas próprias trajetórias, sem necessariamente se apoiarem em estruturas de classe fixas. O emprego formal e estável, um dos principais eixos estruturadores das classes na sociedade industrial, tornou-se cada vez mais instável, resultando na fragmentação da identidade coletiva das classes trabalhadoras e na ascensão de novas formas de insegurança social.

Nesse contexto, a classe social deixa de ser o principal fator determinante das condições de vida das pessoas, pois os riscos ultrapassam as divisões econômicas tradicionais (sociedade de risco).

Percebi que a concepção do neoliberalismo como uma racionalidade (Dardot; Laval, 2016) fez surgir a concorrência como uma mola propulsora da sociedade, acirrando a produção de desigualdades. Considero importante salientar que, sob a lógica neoliberal, tais desigualdades, ao mesmo tempo em que fomentam a competitividade, contribuem para que o

indivíduo adote uma postura egoísta, afinal, o que importa é o seu sucesso e não mais os problemas sociais. Como assinalaram Dardot e Laval (2016), este neossujeito encontra sua verdade no veredito do sucesso.

Quando entrelacei o neoliberalismo com a educação, foi possível observar como o processo de individualização do sujeito se intensificou no ambiente educacional, onde se fortaleceu um cenário de escolhas individuais, esvanecendo o direito social. Destaco aqui o diálogo com Sandel (2020) a respeito da meritocracia escolar e Saraiva e Veiga-Neto (2009) acerca da produção de subjetividades nas escolas, capaz de disseminar o pensamento neoliberal.

Para compreender de modo mais específico os impactos da racionalidade neoliberal no Ensino Superior, percorri um caminho acerca de sua expansão a partir da década de 90, que culminou no aumento de instituições de Ensino Superior no setor privado, mas, em contrapartida, fatores como a precarização do trabalho docente e a baixa qualidade do serviço prestado se tornaram realidade.

Procurei compreender como o Estado se portou em relação à expansão do Ensino Superior em instituições públicas, fazendo menções ao Programa Incluir e ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Mas, a partir daí, o estudo passou a se preocupar com as políticas de permanência do estudante como medida que democratiza a educação brasileira. Afinal, não bastava que as pessoas historicamente excluídas tivessem direito ao acesso, era necessário que permanecessem e concluíssem seus cursos.

Ao abordar a permanência e a evasão, foi possível perceber uma taxa crescente e preocupante na Educação Superior brasileira: a de estudantes desistentes. Ao visitar a literatura a respeito da definição de evasão, notei que os autores utilizam expressões, como “abandono”, “saída”, “desistência do aluno”. Conclui, portanto, como a racionalidade neoliberal estava intrínseca em tais definições, pois culpabiliza o indivíduo por seu fracasso escolar.

Finalizei a segunda parte da Tese com um mergulho na Assistência Estudantil, para compreender sua trajetória histórico-normativa. Neste caminho, destaco que a Assistência Estudantil já iniciou com a marca da desigualdade, considerando a residência universitária para jovens brasileiros, filhos de ricos, na França. Outro ponto a ser destacado é o Decreto nº 69.927, responsável pela instituição da bolsa de trabalho, precedente normativo, em âmbito nacional, de várias resoluções existentes nas universidades brasileiras, exigindo um trabalho em que o estudante pudesse acessar os serviços de Assistência Estudantil.

Procurei fortalecer a compreensão da Assistência Estudantil como um mecanismo de garantia do direito à Educação Superior. Em razão dos estudantes usuários da Política de Assistência Estudantil pertencerem a um grupo social considerado, na esteira de Souza (2018), como subcidadãos brasileiros, problematizei a importância do refinamento da política de assistência na permanência e conclusão do Curso por parte dos estudantes.

Na terceira parte da Tese, dedicada a empiria, pude analisar as resoluções e editais da UNEMAT, bem como os questionários aplicados aos estudantes da Instituição.

Posso afirmar, neste desfecho, que a Assistência Estudantil é multidimensional. Ao usuário da Política de Assistência Estudantil deve ser ofertado um ambiente acolhedor, onde suas dificuldades não se traduzam em risco de perder os auxílios, mas sim em apoio social, pedagógico e psicológico.

Entendo, a partir dos documentos analisados, que as cobranças de desempenho acadêmico, frequência escolar ou a extinta exigência de trabalho administrativo (bolsa-apoio) são marcas da desigualdade, visto que refletem responsabilidades que somente os estudantes que acessam a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT carregam. Os motivos para o baixo desempenho acadêmico, por exemplo, precisam ser problematizados e acompanhados a partir de uma equipe multidisciplinar. Em suma, os usuários são tratados de modo desigual diante dos que não auferem auxílios. O direito à educação é colocado em xeque por muitas destas práticas.

É nítida a contradição em exigir mais de quem a Instituição Pública deveria dedicar maiores cuidados. Trata-se de uma violação ao próprio direito à educação, pois institui uma política de medo e insegurança aos acadêmicos usuários. Além disso, compreendendo a Assistência Estudantil como uma Política que busca reduzir as desigualdades sociais, e a exigência de contrapartidas, reproduz as desigualdades da sociedade. A universidade pública não pode ser um espaço pautado em uma lógica de mercado meritocrática e individualista, pois desta forma contribuirá com a perpetuação da desigualdade e da exclusão.

Este cenário retrata a sociedade individualizada descrita por Beck (2011, p. 108), em que “os ambientes sociais marcados pela estratificação e as formas de vida cultural definidas pela classe, desvanecem-se” em uma verdadeira transformação social, no qual o tradicionalismo implica um impulso social individualizatório que coloca o sujeito no centro da criação e execução de seus próprios planos de vida. O risco não é mais social, mas individual.

Assim, compete a cada estudante, com seu esforço individual, atingir o que a Instituição entende que é desejável para auferir os auxílios. O medo e o risco que

acompanham o homem no mundo do trabalho também estão presentes na universidade pública. Caso o aluno não consiga alcançar o que lhe é exigido, a culpa é exclusivamente sua, e, acompanhado do descumprimento, encontra-se a punição. Assim, os discentes serão punidos com o que lhes é mais caro: a interrupção do recebimento do auxílio.

Mas não custa pontuar, como Beck (2011) enfatizou, nesta tardia modernidade, os riscos são invisíveis, pois a evidência da carência ofusca sua percepção. Em outras palavras, a bolsa-apoio permaneceu vigente na UNEMAT por quase dez anos. Isto é, durante uma década, este benefício foi visto pelos gestores e, possivelmente, até pelos usuários, como um benefício ao aluno. Era legítimo o discente trabalhar para a unidade administrativa em troca de um suporte financeiro.

Após a leitura de Auxílios 2013-2022, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT, pude verificar a amplitude de atendimento aos estudantes vulneráveis da Instituição. Tomando como base o ano de 2023, somando-se os Editais nº 02/2023 e nº 03/2023, são 1.392 auxílio-moradia e auxílio-alimentação ofertados. No entanto, um ponto que recebeu destaque nos dados analisados foi que o número de acadêmicos atendidos é baixo em relação à quantidade de auxílios ofertados, ou seja, sobram vagas. Esta realidade se torna contraditória com os relatos de alguns usuários ao responderem aos questionários, reclamando a respeito da dificuldade de acesso aos auxílios.

Será que a UNEMAT tem criado obstáculos que acarretaram o surgimento de vagas ociosas? Em que medida isto favorece a comunidade acadêmica? Em que medida os critérios precisariam ser complexificados (análise mais global)? Como ser mais ágil e ter uma escuta atenta às necessidades dos estudantes que extrapole um ato burocrático?

É meu papel afirmar que os dados produzidos não são conclusivos e não minimizam a importância da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT. Na verdade, muitos casos demonstram que, sem ela, alguns estudantes não teriam permanecido na Instituição.

O aluno que procura a Assistência Estudantil o faz porque dela precisa para uma vivência universitária digna. Todavia, mesmo que os relatos apontaram críticas em relação à burocracia, à falta de publicização da política, entre outras, ao fazer o tratamento dos dados coletados, desfiz a ideia de que a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT deva ser totalmente reconstruída.

Há espaço para melhorias, mas o que se vê é que essa Política se relaciona diretamente com a permanência dos alunos na universidade e com a continuidade de seus estudos. Percebo que a Instituição tem procurado aprimorar as normas internas sobre o tema. Prova disso é que, atualmente, a revogação dos auxílios no caso de notas baixas ou baixa frequência está

condicionada ao parecer de servidor da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT, indo ao encontro do relato de estudantes contrários ao drástico rompimento do auxílio no caso de tais dificuldades pedagógicas.

Outra demonstração de avanço foi a Resolução nº 66, que instituiu o Programa de Integração Estudantil (PIEst) da Universidade do Estado de Mato Grosso, além dos Centros de Assuntos Estudantis (CAEst) e os Núcleos de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIAD) como estruturas integrantes do PEst nas unidades administrativas da UNEMAT.

Logicamente, há fatores externos e internos que também são significativos e levam os alunos a desistirem do curso. Contudo, o papel na UNEMAT é suprir ou ao menos atenuar as necessidades dos alunos, seja com alimentação, moradia, transporte, entre outros direitos atrelados à tal Política. Ou seja, isso não pode ser o motivo de evasão, porque reside aí reside o amparo da Instituição. Por essa razão, concluo, ainda, que é de extrema relevância que os auxílios não sejam interrompidos durante as férias, afinal, o aluguel e a alimentação não cessam.

Foram vários aspectos a considerar até perceber como a Política de Assistência Estudantil da UNEMAT afetou os modos de subjetivação de seus usuários. Assim, concebi a existência de sujeitos ligados entre si pelas regras da Instituição, mas com opiniões que, por muitas vezes, os individualizam. Entre eles, há quem identifica tal Política como uma “ajuda”, mas há também quem a vê como um direito; há quem conhece a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UNEMAT; mas também há alunos que não se sentem apoiados por ela; existem aqueles que não acham o processo burocrático e desconhecem os motivos da interrupção do auxílio; e há, também, estudantes em que o único sentimento que carregam consigo é o de gratidão. É muito difícil imaginar que estes sujeitos formarão um corpo coletivo com pensamento homogêneo, afinal, são sujeitos com histórias e vivências diferentes, embora unidos pelo acesso aos auxílios ofertados pela UNEMAT.

Nos discursos dos não usuários da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT ficou evidente que são favoráveis a tal Política, mesmo não tendo acesso. Confesso que, antes de analisar os questionários, acreditava que mais alunos seriam contrários à Assistência Estudantil, algo que, felizmente, não ocorreu.

Entrelaçando as respostas de usuários e não usuários, concluo que há espaço para a UNEMAT difundir ainda mais a ideia de que a Assistência Estudantil é um direito do estudante e não uma ajuda ou um ato de solidariedade. E, considerando que não compartilho do pensamento neoliberal individualista e meritocrático, pelo meu olhar investigativo,

entendo que a Instituição deva dar um acompanhamento contínuo aos estudantes usuários, não transferindo individualmente a eles a responsabilidade por superar os riscos sociais.

Entendo, ainda, que a produção de desigualdades mereceria uma análise mais aprofundada no contexto das políticas institucionais da UNEMAT.

Assim, defendo a Tese de que *criar políticas em uma universidade pública requer a compreensão do acesso, permanência e conclusão como um direito social e a constante problematização das desigualdades vigentes*. Encerro esta pesquisa com a esperança de que as reformas introduzidas pela UNEMAT, mais precisamente a Resolução nº 66, sejam um importante passo para enfrentar os problemas relacionados à eficácia da Política de Assistência Estudantil, especialmente por estabelecer uma política de acompanhamento aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Capitalismo e trabalho no Brasil do século XXI: metamorfoses da autocracia burguesa (1964-2004)**. Projeto História, São Paulo, tomo 2, p. 477-497, dez. 2004.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 35-48.
- ARAÚJO, Josimeire Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na universidade pública: de qual permanência falamos?** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.
- ASSIS, Anna Carolina Lili. **Desafios e possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021a.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021b.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.
- BORGES, Ângela Maria Carvalho; DRUCK, Maria da Graça. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. Caderno CRH, Salvador, v. 6, n. 19, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Rio de Janeiro, 1931.
- BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996. Brasília, 2005a.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972.** Institui o Programa "Bolsa de Trabalho". Brasília, 1972.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001b.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Brasília, 2001a.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Brasília, 2005b.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização do ensino superior. Brasília, 1968.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971.

BROCH, Caroline; BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Teixeira; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. **A expansão da educação superior no Brasil:** notas sobre os desafios do trabalho docente. Avaliação, Campinas, v. 25, n. 2, p. 257-274, jul. 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

CÁCERES. **Lei nº 704, de 15 de agosto de 1978.** Dispõe sobre a criação, como entidade autárquica municipal, do Instituto de Ensino Superior de Cáceres. Cáceres, 1978.

CASTILHO, Daniela Galera. **A política de assistência estudantil do IFSP - campus Birigui e a desigualdade social: necessidades e contradições**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2019.

CASTRO, Márcia da Silva Pereira. **A política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização?** Natal: EDUFRRN, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CHAVES, Antonia do Socorro Freitas. **Desvelando a permanência das/dos estudantes cotistas e/ou bolsistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/campus Salvador**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

CORAZZA, Sandra Maria. Labirinto da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 103-127.

CORBANEZI, Elton; RASIA, José Miguel. **Apresentação do dossiê: racionalidade neoliberal e processos de subjetivação contemporâneos**. Mediações, Londrina, v. 25, n. 2, p. 287-301, maio/ago. 2020.

COSTA, Thiago Maniero da. Hino [letra e música]. In: ZATTAR, Neuza Benedita da Silva et al. **UNEMAT: uma história que faz parte de muitas outras**. Cáceres: UNEMAT, 2018. p. 12.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução **industrial e tecnológica: as grandes tendências das mudanças**. Economia e Sociedade, Campinas, n. 1, p. 69-87, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIDEROT, Denis; D’ALEMBERT, Jean Le Rond. **Enciclopédia, ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios**. São Paulo: UNESP, 2015.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A contradição das classes sociais presente no ensino superior: considerações sobre a assistência estudantil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais do Encontro Nacional de pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis: ENPEC, 2009. p. 1-11. Acesso em: 01 fev. 2025.

FELIPPE, Jonis Manhães Sales. **Assistência estudantil e tendências da política social no Brasil: resultados na permanência dos estudantes do Instituto Federal Fluminense**. 2018. Tese

(Doutorado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2018.

FERREIRA, Maria José de Resende. **Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO**, 5., 1997, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABET, 1997. p. 895-919.

FIRMINO, Isabella Kethuly Spindola. Neoliberalismo: escola como reprodutora das desigualdades. **Revista Inter-Ação, Goiânia**, v. 47, n. 1, p. 218-233, jan./abr. 2022.

FORD, Henry. **Minha vida e minha obra**. Jandira: Principis, 2021.

FORNARI, L. T. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2012. DOI: 10.5335/rep.2013.2027. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 11 mar. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUMAGALLI, Andrea. A nova relação capital-trabalho ainda mais submersa na subjetividade. Entrevista concedida a Ricardo Machado. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 503, p. 8-15, 24 abr. 2017.

FUMAGALLI, Andrea. O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 246, n. 14, p. 3-22, 2016.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

GANAM, Eliana Almeida Soares; MOREIRA, Ana Carolina Gonçalves da Silva Santos. Retratos da desigualdade social: reflexões sobre a permanência de estudantes pobres egressos de escola pública na universidade pública. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

GASPAR, Oscar Ramos. Osvaldo Sobrinho - **COM TODA EDUCAÇÃO: uma biografia**. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.

GOMES, Marília do Amparo Alves; PIRES, Ennia Débora Passos Braga; SILVA, Soane Santos. Contradições do ideário neoliberal na política de assistência estudantil: do nascedouro

aos dias atuais. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 13, n. 32, p. 1-24, jan./dez. 2020.

HOBOLD, Félix. **Neoliberalismo e trabalho: a flexibilização dos direitos trabalhistas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mato Grosso**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 27 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO (IFMT). **Portal da instituição**. Disponível em: <https://ifmt.edu.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

KEIL, Ivete. Do capitalismo industrial ao pós-industrial: reflexões sobre trabalho e educação. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 15-21, jan./abr. 2007.

KLAUS, Viviane. **Empresariamento da educação em tempos de capitalismo flexível: análise de parcerias escola/empresa no RS**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 21, n. 3, p. 345-355, set./dez. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAGOA, Maria Izabel. A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 19, p. 1-14, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: EDUFSCAR, 2011.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOCKMANN, Kamila. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-18, 2020.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane. Políticas de educação inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-20, 2022.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-113, mar./jun. 2009.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 153-169, maio/ago. 2009.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. **O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MACHADO, Jardel Pelissari. **Entre frágeis e durões: efeitos da política de assistência estudantil nos modos de subjetivação dos estudantes da Universidade Federal do Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 21, n. 4, p. 477-488, out./dez. 2016.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Política pública e subjetividade: a assistência estudantil na universidade. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 184-198, jan./jun. 2014.

MACHADO, Julice Maria Resende. **“Começar de novo”**: processo de integração/reintegração no mercado de trabalho das alunas do PROEJA do Instituto Federal de Minas Gerais. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo; SILVA, Eder Gama da; MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. **A história da assistência estudantil no ensino superior brasileiro: Programa Nacional de Assistência Estudantil e o aumento das classes “D” e “E” nas universidades federais**. Revista Observatório, Palmas, v. 5, n. 6, p. 886-911, out./dez. 2019.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MATO GROSSO. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado". Conselho Universitário. **Resolução nº 12, de 14 de abril de 2021**. Reestrutura o Programa de Assistência Estudantil da UNEMAT. Cuiabá: CONSUNI, 2021.

MATO GROSSO. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Universidade do Estado de Mato Grosso. Conselho Universitário. **Resolução nº 19, de 19 de junho de 2013**. Cria o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: CONSUNI, 2013a.

MATO GROSSO. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Universidade do Estado de Mato Grosso. Conselho Universitário. **Resolução nº 20, de 19 de junho de 2013**. Cria o auxílio-alimentação para discentes dos cursos de graduação. Cuiabá: CONSUNI, 2013b.

MATO GROSSO. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Universidade do Estado de Mato Grosso. Conselho Universitário. **Resolução nº 21, de 19 de junho de 2013**. Cria o auxílio-moradia para discentes dos cursos de graduação. Cuiabá: CONSUNI, 2013c.

MATO GROSSO. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Universidade do Estado de Mato Grosso. Conselho Universitário. **Resolução nº 49, de 14 de dezembro de 2016**. Aprova o regimento geral da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: CONSUNI, 2016.

MATO GROSSO. Estado de Mato Grosso. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado". Conselho Universitário. **Resolução nº 66/2022**. Dispõe sobre o Programa de Integração Estudantil (PIEst) da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT) e dá outras providências. Cuiabá: CONSUNI, 2022.

MEDEIROS, Laércia Maria Bertulino de; SILVA, Eliane de Moura. Análise de discurso do projeto político-pedagógico de um curso de Licenciatura em Física. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais do Encontro de Pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis: ENPEC, 2009. p. 1-11. Acesso em: 01 fev. 2025.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 38. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

NARDI, Liciê Helena Ribeiro. **Inclusão dos estudantes com renda inferior na UFRGS: práticas mobilizadas por uma equipe multidisciplinar**. 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Porto Alegre, 2017.

NASCIMENTO, Clara Martins. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (org.). **FONAPRACE: revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: PROEX, 2012. p. 147-157.

NEVES, Rayssa Martins de Sousa. **Práticas docentes dos professores iniciantes do ensino básico, técnico e tecnológico: uma constituição múltipla**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Pereira de. **Ditos e não ditos: como se constitui o sujeito bolsista imerso na política de assistência estudantil (2009-2013)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

PAULA, Simone Grace de. **Desigualdade e desempenho escolar no processo de escolarização da juventude: uma análise contextual sobre a expansão do ensino médio na**

região metropolitana de Belo Horizonte. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PEREIRA, Ana Paula Marques. **Constituição de currículos multirreferenciais: caminhos possíveis**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

PINHEIRO, Eliana Barros. O caráter das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 1-16, jul./dez. 2016.

QUAIS são os 10 maiores estados do Brasil. In: **ESTADÃO**. São Paulo: 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/web-stories/brasil/quais-sao-os-10-maiores-estados-do-brasil/>. Acesso em: 27 out. 2024.

RÊGO, Ernny Coêlho; BENEVIDES, Marinina Gruska. A assistência estudantil e a redução das desigualdades sociais no contexto de fragilização das políticas sociais. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 151-163, jan./abr. 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 185-195, 1999.

RIEDER, Arno. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 228-247, set./dez. 2011.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso: a transição dos mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia**. São Paulo: Makron, 2001.

ROSE, Nikolas. A morte do social? Recalculando o território de governo. In: MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Paulus, 2012. p. 104-138.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANSON, Cesar. A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 206-214, set. 2009.

SANSON, Cesar. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. **Cadernos IHU**, São Leopoldo, v. 8, n. 32, p. 1-63, 2010.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, maio/ago. 2009.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, João Augusto Ramos e. **A permanência de alunos nos cursos presenciais e a distância de Administração**: contribuições para a gestão acadêmica. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Juliana Barreto da. **A política de assistência estudantil: estudo sobre condicionalidades**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Madras, 2009.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. São Paulo: Leya, 2018.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

TEIXEIRA, Cristiane Lourenço. **Programas institucionais de permanência e seus impactos nas trajetórias de estudantes de origem popular**: o caso da Universidade Federal Fluminense. 2009. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, p. 200-222, set./dez. 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO (UNEMAT). **Anuário estatístico 2023**: ano-base 2022. Cáceres: UNEMAT, 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO (UNEMAT). Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). **Auxílios 2013-2022**: relatório dos auxílios-moradia e alimentação da UNEMAT no período de 2013 a 2022. Cáceres: UNEMAT, 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO (UNEMAT). O campus universitário da Unemat, em Pontes e Lacerda, está com inscrições abertas para Auxílio Transporte. **Cáceres: UNEMAT**, 2024. Disponível em: <https://unemat.br/noticias/8-5-2024-o-campus-universitario-da-unemat-em-pontes-e-lacerda-esta-com-inscicoes-abertas-para-auxilio-transporte>. Acesso em: 27 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR). **Portal da instituição**. Disponível em: <https://ufr.edu.br/>. Acesso em: 27 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO (UFMT). **Portal da instituição**. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ufmt/site>. Acesso em: 27 out. 2024.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCHEL, Elizete. Política educacional brasileira e catarinense (1934-1996): uma inspiração meritocrática. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia**, Jaén, v. 3, p. 73-92, jan. 2010.

VANELI JUNIOR, Dário. **Assistência estudantil, domesticação e libertação em debate: o contexto da UFMS, campus de Coxim**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2019.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 23-27.

VIEIRA, Evaldo. As políticas e as bases do direito educacional. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 9-29, nov. 2001.

VIEIRA, Karina Sales; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Narrativas de estudantes bolsistas: o sentido da universidade e a relação com o saber. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 5, n. 14, p. 145-160, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/13256>. Acesso em: 01 fev. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: processos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. **Do IESC à UNEMAT: uma história plural 1978-2008**. Cáceres: UNEMAT, 2008.

ZATTAR, Neuza Benedita da Silva; TAVARES, Danielle; MAIA, Hemília; LIMA, Lygia. **UNEMAT: uma história que faz parte de muitas outras**. Cáceres: UNEMAT, 2018.

APÊNDICE A - CARTA DE ANUÊNCIA DA UNEMAT

CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Joacir Mauro da Silva Junior, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, São Leopoldo/RS, sob orientação da professora Dra. Viviane Klaus, estou realizando a pesquisa “POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNEMAT: um estudo sobre as (in)visibilidades das desigualdades sociais e educacionais”, que constituirá minha tese de doutorado.

O estudo tem como objetivo compreender a produção e os efeitos da política de assistência estudantil da UNEMAT em relação aos sujeitos alvos, observando se sua constituição como “assistido” (in)visibiliza desigualdades sociais e educacionais; compreender os contextos social, econômico e político mais amplos de produção da política de assistência estudantil e o impacto da racionalidade neoliberal no direito à educação superior no Brasil; analisar a trajetória histórico-normativa da assistência estudantil na UNEMAT, aprofundando-se em estudos dos documentos que esta Instituição produziu ao longo dos anos acerca de tal política.

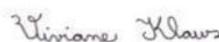
Venho por meio desta apresentar o projeto da minha pesquisa nesta Instituição de Ensino Superior e solicitar autorização para a realização do estudo. Ressalta-se que serão mantidos todos os procedimentos para a manutenção do sigilo dos participantes, sendo necessário, entretanto, que conste o nome da Instituição na tese, visto que envolve proposta de pesquisa e intervenção a ser conhecida pela comunidade acadêmica.

A participação e contribuição nessa pesquisa e estudo é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. Os dados dessa pesquisa serão coletados por meio de questionário a ser aplicado nos campi de Cáceres, Sinop e Tangará da Serra, e serão utilizados unicamente para fins acadêmicos e posterior publicação do estudo em revistas da área, sendo preservada a identidade dos envolvidos.

A qualquer momento, os participantes poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo através do telefone (65) 99964-2007 ou por meio do e-mail joacir@unemat.br

Desde já agradeço a contribuição para o desenvolvimento desta atividade acadêmica e coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Documento assinado digitalmente
 JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR
 Data: 10/09/2024 09:26:49-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Joacir Mauro da Silva Junior
 Pesquisador

Viviane Klaus
 Professora Orientadora

Frente ao que foi acima exposto, expresso a autorização par execução da pesquisa.

ÁUREA REGINA ALVES IGNÁCIO
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - UNEMAT


 DRA. ÁUREA REGINA ALVES IGNÁCIO
 Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
 UNEMAT – PRPPG
 Portaria nº 003/2023

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante!

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Políticas de assistência estudantil da UNEMAT: um estudo sobre as (in)visibilidades das desigualdades sociais e educacionais”. Este estudo visa “compreender a produção e a implementação da Política de Assistência Estudantil da UNEMAT e seus efeitos junto aos estudantes beneficiários”. Esta pesquisa é realizada por mim, Joacir Mauro da Silva Junior, e coordenada pela Profa. Dra. Viviane Klaus, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.

Você participará de uma entrevista, que poderá ser gravada, conforme o seu consentimento, para, posteriormente, ser transcrita, única e exclusivamente para fins de pesquisa.

A sua participação é voluntária, caso decida não participar ou quiser desistir a qualquer momento, tem liberdade para fazê-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

O pesquisador solicita a autorização para o uso dessa colaboração em outras produções acadêmicas derivadas dessa pesquisa e da tese resultante. Para isso, compromete-se em esclarecer, devida e adequadamente, qualquer dúvida ou questionamento no momento da pesquisa, ou posteriormente, por meio do e-mail: joacir@unemat.br.

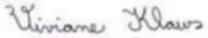
Após ter sido devidamente informado sobre todos os aspectos desta pesquisa, concorda em participar: () sim () não

Concorda com a gravação da entrevista: () sim () não

Concorda com a publicação desta pesquisa em instâncias acadêmicas, como periódicos e eventos da área: () sim () não

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do participante


Profa. Dra. Viviane Klaus
Professora orientadora

Documento assinado digitalmente
 JOACIR MAURO DA SILVA JUNIOR
Data: 10/09/2024 09:26:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>
Joacir Mauro da Silva Junior
Doutorando pesquisador

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS USUÁRIOS

Questionário aos estudantes usuários da política de assistência estudantil da UNEMAT (2022/2023)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Joacir Mauro da Silva Junior, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, no município de São Leopoldo/RS, sob orientação da Profa. Dra. Viviane Klaus, estou realizando a pesquisa *Políticas de assistência estudantil da UNEMAT: um estudo sobre as (in)visibilidades das desigualdades sociais e educacionais*, que constituirá a minha tese de doutorado.

O estudo visa:

- compreender a produção e os efeitos da política de assistência estudantil da UNEMAT em relação aos sujeitos alvos, observando se sua constituição como "assistido" (in)visibiliza desigualdades sociais e educacionais;
- investigar os contextos social, econômico e político mais amplos de produção da política de assistência estudantil e o impacto da racionalidade neoliberal no direito à educação superior no Brasil;
- analisar a trajetória histórico-normativa da assistência estudantil na UNEMAT, aprofundando-me nos estudos dos documentos que esta Instituição produziu ao longo dos anos acerca de tal política.

Desta forma, você está sendo convidado a fazer parte desta pesquisa, podendo se manifestar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida. Os dados serão coletados por meio deste questionário.

Todos os dados fornecidos por você serão tratados com a máxima confidencialidade por este pesquisador, que se compromete a utilizá-los somente para este fim. Em nenhum momento haverá divulgação do seu nome, pois somente as respostas do questionário serão compiladas.

A sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e sem nenhuma remuneração. Se você aceitar participar, saiba que está totalmente livre para abandoná-la, mesmo após o preenchimento do questionário. Para tanto, basta solicitar, por e-mail, ao pesquisador, a exclusão de suas respostas. Isso não lhe acarretará prejuízo algum.

Científico que, uma vez concluída a pesquisa, os dados poderão ser divulgados em encontros científicos e/ou publicados em periódicos, mas sempre preservando informações que levem à identificação pessoal do participante, conforme o sigilo previsto pela ética profissional.

A qualquer momento, você poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo, por meio do telefone (65) 99964-2007 ou por e-mail joacir@unemat.br.

Prezado estudante!

A Resolução nº 012/2021 - CONSUNI regulamenta o programa de assistência estudantil da UNEMAT. Entre os dispositivos da Resolução, destaco os seguintes:

Art. 7 Serão concedidos benefícios a estudantes matriculados, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, nas seguintes modalidades:

- I. Bolsa Auxílio Alimentação;
- II. Bolsa Auxílio Moradia;
- III. Bolsa Auxílio Emergencial;
- IV. Auxílio Inclusão Digital;
- V. Bolsa Auxílio à Pessoa com Deficiência (PCD); e
- VI. Bolsa Auxílio Transporte.

Art. 27 As Bolsas Auxílio poderão ser canceladas pela PRAE, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

- I. Se houver desligamento, trancamento de matrícula, abandono ou conclusão do curso;
- II. Se houver reprovação por insuficiência de frequência;
- III. Se cessarem as situações de vulnerabilidade socioeconômica que ensejaram a concessão do benefício;
- IV. Se comprovada qualquer irregularidade ou inveracidade nas declarações, ou nos documentos;
- V. Cumprir os procedimentos administrativos determinados pelo de edital de seleção;
- VI. Se comprovado que o estudante possui vínculo empregatício; e
- VII. Se comprovada a omissão ou falsidade das informações prestadas pelo estudante, no preenchimento do formulário socioeconômico e/ou na apresentação da documentação.

Considerando as regras acima estabelecidas, fixadas pela UNEMAT por meio da Resolução nº 012/2021 - CONSUNI, por favor, responda ao questionário.

Grato por sua colaboração, pesquisador Joacir Mauro da Silva Junior.

Após ter sido devidamente informado sobre todos os aspectos desta pesquisa, concorda em participar? *

sim

não

Concorda com a publicação desta pesquisa em instâncias acadêmicas, como periódicos e eventos da área? *

sim

não

Qual seu perfil como estudante? *

matriculado

desistente

Qual ano ingressou na UNEMAT? *

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

Outros...

Você já enfrentou algum problema e/ou dificuldade em permanecer no curso no qual se matriculou? *

sim

não

Em caso afirmativo, justifique. *

Texto de resposta longa

Se é desistente, indique o(s) motivo(s) da desistência do curso. *

Texto de resposta longa

Durante a sua trajetória acadêmica, o que representa constituir-se como usuário da política de assistência estudantil? *

Texto de resposta longa

Com qual frequência você acessou programas ofertados pela política de assistência estudantil da UNEMAT durante a graduação? *

- sempre
- às vezes
- raramente
- nunca

Em algum momento, durante a graduação, você parou de receber o auxílio? *

- sim
- não

Em caso afirmativo, conhece o motivo? *

Texto de resposta longa

Já reprovou por nota em alguma(s) disciplina(s) durante a graduação? *

sim

não

Em caso afirmativo, indique o número de disciplinas. *

Texto de resposta curta
.....

Já reprovou por baixa frequência em alguma(s) disciplina(s) durante a graduação? *

sim

não

Em caso afirmativo, indique o número de disciplinas. *

Texto de resposta curta
.....

Já reprovou por média e/ou falta de frequência mais de uma vez na mesma disciplina? *

- sim
- não

Em caso afirmativo, indique qual(is) disciplina(s). *

Texto de resposta curta

Já teve receio de deixar de receber auxílio devido a pouca frequência nas aulas ou notas baixas no histórico escolar? *

- sim
- não

Ser estudante usuário de bolsas ou auxílios da UNEMAT já gerou alguma espécie de rótulo ou preconceito entre colegas, professores ou perante a própria Instituição? *

- sim
- não

Em caso afirmativo, apresente situações já vivenciadas. *

Texto de resposta longa

Existe algum entrave ou dificuldade para acessar os serviços e programas da assistência estudantil? *

- sim
- não

Em caso afirmativo, apresente-os. *

Texto de resposta longa

Você participou de algum encontro/evento sobre assistência estudantil no *Campus* para planejar ou avaliar as ações dos programas de assistência estudantil? *

sim

não

Em caso afirmativo, qual(is)? *

Texto de resposta longa

Qual seu sentimento em relação à UNEMAT no que tange a oferta de bolsas e/ou auxílios? *

Texto de resposta longa

Como você visualiza a assistência estudantil: um suporte financeiro ofertado pelo Estado ou um serviço a que o estudante tem direito? *

Texto de resposta longa

O que você conhece sobre a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)? *

Texto de resposta longa

Você se sentiu acompanhado pela PRAE durante sua graduação? Justifique. *

Texto de resposta longa

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS NÃO USUÁRIOS

Questionário aos estudantes não usuários da política de assistência estudantil da UNEMAT

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Joacir Mauro da Silva Junior, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, no município de São Leopoldo/RS, sob orientação da Profa. Dra. Viviane Klaus, estou realizando a pesquisa *Políticas de assistência estudantil da UNEMAT: um estudo sobre as (in)visibilidades das desigualdades sociais e educacionais*, que constituirá a minha tese de doutorado.

O estudo visa:

- compreender a produção e os efeitos da política de assistência estudantil da UNEMAT em relação aos sujeitos alvos, observando se sua constituição como "assistido" (in)visibiliza desigualdades sociais e educacionais;
- investigar os contextos social, econômico e político mais amplos de produção da política de assistência estudantil e o impacto da racionalidade neoliberal no direito à educação superior no Brasil;
- analisar a trajetória histórico-normativa da assistência estudantil na UNEMAT, aprofundando-me nos estudos dos documentos que esta Instituição produziu ao longo dos anos acerca de tal política.

Desta forma, você está sendo convidado a fazer parte desta pesquisa, podendo se manifestar de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida. Os dados serão coletados por meio deste questionário.

Todos os dados fornecidos por você serão tratados com a máxima confidencialidade por este pesquisador, que se compromete a utilizá-los somente para este fim. Em nenhum momento haverá divulgação do seu nome, pois somente as respostas do questionário serão compiladas.

A sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e sem nenhuma remuneração. Se você aceitar participar, saiba que está totalmente livre para abandoná-la, mesmo após o preenchimento do questionário. Para tanto, basta solicitar, por e-mail, ao pesquisador, a exclusão de suas respostas. Isso não lhe acarretará prejuízo algum.

Cientifico que, uma vez concluída a pesquisa, os dados poderão ser divulgados em encontros científicos e/ou publicados em periódicos, mas sempre preservando informações que levem à identificação pessoal do participante, conforme o sigilo previsto pela ética profissional.

A qualquer momento, você poderá solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo, por meio do telefone (65) 99964-2007 ou por e-mail joacir@unemat.br.

Grato por sua colaboração, pesquisador Joacir Mauro da Silva Junior.

Prezado estudante!

A Resolução nº 012/2021 - CONSUNI regulamenta o programa de assistência estudantil da UNEMAT. Entre os dispositivos da Resolução, destaco os seguintes:

Art. 7 Serão concedidos benefícios a estudantes matriculados, com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, nas seguintes modalidades:

- I. Bolsa Auxílio Alimentação;
- II. Bolsa Auxílio Moradia;
- III. Bolsa Auxílio Emergencial;
- IV. Auxílio Inclusão Digital;
- V. Bolsa Auxílio à Pessoa com Deficiência (PCD); e
- VI. Bolsa Auxílio Transporte.

Art. 27 As Bolsas Auxílio poderão ser canceladas pela PRAE, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

- I. Se houver desligamento, trancamento de matrícula, abandono ou conclusão do curso;
- II. Se houver reprovação por insuficiência de frequência;
- III. Se cessarem as situações de vulnerabilidade socioeconômica que ensejaram a concessão do benefício;
- IV. Se comprovada qualquer irregularidade ou inveracidade nas declarações, ou nos documentos;
- V. Cumprir os procedimentos administrativos determinados pelo de edital de seleção;
- VI. Se comprovado que o estudante possui vínculo empregatício; e
- VII. Se comprovada a omissão ou falsidade das informações prestadas pelo estudante, no preenchimento do formulário socioeconômico e/ou na apresentação da documentação.

Considerando as regras acima estabelecidas, fixadas pela UNEMAT por meio da Resolução nº 012/2021 - CONSUNI, por favor, responda ao questionário.

Grato por sua colaboração, pesquisador Joacir Mauro da Silva Junior.

Você é usuário da política de assistência estudantil da UNEMAT? *

sim

não

Você concorda que, ao ingressarem na Universidade, pessoas de baixa renda possam receber benefícios como auxílio-moradia e auxílio-alimentação? *

sim

não

Justifique a sua resposta. *

Texto de resposta longa
.....

Você considera a assistência estudantil para pessoas de baixa renda um direito do estudante ou um ato de solidariedade do Estado? Por quê? *

Texto de resposta longa

Você acredita que alunos com baixa frequência ou com reprovações devem perder as bolsas e/ou auxílios? *

sim

não

Justifique a sua resposta. *

Texto de resposta longa

Você acredita que alunos que recebem benefícios ofertados pela UNEMAT deveriam realizar atividades em prol da Instituição como uma contrapartida aos auxílios recebidos? *

sim

não

Justifique a sua resposta. *

Texto de resposta longa
